

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

KATIUSCIA SARTORI SILVA COMINOTTI

**O CONTATO LINGUÍSTICO ENTRE O VÊNETO E O PORTUGUÊS EM
SÃO BENTO DE URÂNIA, ALFREDO CHAVES, ES: UMA ANÁLISE
SÓCIO-HISTÓRICA**

VITÓRIA
MAIO DE 2015

KATIUSCIA SARTORI SILVA COMINOTTI

**O CONTATO LINGUÍSTICO ENTRE O VÊNETO E O PORTUGUÊS EM SÃO BENTO
DE URÂNIA, ALFREDO CHAVES, ES: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, na área de concentração em Estudos Analítico-descritivos da Linguagem – Sociolinguística.

Orientador: Prof^a Dr^a Edenize Ponso Peres

VITÓRIA
MAIO DE 2015

KATIUSCIA SARTORI SILVA COMINOTTI

**O CONTATO LINGUÍSTICO ENTRE O DIALETO VÊNETO E O PORTUGUÊS EM
SÃO BENTO DE URÂNIA, ALFREDO CHAVES, ES: UMA ANÁLISE SÓCIO-
HISTÓRICA**

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof.^a Dr.^a Edenize Ponzó Peres
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora**

**Prof.^aDr.^a Lúcia Helena Peyroton da Rocha
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro examinador interno**

**Prof.^a. Dr.^a. Ana Claudia Peters Salgado
Universidade Federal de Juiz de Fora
Membro examinador externo**

**À minha família, em especial à minha mãe, Rita Sartori, que
sempre me apoiou e incentivou com palavras positivas,
intensas e verdadeiras.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor de cada linha da minha vida, que conduz cada minuto da minha existência que proporcionou cada vitória alcançada até aqui.

A Maria, mãe do meu Senhor Jesus, aquela que me fez renascer!

Aos meus pais, aos quais serei eternamente grata por todo amor, apoio e paciência. Mãe, você é minha maior incentivadora, suas orações me deixavam segura e suas palavras de incentivo nunca me deixaram desacreditar. Você, que sempre me conduz. Saber que podia contar com você em todas as horas foi o acalento do meu ser. Pai, eu agradeço pela sua preocupação e torcida. Amo vocês eternamente!

Aos meus amados irmãos, Rozildo (Júnior), Júlio César e Hugo Luiz, pedaços de mim. Vocês completam minha vida!

À minha amada filha Lara, parte essencial do meu ser. Filha, agradeço por sua paciência e generosidade! Quantas noites sem você, quantos finais de semana sem poder te dar a atenção merecida! Amo-te mais do que consigo expressar.

Ao meu esposo amado, Paulo Sérgio, por me apoiar, incentivar, acreditar e principalmente me compreender todos esses anos. Sua paciência e amor me fortaleceram para conseguir vencer cada obstáculo.

À minha cunhada Denise, por ter sido a segunda mãe da minha filha durante todos os dias em que precisei me ausentar. Poder contar com sua ajuda foi fundamental para este processo. Muito obrigada!

À minha orientadora, professora Dr.^a Edenize Ponzó Peres, por me aceitar como sua orientanda e acreditar no meu trabalho. Professora, eu nunca serei suficientemente grata por ter me proporcionado, com tanta competência, uma orientação firme e segura, além de dedicar-me horas e horas de estudo.

À professora Lúcia Helena Peyroton da Rocha, pela importante aporte na análise deste trabalho e pelas colocações relevantes dadas na qualificação.

À professora Ana Claudia Peters Salgado, pela leitura minuciosa e valiosa contribuição para o aprimoramento deste trabalho feita à ocasião da qualificação.

Aos moradores e informantes de São Bento de Urânia pela colaboração, por partilhar experiências vividas e receber-me em cada casa; em especial, Itamar Peterle, sua esposa, Clarice, e seu irmão Gilmar, por me ajudarem na coleta do corpus com tanta dedicação e carisma.

À Escola Municipal de Ensino Fundamental São Bento de Urânia, por me receber inúmeras vezes durante a coleta de dados.

À minha prima e colega de curso Sílvia Ângela, por lançar a ideia inicial de participar do processo seletivo, me acompanhar e estar ao meu lado todo o tempo. Prima, sem você jamais conseguiria realizar este sonho.

Aos professores, amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, em especial à Camila Candeias Foeger, Elizana Schaffel Bremenkamp e Lays Lopes, pelas dicas valiosas, por me apontarem a direção certa e sempre ajudarem quando precisei.

À minha amiga de curso Poliana Calazans. Você foi um anjo que Deus colocou na minha vida. Tudo que eu falar ainda é pouco para agradecer sua generosidade, amizade, ajuda e carinho. Muito obrigada!

À toda equipe da EEEFM Camila Motta pela compreensão e solidariedade.

À professora Jéssica Martins Bianchi pela ajuda e revisão do abstract. É muito bom ter pessoas com quem podemos contar. Obrigada!

E, por fim, a todos os meus amigos que, de uma forma ou de outra, me auxiliaram com palavras de força e esperança.

RESUMO

A história do Brasil, sempre foi permeada por contatos linguísticos. O Espírito Santo caracteriza-se pelo contato do português com línguas indígenas, africanas e as dos imigrantes europeus que colonizaram o estado no século XIX. Nesse contexto, assume posição de destaque a língua falada pelos imigrantes italianos, especialmente o vênето, pelo número de falantes e áreas ocupadas. Assim, o objetivo deste estudo é investigar o processo de manutenção/substituição do vênето no distrito de São Bento de Urânia, zona rural do município de Alfredo Chaves, Espírito Santo. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas entrevistas nesse distrito, que versaram sobre as tradições históricas da comunidade, a família, a religião e a escola. A análise tomou por base os pressupostos da Sociolinguística na vertente do Contato Linguístico, baseando-nos em teóricos como Weinreich (1953), Fishman (1968; 1972), Appel e Muysken (1996), Coulmas (2005) e outros, que discutem temas pertinentes à pesquisa em questão: o contato linguístico e a manutenção/substituição de línguas minoritárias. Além desse aparato bibliográfico, este estudo se vale da abordagem qualitativa, que permite uma análise mais reveladora das entrevistas feitas com descendentes de imigrantes italianos. Os resultados, demonstrados por meio de tabelas, gráficos e da análise interpretativa de excertos de entrevistas, evidenciam que a comunidade mantém a cultura italiana quando se trata de comida, música e alguns jogos e entretenimento. Contudo, com respeito ao vênето, este praticamente desapareceu, pois é falado por uma minoria dos moradores, quase sempre idosos. Os entrevistados demonstram não apenas sentimentos positivos em relação a seus antepassados, mas também o desejo de haver aprendido a língua dos ancestrais. Diante desses resultados, mostramos que o momento atual requer atenção e cuidado para com o vênето, visto que foram encontradas evidências de um processo de substituição iminente.

Palavras-chave: Contato linguístico. Imigração italiana no Espírito Santo. Manutenção/substituição linguística.

ABSTRACT

The history of Brazil, has always been permeated by linguistic contacts. Espírito Santo is characterized by the Portuguese contact with languages of indigenous, African and European immigrants who settled the state in the nineteenth century. In this context, assumes a prominent position the language of the ancient Italian immigrants, especially the Venetian, the number of speakers and occupied areas. The objective of this study is to investigate the process of maintaining / replacing the Venetian in São Bento of Urania district, rural area of the municipality of Alfredo Chaves, Espírito Santo. To achieve this goal, interviews were conducted in this district, which were about the historical traditions of the community, the family, religion and school. The analysis was based on the assumptions of Sociolinguistics in part of the Contact Language, based on theoretical as Weinreich (1953), Fishman (1968; 1972), Appel and Muysken (1996), Coulmas (2005) and others, discussing topics relevant to the research in question: the language contact and the maintenance / replacement of minority languages. Besides this bibliographical apparatus, this study makes use of a qualitative approach, which allows a more revealing analysis of interviews with descendants of Italian immigrants. The results, shown in tables, charts and interpretative analysis of interview excerpts, show that the community maintains the Italian culture when it comes to food, music and some games and entertainment. However, with respect to the Venetian, this virtually disappeared as it is spoken by a minority of residents, mostly elderly. Interviewees demonstrate not only positive feelings toward their ancestors, but also the desire of having learned the ancestor language. Given these results, we show that the present moment requires attention and care for the Venetian, since evidence was found of an imminent replacement process.

Keywords: Language Contact. Italian immigration in Espírito Santo. Maintenance / language substitution.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Mapa das regiões da Itália	32
MAPA 2: Localização dos imigrantes europeus e seus descendentes no Espírito Santo.....	45
MAPA 3: Alfredo Chaves, ES.....	50

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1: São Bento de Urânia	72
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Informantes de São Bento de Urânia.....74

QUADRO 2: Fatores de manutenção e substituição linguística em relação ao vêneto na comunidade de São Bento de Urânia.....116

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Preços do trigo e a emigração (período 1876-1890).....	30
TABELA 2: Emigração italiana para o Brasil, segundo as regiões de procedência – séc. XIX	31
TABELA 3: Número de imigrantes que retornaram para a Itália.....	38
TABELA 4: Uso atestado do vêneto em São Bento de Urânia, de acordo com os informantes	77
TABELA 5: Domínios de uso do vêneto	78
TABELA 6: Presença da cultura italiana na comunidade de São Bento de Urânia	97
TABELA 7: Visão dos informantes sobre os antigos imigrantes	106
TABELA 8: A vitalidade do vêneto descrito pelos moradores de São Bento de Urânia	108
TABELA 9: Habilidade linguística dos informantes de São Bento de Urânia.....	108
TABELA 10: Fator que influenciou a descontinuidade da transmissão do vêneto	111

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Imigrantes italianos no Espírito Santo por região de origem.....	41
GRÁFICO 2: Quantitativo de imigrantes do Espírito Santo, segundo suas profissões.....	42
GRÁFICO 3: Transmissão da língua para os filhos segundo informantes de São Bento de Urânia	87
GRÁFICO 4: Para qual time você torce.....	104
GRÁFICO 5: A língua falada pelos descendentes de imigrantes italianos de São Bento de Urânia.....	109

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Rede densa91

FIGURA 2: Rede frouxa91

LISTA DE SIGLAS

APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves.

L1 - Primeira Língua.

L2 - Segunda Língua.

PMAC – Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves.

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNESCO - *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* (em português: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. REVISITANDO A BIBLIOGRAFIA	24
2. HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO	28
2.1 A emigração italiana	28
2.2 A imigração no Brasil	36
2.3 Em terras capixabas	38
2.4 Os imigrantes italianos em Alfredo Chaves	45
2.5 A chegada a São Bento de Urânia	47
3. REFERENCIAL TEÓRICO	51
3.1 O percurso da linguística	51
3.2 Língua e sociedade	54
3.3 A Sociolinguística: objeto, conceitos, pressupostos	55
3.4 O Contato Linguístico	57
3.5 Fatores de manutenção ou substituição de uma língua minoritária	61
3.6 A língua e as atitudes linguísticas	66
3.7 A língua e a identidade dos falantes	68
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
4.1 A localidade escolhida	71
4.2 A seleção dos informantes	73
4.3 A coleta e o tratamento dos dados	74

5. ANÁLISE DOS DADOS	76
5.1 Os domínios de uso da língua	77
5.1.1 A Religião	79
5.1.2 O apoio institucional	82
5.2 Os matrimônios.....	83
5.2.1 Transmissão intergeracional no convívio do lar	85
5.2.2 O papel da mulher na comunidade	87
5.3 O número de falantes da língua minoritária e as redes sociais	90
5.4 A localização da comunidade	93
5.5 O caráter permanente ou temporário da imigração	94
5.6 A (des)semelhança linguística e cultural entre os grupos	96
5.7 O status da língua minoritária e do grupo de falantes	98
5.7.1 O status do grupo	98
5.7.2 O status da língua minoritária	99
5.8 Atitudes linguísticas	100
5.8.1 Lealdade linguística	101
5.8.2 Etnicidade	101
5.8.3 Identidade	103
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
8. ANEXOS	133
8.1 Roteiro de perguntas para as entrevistas com os descendentes de Italianos	133
8.2 Termo de consentimento livre e esclarecido.....	135
8.3 Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938	136

INTRODUÇÃO

O século XIX foi, por excelência, um período de profundas mudanças na história do Ocidente. Uma das principais características desse século foi o deslocamento de populações de sua terra de nascimento para outra cidade, país ou mesmo continente. Em meio às múltiplas motivações que levaram milhões de pessoas a migrar, merecem destaque a tentativa da realização de sonhos, a abertura de novas perspectivas de vida, a fuga às pressões cotidianas e à miséria, e a busca do “fazer a América”, envolta em variadas representações construídas e vitalizadas nesse universo.

Nesse contexto, o Brasil recebeu imigrantes de diferentes nacionalidades, como os alemães, poloneses, holandeses, suíços, italianos e árabes. No caso do Espírito Santo, no final do século XIX, 25% de sua população era composta por imigrantes, especialmente italianos oriundos da região do Vêneto.

Aos imigrantes que aqui chegaram foram destinados lotes de terra na região central, montanhosa e desabitada do estado. Depois de muitos dias de caminhada fazendo picadas na mata virgem, famílias inteiras viram seus sonhos serem transformados em dolorosa realidade: era preciso um árduo trabalho, para conseguir o que vieram buscar.

A situação de isolamento em que esses imigrantes se encontravam, entretanto, favoreceu a manutenção de suas tradições familiares, incluindo-se a língua, por muito tempo. Segundo Mioranza (1990, p. 599), no início da colonização, a língua de imigração não convivia diretamente com o português brasileiro, ou seja, no início, os imigrantes italianos se comunicavam em sua língua materna. A aquisição do português ocorreu progressivamente ao longo dos anos e das gerações, segundo as próprias condições de acesso e contato com a língua dominante (MARGOTTI, 2004).

Assim, quando, em uma determinada comunidade, a língua falada passa a conviver, de forma harmoniosa ou não, com outra, temos o fenômeno do contato linguístico. São muitos os tipos de situações que podem dar origem a ele, contudo o fenômeno da imigração é um dos mais importantes.

Os estudiosos do Contato Linguístico reconhecem a dificuldade de se manter viva uma língua minoritária. Weinreich (1970 [1953]) foi o primeiro a estabelecer a Lei da

3ª Geração, segundo a qual a primeira geração de imigrantes é monolíngue na língua minoritária; a segunda é bilíngue; e a terceira entende a língua minoritária, mas fala somente a majoritária. Couto (2009), por sua vez, complementa essa perspectiva, dizendo que a quarta geração, frequentemente, quase não tem nenhum conhecimento da língua dos antepassados.

Entretanto, essa tendência pode ser alterada, dependendo de diversos fatores, como a região onde está localizada a comunidade, a importância que seus moradores dão à língua e à cultura materna, a identificação do povo com o seu país de origem, o fluxo contínuo da imigração etc. Dessa forma, colônias de imigrantes que conseguiram preservar sua língua foram atestadas em várias pesquisas sociolinguísticas (cf., por exemplo, CHAMBERS, 2003). No caso do Espírito Santo, percebemos a vitalidade de línguas como o pomerano, a qual continua sendo falada por diversas comunidades, mesmo sob condições adversas de sobrevivência.

Com respeito aos italianos, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo nos mostra que o número desses imigrantes, em sua maioria, da região do Vêneto foi muito superior ao das demais etnias; entretanto, eles não conseguiram manter sua língua. Dessa forma, pretendemos descrever, neste trabalho, o processo de substituição do vênето pelo português, numa comunidade rural fortemente colonizada por esses imigrantes.

Nesse sentido, a motivação para este trabalho deu-se ao pensarmos na grande vitalidade de outra língua de imigração – o pomerano –, cujos falantes viveram sob condições bastante semelhantes às dos imigrantes italianos. Assim, faz-se importante analisar como se deu a trajetória do vênето no Espírito Santo, a fim de contribuirmos para a descrição da diversidade linguística do estado. Mesmo em nossos dias, ainda são poucos os trabalhos que tratam do contato entre as línguas de imigração e o português, no Espírito Santo, como veremos no próximo capítulo. Dessa forma, justificamos esta pesquisa por trazer novas luzes ao fenômeno do contato linguístico no nível social, num estado de culturas e etnias tão diversificadas como o nosso.

Em vista do exposto, tendo como base os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística e do Contato Linguístico (WEINREICH, 1970 [1953]; FISHMAN, 1968 e 1972; APPEL e MUYSKEN, 1996; COULMAS, 2005; etc.), este trabalho objetiva

discutir as consequências sociolinguísticas do contato entre o vêneto, a língua de imigração, minoritária, e o português, a língua majoritária e oficial, analisando a importância dos fatores sociais para a substituição do primeiro pelo segundo.

Portanto, propomos aqui um estudo sociolinguístico que investiga *in loco* a situação do vêneto: sua história e sua vida a partir da história e da vida de seus falantes. Para alcançarmos esse objetivo, fizemos uma pesquisa exploratória de campo, realizando entrevistas sociolinguísticas com 62 descendentes de italianos, dividindo-os de acordo com os seguintes grupos de fatores sociais: gênero/sexo, faixa etária e nível de escolaridade. A comunidade escolhida foi o distrito de São Bento de Urânia, localizado na zona rural do município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo, que tem vivenciado transformações em sua organização social, política e cultural diretamente relacionadas às políticas de integração das mesmas à sociedade nacional.

Antes, porém, de prosseguirmos, faz-se importante esclarecer, aqui, uma nomenclatura utilizada nesta dissertação. Sabemos quão complexa é a distinção entre língua e dialeto¹, sendo que não existe um consenso sobre os critérios usados para distinguir ambos os conceitos. Nas palavras de Trudgill (1992, p. 23), dialeto é

Uma variedade de língua que difere gramatical, fonológica e lexicalmente de outras variedades, e que está associada a uma área geográfica particular e/ou a uma classe social ou ao status de um grupo. [...] O termo é frequentemente usado para se referir somente aos dialetos não-padrão ou aos dialetos tradicionais. Especificamente falando, entretanto, variedades como o inglês padrão são apenas dialetos como quaisquer outros. Uma língua é tipicamente composta por um número de dialetos².

De acordo com Couto (2009), praticamente não há diferença linguística entre língua e dialeto: ambos servem igualmente bem à interação de uma comunidade. Entretanto, como afirma Mané (2012), o termo *dialeto* traz uma grande carga de preconceito. Automaticamente, a linguagem falada pelas classes mais altas é vista como a forma

¹Em se tratando de uma mesma língua, a Sociolinguística recorre ao termo *variedade* para designar as diferentes modalidades falada por uma comunidade constituída por pessoas que partilham um código e normas (regras) linguísticas comuns. Entretanto, nesta dissertação, estamos tratando de sistemas linguísticos diferentes: o italiano padrão e o vêneto.

²A variety of language which differs grammatically, phonologically and lexically from other varieties, and which is associated with a particular geographical area and/or with a particular social class or status group [...] The term is often used to refer only to nonstandard dialects or to traditional dialects. Strictly speaking, however, standard varieties such as Standard English are just as much dialects as any other dialect. A language is typically composed of a number of dialects.

correta de expressão. Nesses termos, o dialeto passa a ser uma linguagem excluída de uma sociedade de hábitos linguísticos ditos *polidos*.

Também de acordo com Couto (2009), o dialeto sempre teve um status inferior ao da língua. Tanto que, quando se quer rebaixar o status de determinada língua ou designá-la pejorativamente, estigmatizando-a, é comum as pessoas a chamarem de *dialeto*. Porém, trata-se apenas de uma questão de poder. Portanto, o povo que conseguir impor seu dialeto no país, este será considerado como *língua*; já o povo que não tiver esse poder, terá seu meio de comunicação considerado *dialeto*. Sobre essa questão, Couto (2009, p. 57) afirma: “Não é para menos que já se disse que língua é um dialeto com um exército e uma marinha”, para salientar a dificuldade de se definir um e outro.

Devido a esses fatores, neste trabalho, iremos referir-nos à língua de imigração aqui pesquisada apenas como *vêneto*, sem tomarmos partido na discussão sobre o que é ele: língua ou dialeto³.

Isso posto, dividimos este trabalho em sete partes ou capítulos. No primeiro, apresentaremos alguns dos principais estudos já realizados a respeito do contato entre o vêneto e o português no Espírito Santo, os quais servirão de fonte não somente teórica, mas também de comparação entre as respostas de nossos informantes com os resultados obtidos por esses pesquisadores.

O segundo capítulo focaliza o contexto histórico da colonização italiana, desde a saída dos imigrantes da Itália até sua chegada e instalação em São Bento de Urânia.

O terceiro capítulo está dedicado ao Referencial Teórico utilizado, o qual deu subsídios a nossas análises - o Contato de Línguas com seus múltiplos temas: âmbitos/domínios de usos das línguas, as atitudes linguísticas e os fatores sociolinguísticos que levam à manutenção ou à substituição de uma língua minoritária.

No quarto capítulo estão descritos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa: a comunidade estudada, a seleção dos informantes e a coleta dos dados, os quais são analisados no quinto capítulo. No sexto e último capítulo, apresentamos

³Sobre uma breve apresentação da história do Vêneto, incluindo sua língua, cf., entre outros, <https://www.youtube.com/watch?v=ZL5ffP72Tno> e <https://www.youtube.com/watch?v=eMMuedMrCl8>.

as Considerações Finais sobre todo o percurso desta pesquisa. Em seguida, encontram-se listadas as obras de referência lidas e, por fim, os Anexos. Começamos, então, com a Revisão da Bibliografia.

1 – REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

Neste capítulo, citaremos alguns dos principais trabalhos que têm como foco os temas relacionados aos nossos, quais sejam: a imigração no Espírito Santo no contexto da constituição da identidade regional, especialmente a italiana, e as consequências sociolinguísticas do contato que ocorreu a partir dessa imigração.

Em um primeiro momento, o processo imigratório no Brasil nos parece muito discutido, apresentando uma temática já analisada inúmeras vezes, ou seja, parece que tudo já foi dito. Porém, cabe ressaltar que os estudos publicados referem-se predominantemente à região Sul do Brasil; em se tratando do Espírito Santo, as consequências do contato linguístico que aqui ocorreram ainda são relativamente pouco conhecidas.

Com relação ao contato entre o português e as línguas germânicas no estado, temos o trabalho de Bremenkamp (2010), que pesquisou a vitalidade do Zeeuws em diferentes comunidades holandesas do município de Santa Leopoldina. Em seus resultados, confirmou-se o iminente desaparecimento dessa língua, pois restavam, à época das entrevistas, apenas treze falantes, todos acima dos 60 anos. Com relação ao contato português/alemão/pomerano, alguns trabalhos investigaram as interferências fonéticas da língua de imigração no português falado por adultos em Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá (RODRIGUES, 2009) e por crianças dos municípios de Santa Maria de Jetibá (BENINCÁ, 2008; HAESE, 2006; 2007) e de Santa Leopoldina (BARTH, 2007).

Destacamos igualmente a tese de doutorado de Tressmann (2005), realizou um estudo etnolinguístico a fim de descrever e analisar textos orais dos pomeranos do Espírito Santo, numa interface com a Linguística e a Antropologia. Também Höhmann (2010) dedicou-se a pesquisar a situação sociolinguística do pomerano no Espírito Santo, avaliando seu grau de vitalidade em cinco municípios espírito-santenses e concluindo que a língua pomerana está definitivamente ameaçada. Por fim, temos a dissertação de mestrado de Bremenkamp (2014), que estuda a situação sociolinguística da língua pomerana e as consequências de seu contato com o português. Para essa pesquisadora, a comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá é bilíngue e não há evidências de que a língua minoritária esteja ameaçada.

Com respeito ao contato entre o português e as línguas italianas, temos o projeto de pesquisa coordenado pela professora Dr^a Edenize Ponzo Peres, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), intitulado *Línguas em contato: o português e o italiano no Espírito Santo*, cujos objetivos são: i) analisar a influência das línguas de imigração – especialmente o vêneto – no português falado atualmente pelos descendentes de imigrantes italianos; ii) analisar os fatores de manutenção/substituição das línguas minoritárias no estado.

As consequências fonético-fonológicas do vêneto sobre o português foram pesquisadas nos seguintes trabalhos de Conclusão de Curso e Pesquisas de Iniciação Científica⁴:

- a) Grillo et al. (2006), em São Bento de Urânia e em Carolina, Alfredo Chaves;
- b) Pizetta e Daltio (2006), em Vargem Alta;
- c) Liberato (2010) e Schneider (2010), e Stein (2010), respectivamente nas zonas urbana e rural de Marechal Floriano;
- d) Reis (2011) e Cavalcanti (2011), respectivamente nas zonas rural e urbana de Castelo;
- e) Marinho (2011), na zona urbana de Santa Teresa;
- f) Arrivabene (2011), na zona urbana de Jaguaré;
- g) Peterle (2012) e Fiorin (2014), respectivamente nas zonas rural e urbana de Alfredo Chaves⁵;
- h) Loriato (2011), na zona rural de Itarana;
- i) Gevigi (2013), na zona rural de Cachoeiro de Itapemirim;
- j) Kuster (2013), na zona rural de Laranja da Terra.

Dos trabalhos citados, destacamos os de Peterle (2012) e Fiorin (2014), que também estudaram duas comunidades do município de Alfredo Chaves. O primeiro verifica as consequências do contato entre vêneto e o português com respeito à variação da pronúncia do fonema /r/, descrevendo a influência das variáveis extralinguísticas – idade, gênero e grau de escolaridade – para a ocorrência desse fenômeno. Os

⁴ Pesquisas de Mestrado também estão sendo realizadas em comunidades rurais de Alfredo Chaves – como é o caso deste estudo – e de Santa Teresa.

⁵O interior do município de Alfredo Chaves, por ser um dos maiores e principais redutos de descendentes de italianos e por seu isolamento geográfico durante muitas décadas, mereceu um número maior de pesquisas.

resultados mostraram que a influência dos traços do vêneto se dá quando o fonema /r/ encontra-se em início de palavra e em coda silábica, sendo a influência favorecida pelos informantes idosos e pela escolaridade baixa.

O segundo trabalho teve os mesmos objetivos da pesquisa anterior, sendo realizado na comunidade de Boa Vista, próxima à zona urbana, mas localizada numa região de difícil acesso. Devido às características dessa comunidade, foram coletados os dados apenas dos informantes acima de 50 anos, com até 04 anos de escolarização, de ambos os sexos. Os resultados mostram que a pronúncia com influência vêneta é favorecida somente quando a variável dependente se encontra em posição de coda silábica no interior de palavra. Assim como no estudo de Peterle, a variável gênero/sexo não foi selecionada como significativa pelo Programa Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

Com respeito às características sócio-históricas do contato linguístico, temos os artigos de Peres (2011a; 2011b; 2014). O primeiro busca descrever a situação da língua e da cultura do vêneto presentes em Araguaia, zona rural de Marechal Floriano, uma das primeiras comunidades a receber imigrantes italianos. Seu objetivo principal é verificar se os mais jovens estão conservando ou perdendo suas tradições e costumes. Segundo a autora, todos os informantes relataram que os avós, tios e alguns pais ainda conversam na língua estrangeira, principalmente quando se encontram em festas, na missa e até em casa, ou quando os interlocutores não querem que outras pessoas os entendam. Entretanto, a língua não foi ensinada às gerações mais novas, o que fatalmente levará a seu desaparecimento.

O segundo trabalho de Peres (2011b) trata da situação sociolinguística dessa língua de imigração em algumas das localidades já pesquisadas. A autora ressalta a importância de um estudo mais centralizado nas atitudes linguísticas dos descendentes de imigrantes, para explicar a perda dos traços do vêneto. E o terceiro trabalho (PERES, 2014) analisa a situação sócio-histórica do vêneto no Espírito Santo e os fatores considerados objetivos, de acordo com a literatura do Contato Linguístico, para a manutenção de uma língua minoritária. Segundo a autora, os fatores observados não conseguem explicar o quase desaparecimento do vêneto no estado, visto que outras, línguas minoritárias, com chances muito menores de manutenção,

ainda sobrevivem, como o pomerano (BREMENKAMP, 2014) e o guarani (CALAZANS, 2014).

Portanto,

[...] devemos observar as atitudes linguísticas dos italianos para com seu país e sua língua materna, para entendermos por que esta foi substituída até em casa, que é o último e mais importante domínio onde uma língua minoritária pode existir (PERES, 2011b, p.18).

Em vista do que foi exposto, consideramos de extrema relevância analisar o caminho sociolinguístico do vêneto numa comunidade rural do estado, onde as pressões para o uso da língua oficial do país são menores do que nas zonas urbanas. Dessa forma, esperamos desenvolver um estudo sobre o comportamento sociolinguístico dos descendentes de imigrantes italianos do distrito de São Bento de Urânia. Não obstante, primeiramente faz-se necessário voltarmos-nos para a história desse povo, desde sua origem, na Europa, até os dias atuais, no Espírito Santo. Esse olhar nos ajudará a entender sua cultura e seu modo de viver, de pensar e de sentir, os quais são fatores essenciais para o estudo de manutenção/substituição linguística, foco desta pesquisa.

2 HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO E EM SÃO BENTO DE URÂNIA

No presente capítulo, apresentaremos os aspectos históricos, políticos e socioculturais da imigração italiana para o Espírito Santo, no século XIX. Para tanto, partiremos de um contexto mais amplo, o europeu, para melhor compreendermos esse imigrante: sua trajetória, sua vida e seu lugar na sociedade. Em seguida, descreveremos sua vinda para o Brasil, para o Espírito Santo, para o município de Alfredo Chaves e, finalmente, para a região de São Bento de Urânia.

2.1 A emigração italiana

O fenômeno migratório, na Península Itálica, é algo que se perde no tempo. As transferências temporárias para outras regiões da Europa eram bastante comuns e mesmo incentivadas, já que o trabalho temporário no exterior gerava a entrada de dinheiro no país; porém, a experiência de abandonar definitivamente o seu país começa a dar-se em princípios do século XIX. Nesse período, segundo Franzina (2006), ocorreram grandes modificações políticas e econômicas no continente europeu. Politicamente, após as guerras napoleônicas, o Congresso de Viena, em 1814 e 1815, estabeleceu arbitrariamente novos estados, formas de governo e alianças, sem ouvir os povos a eles submetidos. Assim, a Itália se viu dividida em sete Estados soberanos, surgindo, por conseguinte, o ideal da unificação - o *Risorgimento*⁶.

Entretanto, depois de um longo período de lutas para a unificação do país, sua população, particularmente a rural e mais pobre, tinha dificuldades para sobreviver, quer nas pequenas propriedades que possuía ou onde trabalhava, quer nas cidades, para onde se deslocava em busca de trabalho. Assim, o sonho de paz e prosperidade foi substituído por uma dura realidade: batalhões de homens que não tinham como alimentar a si nem a suas famílias.

⁶ Movimento de unificação italiana que começou em 1815 e findou em 1870.

No plano econômico, o setor agrário era o que predominava na Itália. Assim, as más colheitas em 1878 e 1884, causadas pelas chuvas de granizo em Lenti (Belluno); a seca em Molvena (Vicenza); as inundações, no outono de 1882; as calamidades naturais, como desmoronamentos e avalanches; e a diminuição do valor do gado são causas conjunturais do fenômeno emigratório. Juntam-se a isso as más condições higiênico-sanitárias, a epidemia de cólera em 1886, o desemprego ou os baixos salários e o inverno rigoroso, fatores estes que adquiriram um grande peso por serem concomitantes e que podem ser resumidos em uma única palavra: miséria. O *prefetto*⁷ de Belluno expõe algumas considerações sobre as causas da emigração italiana⁸:

A respeito da emigração [acrescenta o *prefetto* de Belluno], devo dizer infelizmente que continua o êxodo das famílias que deixam a pátria. Às vezes é a febre da fortuna e da riqueza que lhes serve de esperança, mas nessa província, na maior parte dos casos, é a miséria que se tornou intolerável e os empurra ao propósito desesperado de abandonar o país que os viu nascer, os parentes, os amigos e a pátria que talvez tenham contribuído com o próprio sangue para redimir, para enfrentar a miragem de um futuro melhor em países distantes e desconhecidos (FRANZINA, 2006, p. 276).

No período de Risorgimento, a emigração envolveu, sobretudo, os camponeses, pequenos produtores que se inseriam no mercado, mas que eram incapazes de resistir à crise, especialmente à drástica diminuição internacional dos preços do trigo. Com a crise, constatou-se um aumento gradativo da emigração italiana, conforme observamos na tabela abaixo, adaptada de Franzina (2006, p. 73):

Tabela 1 - Preços do trigo e a emigração (período 1876-1890)

⁷ *Prefetto* é o representante do governo central em cada província italiana.

⁸ *Relazione sullo spirito pubblico e sui servizi amministrativi per il trimestre 1886*, in Franzina (2006, p. 276).

Anos	Preço médio do trigo (em liras)		Emigração a cada mil habitantes
	Qualidade A	Qualidade B	
1876-1880	32,94	32,49	0,84
1881-1885	25,08	23,53	1,99
1886-1890	23,36	21,94	4,14

Aliada à difícil situação do setor agrícola do país estava a crescente industrialização da economia, que se dava concomitantemente em toda a Europa e que agravou a já dramática situação italiana, pois a alta produtividade das máquinas substituía as formas de produção menos rentáveis, gerando mais desemprego e fome. Dessa forma, a solução era emigrar. Na segunda metade do século XIX, percebe-se um deslocamento contínuo e crescente das massas trabalhadoras ao continente americano, graças à disponibilidade de “terra livre” ou de trabalho.

Os anos que assinalaram os picos mais impressionantes do movimento migratório em direção ao Brasil foram os de 1888, 1891, 1895 e 1897. Na Tabela a seguir, verificamos que a maioria dos imigrantes que vieram para o nosso país era procedente das regiões do norte da Itália, principalmente do Vêneto.

Tabela 2 – Emigração italiana para o Brasil, segundo as regiões de procedência – séc. XIX.

Ordem	Região	Número de imigrantes
1	Vêneto	8.671
2	Lombardia	4.392
3	Trentino-Alto Adige	3.043
4	Emilia-Romagna	2.282
5	Piemonte	1.195
6	Friuli-Venezia Giulia	854
7	Marche	503
8	Abruzzo	484
9	Toscana	236
10	Campania	138
11	Sicilia	58
12	Liguria	53
13	Umbria	52
14	Basilicata	50
15	Calabria	41
16	Puglia	36
17	Lazio	26
18	Sardegna	6
19	Valle d'Aosta	3
	Não consta a região	10.777
	TOTAL	22.123

FONTE: (APEES, 2007)

No mapa abaixo, vemos as regiões da Itália. Como dissemos, da região norte saíram os imigrantes italianos para o Espírito Santo.

MAPA 1 – Mapa das regiões da Itália.



Fonte: http://guaraci-divisa-com-minas.blogspot.com.br/2011/01/guaracienses-de-descendencia-italiana_22.html. Acesso em 17 de maio de 2014.

O processo de emigração italiana sofreu pelo menos duas forças opostas, na Itália: uma de expulsão da terra natal e outra que instava os italianos a permanecer em seu país (FRANZINA, 2006).

O movimento de expulsão, como vimos, teve origem nas adversidades econômicas e sociais para os italianos pobres, mas outros fatores contribuíram para convencer os camponeses a emigrar, pois, mesmo com as dificuldades no presente e a ilusão de

uma vida melhor no futuro, ainda assim se fazia necessária a apresentação de uma perspectiva concreta, com alguma garantia para a melhoria de suas vidas. Quem geralmente se incumbia da *persuasão* dos italianos eram os agentes de imigração dos países americanos.

O trabalho dos agentes de recrutamento, na Itália, foi de extrema importância para a imigração, pois foi um poderoso formador da opinião das classes trabalhadoras. Franzina (2006, p. 320) nos dá um exemplo, retirado de um manifesto de um proprietário de terras do Vêneto, sobre o ânimo dos trabalhadores rurais dessa localidade com o trabalho dos agentes de imigração americanos.

Na América, na América, sussurram entre eles esses camponeses; lugar abençoado, vocês sabem, onde não se trabalha, há dinheiro aos montes, “nunca mais submetidos” a esses patrões bestiais [...]. Eis o discurso em voga, que ultrapassa qualquer outra preocupação, que se ouve em todas as áreas rurais, na adega, nas casas, nas ruas e até na Igreja [...]. Que trabalhos novos! Que cuidado com o adubo, com os animais, com os campos! América, América. Se os patrões te impõem um centavo a mais, América; se por desgraça vem uma pequena chuva de granizo, América; se, às vezes, te toma o capricho de comprar muito tabaco ou um relógio com corrente, América; na América tudo se encontra e sem esforço (FRANZINA, 2006, p.320).

Os emigrantes deixavam muito claros os motivos para querer a expatriação: a privação “de todos os meios de subsistência”, o fato de se encontrarem “sem trabalho” e a certeza de encontrar, do outro lado do Atlântico, uma “ocupação estável e vantajosa”. Vinham para a América com a raiva no corpo e com a morte no coração, nos descreve Franzina (2006, p. 323), mas partiam carregados de esperanças e expectativas que não pareciam irrealis ou ilegítimas. Para aqueles homens, a emigração tornou-se uma forma de libertação da exploração e da falta dos elementos essenciais à vida, juntamente com uma carga de ódio e aversão pelos senhores de terra. Esse período foi fortemente marcado por manifestações que desembocavam no ritmo alegre dos cantos dos camponeses que partiam e na sátira a esses proprietários, como demonstra Franzina (2006, p. 323).

Iremos para a América
No tal belo Brasil
E aqui os nossos senhores
Trabalharão a terra com a pá!!!

A visão do Novo Mundo foi assim se estabelecendo para os camponeses vênets, que a construíam através da propaganda dos agentes americanos de imigração e das cartas - fossem elas verídicas ou não - recebidas de parentes. Nelas, a América se configurava como um local de acontecimentos diversos, com a descrição de montes, planícies e florestas, fauna inusitada, pássaros de muitas espécies, selvagens ou bárbaros indígenas, bons ares e águas, o terrível *bisso* (bicho-de-pé), insetos e *mossati* (mosquitos), as colheitas com o trabalho assalariado, os hábitos, os negros e os preços dos alimentos. Esses elementos contribuíram para a mitificação da “terra prometida” como refúgio para uma vida nova num mundo novo.

Franzina (2006) afirma que, embora os italianos soubessem que na América não se excluía a fome e a dor, o mundo novo apresentava-se mais hospitaleiro e mais próspero do que aquele que estavam deixando para trás. Enfim, a América se expõe circundada de novidades, o que permite aos camponeses formularem, no alto de suas emoções, reflexões relativas à terra descoberta, vista como paraíso. Todas as oportunidades que essa terra proporcionava, antes ilusórias, agora se configuravam como uma alternativa real para a elevação social e a melhoria socioeconômica dessas pessoas, o que era impensável na terra natal.

Por sua vez, o movimento oposto ao de expulsão dos italianos foi a pressão, na Itália, para a permanência dos patrícios. Para compreendermos essa resistência à partida definitiva dos camponeses, é preciso pensar que estes eram os responsáveis pelos pequenos e constantes fluxos migratórios para outros países europeus em busca de trabalho temporário, o que desempenhou um papel muito importante no interior dos modelos vênets e italiano de desenvolvimento. Além disso, os meeiros também constituíam a força de trabalho dos senhores de terra do norte da Itália. Dessa forma, esses proprietários ficaram convencidos de que, com a emigração, seriam lesados em termos de mão de obra em seus campos, bem como temiam um despovoamento absoluto dos mesmos.

Os protagonistas burgueses da antiemigração, chamados de *antiemigrantistas* (FRANZINA, 2006), acreditavam poder, em nome do desenvolvimento da Itália, diminuir ou mesmo impedir, com discursos persuasivos, a partida definitiva dos camponeses e suas famílias para a América. Frequentemente os prefeitos e padres,

seguidos de secretários municipais e professores, tentavam dissuadi-los da ideia da emigração. Franzina (2006) nos traz um excerto de artigo publicado num jornal da região, enfatizando as principais causas da emigração:

Hoje [escreve um jornal clerical que se torna intérprete de um estado de ânimo difuso também entre as outras camadas da opinião pública vêneta] não temos mais ânimo de escrever o que se escrevia anos atrás; hoje não podemos criticar nem levemente esses desgraçados, que se abandonam ao mar à procura de um país que mate a sua fome (FRANZINA, 2006, p. 275).

Um grande número de jornais vênets, inspirados no conceito de antiemigrantismo, publicou milhares de comunicados, advertências, notas e circulares da Prefettura e dos patronatos da emigração, que tinham o objetivo de avisar aos interessados que, na América Latina, não havia demanda de trabalho, o clima não era conveniente aos hábitos italianos e que havia epidemias e ainda uma guerra civil.

Porém, nenhum dos argumentos utilizados conseguiu inibir o êxodo: nenhum ou pouquíssimos emigrantes levaram em conta esses fatos. Pelo contrário, nas diversas etapas da emigração, houve momentos de grande entusiasmo entre os camponeses. Na partida para a América, eles vendiam todas suas coisas - animais, móveis e pedaço de terra, se possuíssem - e levavam somente alguma quantia de dinheiro, em torno de 150 e 300 liras, o que dava para pagar a passagem do navio para um adulto na terceira classe, a qual girava em torno de 160 a 200 liras, e sobrar um mínimo para reconstruir a vida no novo destino.

Entretanto, no Brasil, a realidade que encontraram foi muito diferente da que imaginaram. Esse é o tema de nossa próxima seção.

2.2. A imigração no Brasil

Para acompanhar a trajetória da imigração italiana no Brasil, podemos tomar como marco inicial um decreto de D. João VI datado de 1808, que permitia a posse de terra a estrangeiros. À época, a nação brasileira iniciava um intenso processo de transformação social, e as ideias abolicionistas ganhavam força. Ao mesmo tempo, a política de imigração passou a ser planejada, com o propósito não só de suprir a mão-de-obra necessária à agricultura, mas também de colonizar territórios pouco ocupados e *branquear* a população brasileira (IOTTI, 2010).

Quanto a este último objetivo, no final do século XIX e início do século XX, as ideias de darwinismo social⁹ e eugenia racial¹⁰ tiveram grande prestígio no pensamento científico mundial. Na medida em que essas ideias eram aceitas e divulgadas nos meios científicos e políticos, os brasileiros foram considerados incapazes de desenvolver o país por serem, em sua expressiva maioria, negros e mestiços. Dessa forma, a partir da primeira metade do século XIX, nosso Governo deu início a uma política de “branqueamento” do país, a qual se intensificou na segunda metade desse século. Por isso, alastrou-se a propaganda do Brasil na Europa, tentando convencer os europeus a emigrar para o nosso país.

A partir dos anos 1870, a imigração italiana tomou dimensões consideráveis, transformando-se num fenômeno de massa entre 1887 e 1902, o que contribuiu decisivamente para o aumento demográfico de nosso país. De acordo com Trento (1989), entre 1880 e 1924, entraram no Brasil mais de 3.600.000 imigrantes, dos quais 38% eram italianos. O Brasil se colocava, assim, em 3º lugar no destino da emigração italiana entre os anos 1880 até a Primeira Guerra Mundial.

⁹Darwinismo social é a tentativa de se aplicar o darwinismo nas sociedades humanas. Descreve o uso dos conceitos de luta pela existência e sobrevivência dos mais aptos, para justificar políticas que não faziam distinção entre aqueles capazes de sustentar a si e aqueles incapazes de se sustentar. (<http://www.trabalhosfeitos.com/topicos/darwinismo-social-e-racismo/0>) Acesso em 17 de maio de 2014.

¹⁰A eugenia é um termo criado por Francis Galton (antropólogo, meteorologista, matemático e estatístico inglês, nascido em 1822 e morto em 1911), que a definiu como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente. (<http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/eugenia-e-discriminacao-racial>) Acesso em: 17 de maio de 2014.

A imigração italiana no Brasil se caracterizou por contar com um elevado número de famílias, o que demonstra sua intenção em permanecer em nosso país. A viagem era penosa, durando aproximadamente trinta e um dias, quando o navio era a vapor, e até dois meses, quando se tratava de um veleiro. A travessia tem sempre uma descrição terrível, sendo narradas histórias de imigrantes que vieram apinhados nos navios e da comida escassa e muitas vezes deteriorada. Eles vinham deitados na parte do convés, em beliches ou mesmo no chão. Segundo Trento (1989), em dois navios que chegaram ao Brasil em 1888, contaram-se 52 mortos de fome e 24 mortos por asfixia.

Ao chegarem ao novo continente, constatavam a realidade que enfrentariam, a qual Trento (1989) resume neste fragmento:

(...) chegamos ao nosso destino; e nosso coração enchia-se de esperança ao pensar que encontraríamos uma casa, um campo, animais. E, ao invés disso, nada; nos amontoaram num barracão e depois nos disseram: 'Agora é com vocês! Receberão ferramentas de trabalho e comida, amanhã lhes serão atribuídos os seus lotes'. Nossos lotes! Só víamos céu e mata e nunca nos sentimos tão sozinhos e abandonados como então. Muitos de nós choraram (TRENTO, 1989, p. 91).

Os imigrantes eram alojados por oito dias nas hospedarias, pois não havia emprego imediato para o numeroso índice de camponeses ou mesmo para verificar se não haviam contraído nenhuma doença. As hospedarias eram lotadas e estavam em péssimas condições. Trento (1989, p. 45) cita uma nota publicada no jornal *Il Ficcanaso*, em 21 de abril de 1893: "A higiene, o moral, a alimentação, os tratamentos, são coisas de dar horror, no verdadeiro sentido da palavra".

Muito cedo os imigrantes aprenderam que o decantado país era, na verdade, uma miragem. Assim, houve muitos imigrantes que, lançados à própria sorte, não tiveram coragem, condições ou mesmo entusiasmo de permanecer no Brasil. Restou-lhes voltar para a Itália. Podemos observar, pela Tabela 3, o número de imigrantes que retornaram à pátria, arriscando-se mais uma vez na travessia do oceano.

Tabela 3 – Número de imigrantes italianos que retornaram para a Itália

Ano	Número de imigrantes chegados ao Brasil	Número de imigrantes que retornaram para a Itália
1885	13.994 emigrantes	1.676 emigrantes
1886	9.340 emigrantes	1.565 emigrantes
1887	37.690 emigrantes	1.608 emigrantes
1888	108.865 emigrantes	2.486 emigrantes
1889	17.156 emigrantes	8.815 emigrantes
1890	18.228 emigrantes	9.162 emigrantes

Fonte: PUPPIN (1981, p.31)

Os que aqui ficaram se depararam com muito trabalho, que lhes tomava todo o tempo. Porém, os imigrantes, decididos a extrair todas as possibilidades que a terra tinha a lhes oferecer, trabalhavam de sol a sol, sem dias livres ou longos espaços para o lazer. Na tentativa de preservar os costumes e manter a proximidade com os patrícios, organizaram-se em grupos e promoviam festas, as quais eram desenvolvidas como atividades sociais e culturais. Apesar de se integrarem à sociedade brasileira, não esqueceram a pátria de origem, como é possível perceber nos hábitos e costumes que mantiveram até hoje.

No Espírito Santo, o movimento imigratório alterou significativamente a estrutura socioeconômica do estado e determinou características inconfundíveis, como passamos a descrever.

2.3 Em terras capixabas

As causas da vinda dos europeus para o Espírito Santo não diferem daquelas que motivaram a vinda para os demais estados brasileiros, mas aqui a imigração tomou proporções distintas da que aconteceu no restante do país. No século XIX, o território capixaba era muito pouco povoado: de acordo com dados de censos realizados nesse século, em 1824 o Espírito Santo contava com 40.627 habitantes; em 1827, com 41.562; e, em 1856, com 49.092 habitantes (OLIVEIRA, 2008, p. 331). A escassez populacional deveu-se, sobretudo, à proibição do Governo Imperial de colonizar o estado, a fim de proteger as minas de ouro do estado vizinho, Minas Gerais. Dessa forma, antes da vinda dos imigrantes, o Espírito Santo era um território de imensos vazios demográficos. Portanto, a solução mais rápida para povoar o interior foi trazer os imigrantes europeus.

Segundo Derenzi (1974), a primeira leva de imigrantes italianos destinados à Província do Espírito Santo era proveniente da região de Trento e foi trazida por Pietro Tabacchi, quem os introduziu no município de Santa Cruz, em terras a ele concedidas pelo Decreto Imperial 5.295, de 31 de maio de 1872.

Os imigrantes acreditavam que havia um contrato entre o governo da Itália e o do Estado do Espírito Santo, como relata Nagar (1895, p.28). Com base nesse contrato, seriam garantidos benefícios aos imigrantes que aqui se estabelecessem por no mínimo três anos, como um título provisório de propriedade, o qual seria posteriormente considerado título definitivo, mediante o pagamento da dívida que o imigrante adquiria, no valor de 250 mil réis, para a compra de ferramentas, uma casa provisória e um pedaço de terreno desmatado (NAGAR, 1895).

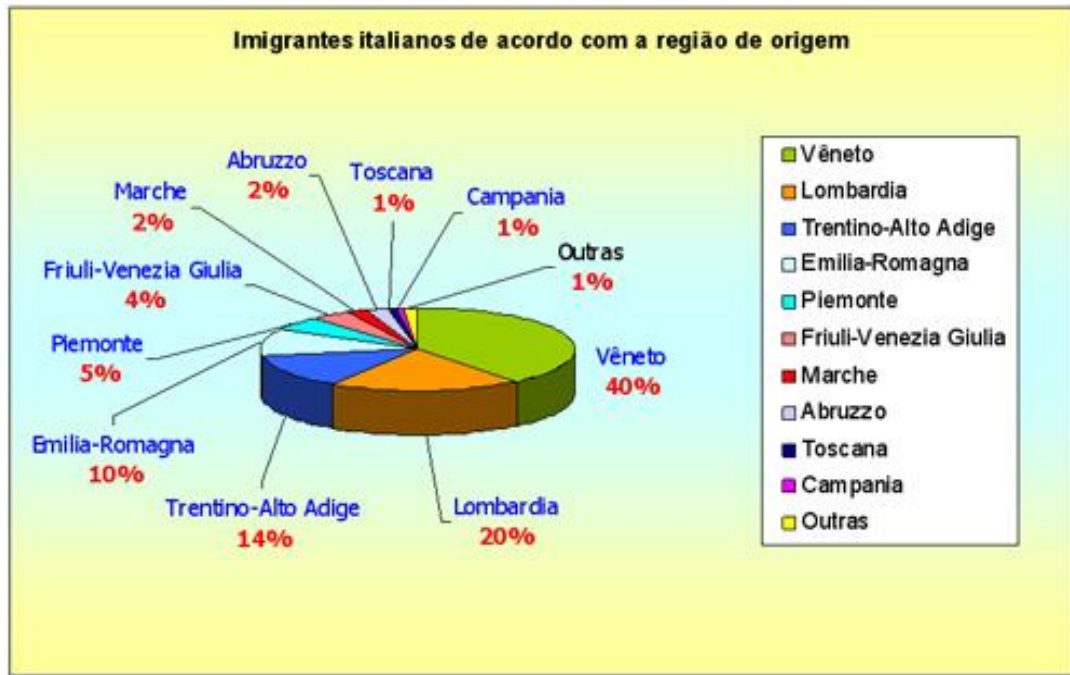
Porém, os imigrantes foram protagonistas de tristes histórias que envolveram a questão da imigração no Espírito Santo, pois, uma vez chegados ao seu destino, além de encontrar uma realidade bem diferente daquela que havia sido prometida, os emigrantes se viam sem nenhum auxílio. Os relatos das dificuldades pelas quais passava o imigrante italiano no Espírito Santo também se confirmam na fala de Aristides Armínio Guaraná, diretor da Colônia de Santa Leopoldina, quando, em um ofício enviado ao Presidente da Província, Manoel da Silva Mafra, chama a atenção para tal fato:

Embarcam-se espontaneamente na Itália, pagando suas passagens, indivíduos que pretendem reunir-se a suas famílias em diferentes pontos do Brasil. A agência naquele país, recebendo-os em seus navios, toma-lhes os passaportes nos quais, sem ciência dos interessados, lança o seguinte dístico: Bom para Vitória. Ignorando completamente o caminho que devem seguir para chegar aos seus destinos, com facilidade deixam-se mudar os colonos de um para outro navio, e deste modo são transportados até o ponto de desembarque de qualquer colônia desta província. Ali chegados, não encontrando aqueles em busca de quem vieram, muito naturalmente querem a todo transe retirar-se. Não permite isto a Inspeção Geral de Terras e Colonização, e nem por outro lado faz reunir os membros dispersos de qualquer família. Não é difícil concluir-se, que depois de tal contrariedade sucede-se imediatamente o desgosto, e que indivíduos que vinham animados da melhor boa vontade possível, transformam-se em verdadeiros parasitas do Estado, não podendo criar amor a um país que lhes rouba as suas mais doces afeições, como sejam as da família. Reconhecerá V. Ex.^a Comigo, que sem poder retirar-se nem chamar para si os seus, está o colono colocado em um *cativeiro disfarçado* [grifo do autor] com o nome de Colonização, e que só a força física podê-lo-á fazer permanecer em tal lugar (BUSATTO, 1995, cap. III). **(É PRECISO DIZER A PÁGINA)**

Assim como esses, outros relatos confirmam a condição - considerada escravagista - da imigração italiana no Espírito Santo. Os imigrantes aportavam geralmente em Vitória ou no porto de Benevente, atual município de Anchieta, mas havia também os portos de Barra do Itapemirim, Santa Cruz e São Mateus. Carlo Nagar (1895) informa que os imigrantes eram hospedados em uma espécie de albergue, situado sobre uma elevação da margem meridional do porto, com capacidade para, no máximo, setenta pessoas. Após alguns dias, eram distribuídos pelo interior do Estado. Os imigrantes faziam uma longa travessia para chegarem a seu destino, caminhando por alagadiços e picadas nas densas matas virgens - as quais já haviam sido divulgadas na Europa com ênfase em suas belezas - e subiam e desciam serras, guiados por tropeiros. Atravessavam rios caudalosos em canoas e muitos dormiam em troncos de árvores, forrados com algumas folhas. O sonho da terra própria os alimentava até o assentamento, junto com sentimentos que agora se misturavam e oscilavam entre a alegria da chegada e o medo do novo.

Estima-se que 32.900 imigrantes italianos se fixaram no estado (APEES, 2007), um número que correspondia a 25% da população capixaba, provenientes quase totalmente das regiões do norte da Itália: Vêneto, Lombardia, Trentino, Piemonte e Emilia Romagna, como mostra o Gráfico a seguir.

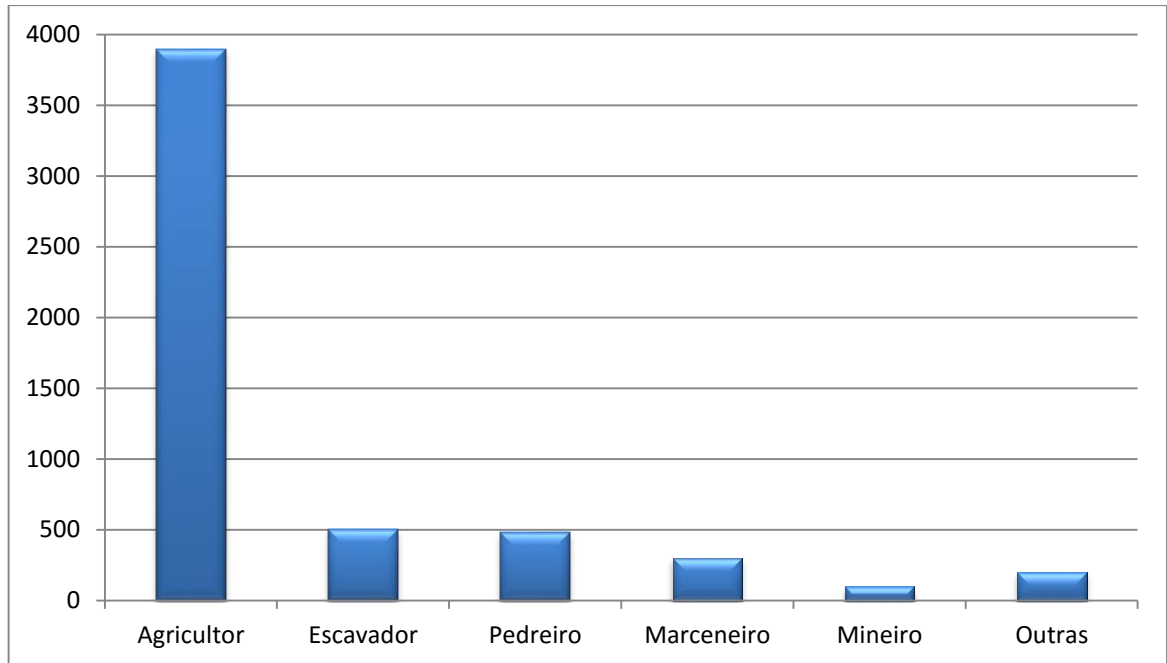
Gráfico 1 – Imigrantes italianos no Espírito Santo por região de origem



Fonte: APEES (2007)

Na onda imigratória italiana, iniciada nos anos 70 do século XIX, os imigrantes eram predominantemente pobres e vítimas da exploração capitalista. No gráfico abaixo, vemos as principais profissões exercidas pelos imigrantes italianos que chegaram ao estado.

Gráfico 2 – Quantitativo de imigrantes do Espírito Santo, segundo suas profissões.



Fonte: Castiglioni (1997, p. 49)

Os imigrantes italianos viveram, até quase o final dos anos 1960, internados em grotões, num panorama de isolamento cultural. Não eram assistidos por médicos, farmacêuticos ou professores, como em geral acontecia com os alemães. Essas funções eram geralmente supridas pelos padres, que foram por décadas os fiéis depositários da confiança dos moradores isolados no meio da mata.

Como dissemos, a maioria dos imigrantes era formada por camponeses pobres, que deixaram sua família e seu país com o objetivo de trabalhar em sua própria terra. Superando as limitações que lhes foram impostas, as diferenças da natureza e da cultura, as doenças tropicais, a tristeza pelos que morreram durante a viagem e a saudade dos que ficaram na Itália, usaram sua força para vencer todas as dificuldades e ainda superar a identidade de imigrante.

Esses imigrantes eram vênnetos, lombardos, trentinos, friulanos, mantovanos etc. Não se sentiam italianos no sentido de um pertencimento a um Estado Nacional, numa

Itália que acabara de se unificar de direito (1870) e a contragosto de muitos. Consideravam-se habitantes de um país que possuía características específicas, adoravam santos específicos e, em algumas situações, falavam, inclusive, variedades linguísticas particulares e incompreensíveis, como relata Lorenzoni (1975), quando narra a travessia oceânica. Ele salienta que, no navio que os trazia para o Brasil, alguns não se entendiam. Contudo, algo os unia: eram migrantes pobres em sua maioria, despossuídos, e essa experiência os tornava iguais, apesar das diferenças culturais. A lembrança de terem participado de um processo comum, apesar das diferenças, pode ser observada ainda hoje entre os descendentes, mesmo que de regiões distintas. Essas características são comuns e nos permite estudar todos e outros grupos migratórios, objetivando a melhor compreensão dessas dinâmicas, que não são privilégio dos descendentes de italianos, mas presentes também em outros grupos étnicos no Brasil, tanto no meio urbano como no rural.

No interior das colônias, segundo Vilaça (2010), o cotidiano dos italianos foi recheado de constantes descobertas. Para entender o processo da instabilidade do imigrante basta observarmos seu custo emocional e físico individual e coletivo, expressos na arquitetura da casa construída, onde se reflete o seu sonho, seu projeto de vida, seus valores, sua cultura. Em geral, a casa era rústica, construída na ação de “ajuntamento” – referente ao mutirão – e depois da obra concluída, era oferecido um baile com a alimentação ofertada pelo proprietário. Na casa, as mulheres possuíam papel substancial, dividido entre os afazeres e cuidados da casa e a assimilação aos elementos do novo ambiente. Os hábitos da Itália permaneceram e misturavam-se à nova nacionalidade: o preparar da polenta e a minestra; o terço rezado toda noite em casa com a família. Portanto, ao investigarmos como se configuraram as relações nos circuitos socioeconômicos de que participaram o imigrante italiano que saiu da Itália nos fins do século XIX, analisamos que este se viu na contingência de adaptar-se à sociedade brasileira de modo a poder garantir sua mobilidade social, como indivíduos e como grupo social quando esta se fez possível, identificando os papéis que foram desempenhados nesse processo. Os colonos italianos souberam articular-se para colher os benefícios da diversidade cultural, pois, como afirma Brant (2003):

Fonte de intercâmbio, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária quanto a diversidade biológica para os organismos vivos. Nesse sentido, ela constitui o patrimônio comum da

humanidade e deve ser reconhecida em benefício das gerações presentes e futuras¹¹.

E, nesse contexto, podemos afirmar que o Espírito Santo tem o encanto de ter a diversidade como identidade.

Baseados nos preceitos aqui mencionados, Beneduzi (2009) frisa que novos sujeitos – híbridos – vão surgindo nessas dinâmicas de inter-relação, tanto no que se refere às experiências de contato entre o “homem imigrante” e a sociedade da terra de chegada, quanto no que tange às novas relações estabelecidas entre os diferentes grupos de estrangeiros.

Durante a Segunda Guerra Mundial, ser “italiano” era uma categoria negativa, mas, a partir do final da guerra, observamos uma reelaboração que aponta o imigrante italiano como o civilizador, àquele que transformou a selva em cidade por meio do suor de seu rosto. A cultura “italiana” é assumida como um elemento de diferenciação, porque promotora de progresso e riqueza. Há uma construção histórica de uma identidade, ligada a determinados comportamentos, que estão associados ao sentido de pertencimento a um grupo (SANTOS; ZANINI, 2009, p. 29).

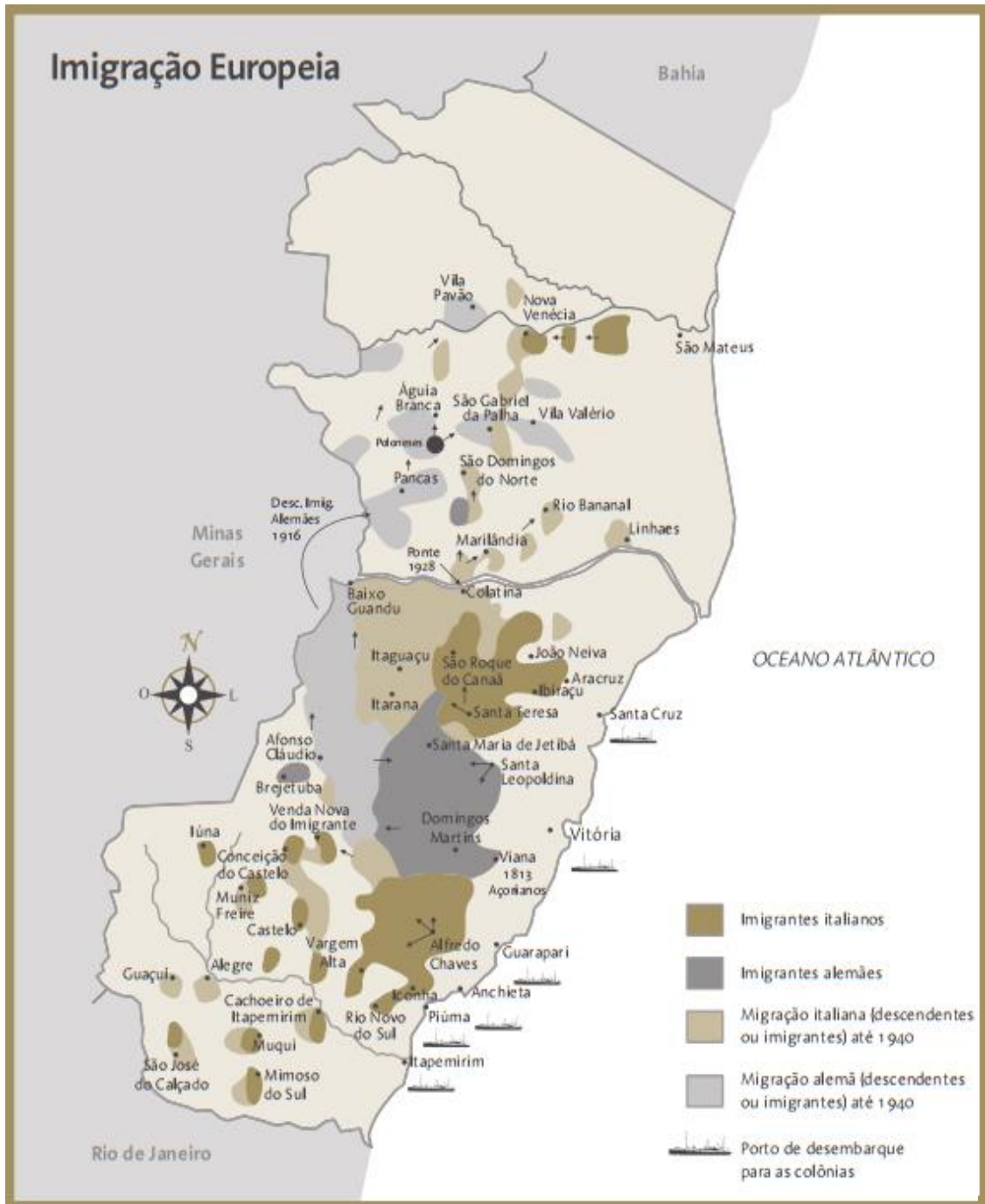
Assim como nos delinea Vilaça (2010), os ítalo-brasileiros participaram e participam do processo de formação e desenvolvimento das cidades, construindo e mantendo um extenso painel de atividades: socioeconômica, cultural e política, modificando significativamente o papel que, no geral, lhes era reservado até a década de 1960. A partir daquela época – para alguns, foi um pouco antes -, finalmente deixam de ser meros camponeses: tornam-se cidadãos. Um sonho do imigrante enfim concretizado.

Passados alguns anos da chegada dos primeiros imigrantes, seus descendentes partiram para a conquista de outras terras, adentrando o Espírito Santo.

No mapa a seguir, podemos visualizar a imigração italiana presente em praticamente todo o Estado do Espírito Santo, bem como na região de Alfredo Chaves, município onde está localizado o distrito de São Bento de Urânia.

¹¹BRANT, **Leonardo. Diversidade cultural e desenvolvimento social.** In: BRANT, Leonardo (org.). Políticas culturais (Vol. I). Barueri, SP: Manole, 2003.

Mapa 2 – Localização dos imigrantes europeus e seus descendentes no Espírito Santo.



Fonte: Martinuzzo, 2009, p. 69.

2.4 Os imigrantes italianos em Alfredo Chaves

Em 1870, chegava ao Brasil um italiano que viria a ter uma influência marcante na história da região de Alfredo Chaves: Giuseppe di Agostino Togneri. De acordo com

Pessali (2010), vinha por conta própria, como muitos europeus, empurrados pela instabilidade política e econômica de uma Europa em transição e atraídos por tudo o que se falava da América: uma terra onde o europeu faz fortuna. Togneri procurava seguir para o interior, onde os fazendeiros juntavam dinheiro e não tinham com o que gastar. Dessa forma, em 1877, Togneri vendeu um pedaço de sua propriedade para a Colônia Imperial do Rio Novo.

Nessa Colônia, aos poucos, foi-se levantando a povoação de Alto Benevente, mais tarde denominada Vila de Alfredo Chaves. Em 1888, a Colônia Imperial do Rio Novo tinha 5.201 habitantes, e o Núcleo do Castelo, que estava dentro da Colônia e abrangia a maior parte do território de Alfredo Chaves, tinha 3.139 habitantes.

No último quartel do século XIX, grupos de imigrantes italianos continuavam chegando ao Espírito Santo, e as terras incultas de Alfredo Chaves eram o destino da maioria. O desembarque se dava em Benevente, onde eram recebidos por um representante do Governo, que falava algumas palavras em vêneto. De acordo com Puppín (1981),

Em Benevente o navio ficava ancorado longe do cais, pois era perigoso aproximar-se devido a pouca profundidade. O pessoal era retirado do navio e colocado em barcas que iam até o cais [...]. Do cais eram levados [...] para um lugar denominado San Martin, onde existia uma casa de imigrante. Pela manhã, todos se levantavam e voltavam ao cais para embarcarem nas pranchas¹² que levavam o pessoal até Alfredo Chaves (PUPPIN, 1981, p.29).

Os recém-chegados cumpriam uma curta quarentena na Hospedaria São Martinho e eram levados de prancha rio acima até um barracão coberto com folhas de palmito, na Fazenda Quatinga. (PUPPIN, 1981).

Em Alfredo Chaves, os imigrantes ficavam à espera de algum parente ou de alguém que os escolhesse para colonos. Segundo Puppín (1981), a espera podia levar de três a quatro dias, fator este que fez com que os trabalhadores descobrissem a escassez da comida. Esses relatos acabaram provocando outras medidas, além da proibição da imigração para o Espírito Santo. O estado recebeu diversas missões consulares

¹² Pranchas eram troncos de banana amarrados, que serviam de transporte para os imigrantes.

italianas, vindas com o propósito de verificar as condições de vida de seus cidadãos emigrados. Entretanto, o governo italiano respondeu tardiamente às queixas dos imigrantes.

Segundo Pessali (2010), os primeiros tempos após a chegada dos imigrantes foram difíceis, em virtude da assistência precária que recebiam, pois os funcionários da imigração, em vez de disponibilizar a comida aos estrangeiros, a trocavam por objetos de valor trazidos da Itália. Contudo, os primeiros imigrantes tinham necessidade de muitas coisas e não tinham mais dinheiro para comprá-las. Esse fator ocasionava uma desorganização no serviço de imigração, fartamente comentada nas cartas que eram dirigidas à Itália, as quais não deixavam dúvidas sobre a má qualidade da assistência aos imigrantes.

A partir de 1890, ao mesmo tempo em que mais famílias continuavam a chegar, geralmente atraídas por parentes, iniciou-se o movimento migratório a partir de Alfredo Chaves em direção a outras terras do estado. Em algumas partes do oeste e do norte do município, as terras eram menos férteis, e ainda se podia encontrar uma quantidade razoável de famílias sem lotes, acomodadas na casa de parentes ou trabalhando como meeiros, fatores esses que causaram a dispersão dos imigrantes (PESSALI, 2010).

Segundo Pessali (2010), esses fatos desencadearam conflitos entre os colonos e as autoridades, as quais, por vezes, recorreram à intimidação e à ameaça para resolvê-los. O autor também relata que os desentendimentos tinham sua origem em promessas não cumpridas pelo Governo brasileiro, arbitrariedades da administração, atraso na entrega de alimentos, mudança da destinação prometida aos imigrantes, duras condições de trabalho e ausência de assistência médica, entre outras queixas dos europeus. Enfim, quem vinha para o Espírito Santo confiava na sorte, no amparo de parentes - se os tinha - e nas possibilidades oferecidas pela nova pátria.

2.5 A chegada a São Bento de Urânia

Assim como em quase todo o território alfredense, os imigrantes vênnetos foram os primeiros habitantes do distrito de São Bento de Urânia, chegando, aproximadamente, no ano de 1888. Eles também desembarcaram em Benevente e, depois de

direcionados, subiram o rio até Matilde, de onde seguiram para a atual localidade de São Brás de Maravilha até Castelinho, no município de Vargem Alta. Em seguida, desbravaram novamente a mata e, por fim, conseguiram seu pedaço de terra em São Bento de Urânia. O vilarejo recebeu esse nome devido à grande quantidade de urânio encontrado no local e pela devoção dos imigrantes a São Bento.

Quando chegaram à localidade, os imigrantes traziam apenas a bagagem, composta de roupas, lençóis, painelas, caldeirões, enxadas, foices e facões. Quem não dispunha de animais de tropa trazia seus pertences pendurados em varas: “Quando viemos para cá foi a pé, e uma tropa trazia a mudança. Ainda viemos com 50 cabeças de galinhas, 25 morreram, porque vieram dependuradas de cabeça para baixo” (VILAÇA, 2010, p. 55). Assim, essas pessoas precisavam reunir suas forças para recomeçar a construir suas casas, suas vidas, pois, de acordo com os informantes desta pesquisa, os imigrantes não encontraram nada na região, somente capoeira e mata fechada:

Ah... aqui encontrou pura mata, tinha nada e sabe o que eis fazia? O meu avô? Eis fazia um paiolzinho alto assim por cima de folha, enfiava quatro pau e subia em cima e de palmito alto assim de folha. Assim de folha... aí eis dormia, fazia fogo embaixo que tinha muitos bicho aqui [...] era tudo mata. (Informante SL, 81, masculino)

Os imigrantes que aí se estabeleceram precisaram trabalhar muito para derrubar a mata, limpar o terreno e cultivar a terra. Seus primeiros plantios foram de milho, feijão e um pouco de salsa e coentro, apenas para o consumo da família. Com o passar do tempo, iniciaram as culturas de tomate, inhame e verduras, assim como conseguiram criar algumas galinhas e porcos, como declara um informante de Vilaça (2010).

Quase não se vendia nada naquela época, era mais produção para comer; quando se vendia alguma coisa, era lá na estação que alguém comprava alguma coisa. A gente levava alguns produtos no lombo dos animais, para tentar vender (VILAÇA, 2010, p. 64).

Com o passar do tempo, a comunidade desenvolveu-se, mas ainda hoje preserva muitas características que remetem ao país de origem, a Itália: o modelo familiar patriarcal; a alimentação, como a polenta, o macarrão e a carne aos domingos; e as diversões depois do culto, como os jogos de cartas, a bocha e a mora.

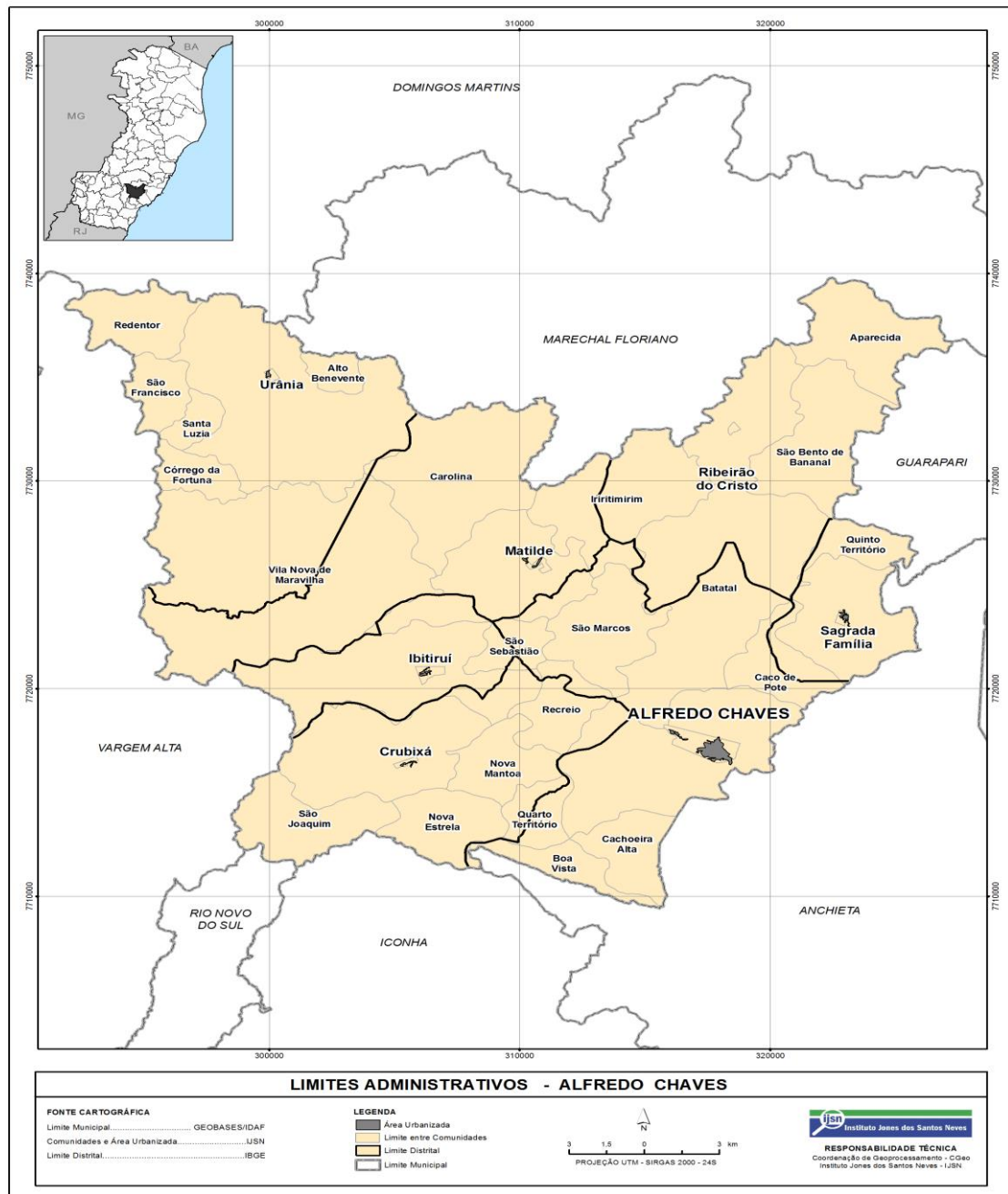
No início da colonização do lugar, a comunicação se dava por meio das variedades vênetas – chamadas por nós, simplificada, de vêneta –, pois todos os moradores eram provenientes dessa região da Itália. Ainda hoje os traços dialetais do vêneta se fazem fortemente presentes na linguagem da população, já que, pela história da colonização do estado e pelo isolamento geográfico da comunidade, durante muitas décadas, os imigrantes tiveram pouquíssimo contato com outras etnias. Além desses fatores, também contribuiu para a preservação da língua ancestral a ausência de instituições governamentais brasileiras. Segundo nossos informantes, até a escola demorou a chegar: a primeira professora da localidade começou ensinar as crianças em sua casa.

Atualmente, no dia a dia dessas pessoas, os hábitos e costumes do mundo rural se impõem, entrelaçando a cultura brasileira com antigas práticas dos imigrantes. Cabe aqui mencionar um trecho do livro *Receita para um Romanceiro* (VILAÇA, 2010), o qual retrata com precisão a rotina dessa comunidade:

Em toda a colônia sempre houve muita inventividade, muito improviso. Sobreviver no período inicial foi obra titânica e genial. Aprender a nova língua, dominar flora e fauna, preservar a memória cultural, produzir bens materiais e imateriais – mais do que sobreviver, vencer. Agarrar-se aos dias antigos, voar com o novo tempo. Pairar culturalmente entre o que passou, o que está passando, de olho no que virá. Eis a jornada e a continuidade da saga dos homens e mulheres que habitam lá nas cumeeiras de São Bento de Urânia (VILAÇA, 2010, p.95).

Enfim, em São Bento de Urânia, os descendentes dos imigrantes italianos reinventaram-se para a cidadania com o coração, oração e trabalho. A seguir, encontra-se o mapa de Alfredo Chaves, onde podemos ver, a oeste, o distrito pesquisado.

MAPA 3 – Alfredo Chaves, ES.



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2014.

Tendo sido expostos, resumidamente, os contextos histórico e socioeconômico da imigração italiana para o Espírito Santo, Alfredo Chaves e São Bento de Urânia, passaremos então ao Referencial Teórico que embasou as análises de nossos dados.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, abordaremos os pressupostos teóricos nos quais baseamos as análises de nossos dados: a Sociolinguística, especialmente o Contato Linguístico. Antes de passar a isso, porém, exporemos resumidamente as correntes teóricas da

Linguística com o objetivo de pontuar a importância da Teoria Sociolinguística e da relação entre linguagem e sociedade. Em seguida, estabeleceremos os principais pressupostos de uma de suas vertentes, a Teoria da Variação. Por fim, iremos concentrar-nos no Contato Linguístico, focalizando, dentre seus múltiplos temas de interesse, os fatores sociolinguísticos que levam à manutenção ou à substituição de uma língua minoritária: os âmbitos/domínios de usos das línguas, as atitudes linguísticas etc., a fim de analisarmos a situação sociolinguística do vêneto em São Bento de Urânia.

3.1 O Percurso da Linguística

A Linguística é definida como a disciplina que estuda cientificamente a língua(gem) (CRYSTAL, 2000, p. 161; DUBOIS et al, 2006, p. 389; TRASK, 2008, p. 177). Por ser muito sintética, essa definição é pouco elucidativa, principalmente se entendermos que o termo *linguagem* não tem sempre o mesmo significado, já que é empregado para definir um processo de comunicação, como a linguagem dos animais, a linguagem corporal, a linguagem das artes, a linguagem da sinalização e a linguagem escrita, entre outras. Os linguistas, entretanto, entendem a linguagem como uma habilidade e a definem como a capacidade que apenas os seres humanos possuem de se comunicar por meio de línguas.

Os fenômenos linguísticos começaram a ser estudados de forma sistemática a partir de meados do século XIX. (MARTELOTTA, 2011). Esse é o momento em que perde força a visão universalista e lógica da gramática grega, influenciada pela filosofia aristotélica, e se desenvolve a gramática histórico-comparativa. Os linguistas comparatistas tomaram conhecimento de uma grande quantidade de línguas próximas, o que possibilitou a eles constatar o caráter essencialmente variável e mutável das línguas naturais. Os estudos sobre a mudança linguística, especificamente a sonora, ficaram conhecidos como o movimento neogramático. (WEEDWOOD, 2002; ROBINS, 2004).

A proposta neogramática, apesar de muito criticada na época, acabou por tornar-se predominante na segunda metade do século XIX, tendo o mérito de chamar a atenção para o fato de que as mudanças são decorrentes da variação inerente aos hábitos

linguísticos individuais. Porém, os estudos comparatistas, apesar de contribuírem significativamente para o avanço das investigações sobre a proximidade estrutural de certas de línguas e sobre a variação e a mudança linguística, não deixaram seguidores. O início do século XX via a validação da supremacia da estrutura da língua, dentro do Estruturalismo na Linguística.

O Estruturalismo, um dos acontecimentos mais significativos do pensamento científico do século XX, foi um movimento impulsionado quase que simultaneamente na Europa e nos Estados Unidos, com cientistas como Humboldt, Gabelenz e Saussure, naquele continente, e Boas, Sapir e Bloomfield, neste país. Saussure é o nome mais representativo do Estruturalismo na Linguística: “O trabalho de Saussure instaura, com efeito, uma ruptura com a linguística comparatista de sua época, propondo uma abordagem não histórica, descritiva e sistemática (dir-se-á, mais tarde, “estrutural”)” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 63). Em seu livro póstumo *Curso de Linguística Geral*, organizado por seus discípulos a partir de suas aulas, estão as propostas fundamentais para a Linguística, sendo que duas das mais importantes são: a *língua* em detrimento da *fala* e o ponto de vista *sincrônico* em oposição ao *diacrônico*. (ROBINS, 2001, p. 161-2). Assim, esse autor claramente opta pelo estudo estritamente formal da língua.

Como sabemos, as ideias formuladas por Saussure representaram o alicerce da linguística estrutural e, ao mesmo tempo, fundaram a linguística moderna. Como salienta Azeredo (2000, p. 23), “a contribuição do estruturalismo foi decisiva em dois aspectos dos estudos da linguagem: o epistemológico e o metodológico”, e foi a partir desse movimento que “a análise sincrônica dos sistemas gramatical e fonológico passou a ser encarada como atividade científica” (AZEREDO, 2000, p. 22).

É importante salientar que os estruturalistas, assim como a maioria dos neogramáticos, não levaram em conta a diversidade social que existe em qualquer língua, tomando esta como um ser autônomo, que, para existir, independe de falantes e dos contextos de uso. Essa forma de pensar a língua continuou em voga principalmente nos Estados Unidos, com Noam Chomsky e os linguistas do movimento conhecido como Gerativismo.

O Gerativismo teve sua origem no trabalho de Chomsky intitulado *Syntactic Structures*, de 1957. O ponto de partida dessa teoria não é a linguagem como fenômeno coletivo, mas a criatividade de cada usuário da língua, a sua capacidade de produzir e compreender frases que nunca encontrou antes. A linguagem é vista, no gerativismo, como um meio para exprimir pensamentos, e não um sistema social de comunicação através do uso de símbolos. Para o modelo gerativista, a língua seria homogênea e, assim, apenas um informante (considerado *ideal*) bastaria para representá-la.

Essa corrente teórica também apresenta uma distinção entre competência e desempenho linguístico, afirmando que este último seria o uso concreto da língua, o qual, muitas vezes, apresenta desvios ou *erros* na sua exteriorização por meio da fala. Portanto, o objeto da análise gerativista, nessa primeira fase, seria a competência linguística do falante. Assim, o papel do gerativismo seria constituir um modelo teórico que fosse “capaz de descrever e explicar abstratamente o que é e como funciona a linguagem humana” (KENEDY, 2008, p. 127), o que significa procurar compreender um dos aspectos mais importantes da mente.

A teoria gerativista, a longo prazo, tinha outro objetivo:

“[...] oferecer uma gramática capaz de avaliar a adequação de diferentes níveis de competência e ir além do estudo das línguas individuais para chegar à natureza da linguagem humana como um todo (pela descoberta dos “universais linguísticos”) (WEEDWOOD, 2002, p. 134).

Não obstante a importância teórica e metodológica do gerativismo para a Linguística, suas proposições foram alvo de crítica por parte daqueles quem não viam a possibilidade de desconsiderar a relação entre uma língua e os aspectos contextuais e as questões sócio-históricas da sociedade que a fala. Como fruto dessa insatisfação diante dos modelos existentes, que afastavam o objeto da linguística de suas diversas manifestações reais, vários linguistas procuraram outros caminhos, e um deles culminou no surgimento da Sociolinguística. Dessa forma, nas últimas décadas, como reconhecimento da relação entre língua e sociedade, vem crescendo e se solidificando essa nova disciplina, que reconhece o componente social da linguagem e, por isso, propõe-se a estudá-la levando em conta o seu contexto sociocultural e examinando suas várias conexões (ROMAINE, 1995), como veremos com maiores detalhes nos tópicos seguintes. Antes, porém, vejamos mais detalhadamente a relação entre língua e sociedade.

3.2 Língua e sociedade

Nenhuma outra característica distingue tão bem o homem dos outros animais como o domínio da linguagem. Ela é o veículo de comunicação de seus pensamentos, sentimentos e ações, por meio de um sistema de signos vocais – a língua. Por isso, não há como negar que existe uma estreita relação entre a língua e sociedade, visto que ela é o eixo central do desenvolvimento social e cultural da humanidade, um bem comum a todos. Para Sapir (1969), a linguagem possui, sobretudo, o papel de produzir e organizar o mundo mediante o processo de simbolização. Appel e Muysken (1996) complementam, afirmando que as formas linguísticas não ostentam significados em si mesmas,

[...] mas somente quando os participantes na interação coincidem com esse significado. Este último é crucial: o significado social de uma língua não depende apenas do falante ou do ouvinte, mas do comum acordo entre eles¹³ (APPEL; MUYSKEN, 1996, p. 45-6).

Pessoa (2010, p. 01) afirma que

(...) língua e sociedade são duas realidades que se inter-relacionam de tal modo que é impossível conceber-se a existência de uma sem a outra. É no seio da sociedade, com suas particularidades e afinidades, que as falas fluem e que a interação ocorre.

Dessa forma, as funções e os propósitos da língua vão além da simples comunicação, pois é por meio dela que o homem estabelece relacionamentos, sedimenta suas descobertas e registra os fatos históricos (TRUDGILL, 2000).

Assim, a língua é um fator muito importante na identificação de um grupo e na própria constituição da sociedade; portanto, uma mudança nesta pode provocar uma

¹³ [...] sino sólo en tanto que los participantes en la interacción coinciden con ese significado. Esto último es crucial: el significado social de una lengua no depende sólo del hablante, ni del oyente, sino del común acuerdo entre ellos. [Tradução nossa, assim como as demais presentes neste trabalho]

mudança na língua. Segundo Romaine (1995), não existem comunidades cujos aspectos sociais não tenham impacto sobre a língua. Segundo a autora, a língua exerce um papel crucial enquanto agente de transmissão de uma cultura, ratificando o vocabulário como um inventário dos itens que a cultura categoriza a fim de dar sentido ao mundo.

Por fim, igualmente cabe ressaltar que a linguagem e suas práticas sociais mantêm um estreito relacionamento com a construção identitária de um povo (CARNEIRO et al., 2013). Todo ato de fala é um ato de identidade (LE PAGE, 1980). As escolhas linguísticas são processos inconscientes que o falante realiza e estão associadas às múltiplas dimensões constitutivas da identidade e aos múltiplos papéis sociais que o usuário assume na comunidade de fala¹⁴. O que determina a escolha de uma ou outra variedade é a situação concreta de comunicação.

3.3 A Sociolinguística: objeto, conceitos, pressupostos.

De acordo com Alkmim (2005), o termo *Sociolinguística* fixou-se a partir de 1964, quando realizou-se um congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Desse congresso participaram estudiosos

[...] que se constituíram, posteriormente, em referência clássica na tradição dos estudos voltados para a questão da relação entre linguagem e sociedade: John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, John Fisher, José Pedro Rona. Ao organizar e publicar, em 1966, os trabalhos apresentados no referido congresso sob o título *Sociolinguistics*, Bright escreve o texto introdutório “As dimensões da Sociolinguística”, em que define e caracteriza a nova área de estudo (ALKIMIM, 2005, p. 28).

A Sociolinguística é, pois, um ramo da Linguística que estuda a relação entre estrutura e funcionamento da língua e a sociedade que a utiliza como meio de comunicação. A Sociolinguística surge com a intenção de trazer o papel dos fatores sociais para a configuração das línguas, papel que estava sendo desconsiderado pelas outras teorias. Também os autores da escola de Praga tiveram interesse pela variabilidade

¹⁴ De acordo com Labov (2008 [1972]), uma comunidade de fala não é um grupo de pessoas que falam de maneira semelhante, mas “um grupo de falantes que compartilham um conjunto de atitudes sociais frente à língua”. (LABOV, 2008, p. 287, nota 40).

e pela mudança contínua da língua, porém não conseguiram apresentar “métodos empíricos” para trabalhar essas questões. Portanto, a Sociolinguística supera as correntes anteriores por meio de sua metodologia capaz de sistematizar o aparente caos da variação linguística.

De maneira simples, podemos dizer que o objeto de estudo da Sociolinguística é a língua observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. Suas áreas de interesse são as questões relacionadas à variação e à mudança linguística, ao surgimento e substituição linguística, ao contato entre línguas, ao bi ou multilinguismo e ao ensino de língua materna. Desses interesses surgiram as diferentes vertentes da Sociolinguística, sendo que a Teoria da Variação e Mudança é, sem dúvida, a vertente de maior tradição e a que conta com o maior número de trabalhos.

A Teoria da Variação teve como principal expoente o americano William Labov. Em sua dissertação de Mestrado, de 1963, o autor se propôs a analisar a centralização dos ditongos na ilha de Martha's Vineyard, em Massachusetts, EUA. Os procedimentos metodológicos adotados nesse trabalho – a coleta de dados por meio de entrevistas realizadas com informantes classificados segundo determinados critérios sociais – inspiraram uma imensa quantidade de trabalhos posteriores, que passaram a estudar um fenômeno linguístico variável – a variável dependente – e suas diferentes formas variantes, correlacionando-o às variáveis linguísticas – fonético-fonológicas, morfossintáticas, semânticas¹⁵ – e extralinguísticas - faixa etária, sexo, ocupação, classe social e etnia dos informantes, dentre outros.

Por meio de seus resultados, Labov chegou à conclusão de que há “correlação de padrões sociais com o padrão distribucional de uma variável linguística” (LABOV,

¹⁵ Houve debates entre Labov e sua discípula Beatriz Lavandera sobre a (im)possibilidade de variáveis outras que não as fonético-fonológicas poderem ser estudadas dentro dos pressupostos metodológicos da Teoria da Variação. Entretanto, nosso trabalho não irá ater-se à Teoria Variacionista e, portanto, não discutiremos essa questão. Para maiores detalhes, cf., por exemplo, Paredes da Silva, cap. 08, in: Mollica; Braga (Org.), 2003.

2008, p. 62). Assim, o objeto de estudo da Teoria da Variação é a diversidade linguística, sendo que a língua deve ser entendida como um elemento social que reflete, condiciona e configura as diferenças representadas pelos grupos sociais. Quanto a isso, as variáveis linguísticas atuam como indicadores dos diferentes tipos de comportamentos sociais. Portanto, é notável a participação de ciências como a Sociologia, a Antropologia e a História, na tentativa de termos uma melhor compreensão da língua usada em uma comunidade.

Outro importante pressuposto da Sociolinguística é o de que todas as línguas variam, e essa variação pode resultar em mudança linguística. Os sociolinguistas concordam que toda mudança linguística pressupõe variação, mas que o contrário nem sempre se verifique. As línguas naturais estão em constante movimento; portanto, elas mudam com o passar do tempo, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a formulação de diversos efeitos de sentido (FARACO, 2005). E, por fim, se a variação ocorre com base na estrutura da língua e da sociedade, com a mudança linguística não é diferente: os elementos internos e externos à língua estão envolvidos nesse processo.

Definindo a língua como um fenômeno intimamente relacionado à comunidade que a utiliza, os estudos sociolinguísticos vêm contribuindo para a compreensão das implicações políticas e sociais da linguagem, não somente em se tratando de línguas majoritárias, mas também das línguas de minorias. Em vista disso, são caros à Sociolinguística os estudos de contato linguístico e suas implicações linguísticas e sociais. Esses são os assuntos que abordaremos a seguir.

3.4 O Contato Linguístico

Partindo-se do pressuposto de que uma “comunidade linguística nunca é homogênea e raramente ou jamais sem diversidade” (WEINREICH, 1970 [1953]), associamo-nos a Martinet, quando afirma, no prefácio do livro de Weinreich, *Languages in contact* (op. cit., p. vii): “a diversidade linguística se inicia na porta ao lado, de fato, em casa e

dentro de um e mesmo ser humano”¹⁶, tal é sua força e amplitude. Essa observação é válida para este trabalho, quando estudamos o contato entre o vêneto e o português na comunidade de São Bento de Urânia, Alfredo Chaves.

Os contatos linguísticos são tão antigos que se perdem na história da humanidade. Eles se dão com o deslocamento de indivíduos sozinhos ou em grupos e até populações inteiras no espaço geográfico. Segundo Couto (2009, p. 50-1), há quatro situações pelas quais as pessoas e suas respectivas línguas entram em contato.

A primeira diz respeito à imigração de um povo para um território já ocupado por outro, e lá se encontram as línguas da sociedade local e dos imigrantes. Esse tipo de contato pode levar a diversos resultados, a depender do poder e do prestígio do grupo que fala cada uma das línguas. Alguns exemplos são a formação de ilhas linguísticas ou a substituição da língua do grupo minoritário, temas sobre os quais discorreremos no próximo tópico.

A segunda situação também se refere à imigração, mas, desta vez, o grupo mais forte é que migra para o território do mais fraco. Seria o caso de colonizadores, ou conquistadores. Nesse contexto, comumente são implantadas a língua e a cultura dos que têm mais poder, mas pode haver também a formação de línguas crioulas, como sucedeu em Guiné-Bissau, Serra Leoa e Papua-Nova Guiné.

Na terceira situação, verifica-se a migração de ambos os povos para um terceiro território – frequentemente uma ilha –, que não pertence a nenhum deles. Segundo Couto (2009, p. 53), "essa é a situação ideal para o surgimento de um pidgin e de um crioulo", como ocorreu no Havaí, em Cabo Verde, na ilha Maurício, nas ilhas Seychelles e em muitas ilhas caribenhas. Entretanto, em Cuba e na Austrália, as línguas dos colonizadores se impuseram sem sofrer processo de crioulição.

Neste ponto, cremos que cabe uma breve explicação do que seja pidgin e crioulo, por sua importância dentro dos estudos de línguas em contato. O conceito de pidgin, segundo Couto (2009, p. 101) é problemático, já que não há consenso entre os

¹⁶ “[...] linguistic diversity begins next door, nay, at home and within one and the same man” (WEINREICH, 1970. Prefácio de André Martinet, p. vii).

autores sobre o que vem a ser ele¹⁷. Entretanto, considera-se que o *pidgin* é uma variedade de língua que surge por meio do processo de pidginização de uma língua-fonte, ou seja, ele se caracteriza por uma redução significativa da estrutura gramatical, do léxico e da estilística das línguas doadoras, não sendo inteligível aos falantes de nenhuma delas. Segundo Trudgill, (1992, p. 58-9), Crystal (2000, p. 71; 201) e Couto (2009, p. 99-106), um pidgin não é língua nativa de ninguém, não tem comunidade própria e opera como língua franca em contatos entre estrangeiros que não se compreendem¹⁸.

Quanto à definição de crioulo, segundo Couto (2009), também é polêmica. Segundo Trudgill (1992, p. 21), trata-se de uma língua que sofreu dois processos: primeiramente, de pidginização; posteriormente, de expansão ou crioulição, como o resultado de ela tornar-se a língua falada por uma comunidade. Dubois et al. (2006) e Crystal (2000), por sua vez, concordam que o crioulo deriva de um pidgin a partir do momento que o mesmo se torna língua materna de uma comunidade de fala. Trask (2008) afirma que, quando os falantes de crioulo mantêm contato com a língua de prestígio que deu base à crioulição, o crioulo pode sofrer um significativo processo de descrioulição e, dessa forma, surgirem variedades de línguas mais próximas à língua de prestígio. Mas, de acordo com Couto (2009, p.106),

a teoria [a respeito dos crioulos] que tem mais seguidores nos dias atuais [...] é a de que, assim que o agrupamento heterogêneo de pessoas que se vêem juntas [...] começa a se consolidar como comunidade, começa a conconsolidar-se também uma língua mista própria, diferente de todas as línguas dos povos que intervieram em sua formação.

Segundo Couto (2009, p. 107), os crioulos apresentam uma gramática mais simplificada que as línguas a partir das quais se originou. Algumas de suas características são: 1) tendência à sílaba CV (consoante-vogal); 2) tendência à ordem SVO (sujeito-verbo-objeto); 3) tendência de as desinências verbais virem antes da raiz; 4) tendência à inexistência de cópula; 5) poucas preposições; etc. Enfim, os crioulos preferentemente apresentam formas não-marcadas.

¹⁷ Para Couto (2009, p. 102), o melhor é falar em pidginização, um processo, que pidgin, que é o resultado desse processo.

¹⁸ Para uma explanação mais ampla sobre pidgin e crioulo, cf., por exemplo, Couto (2009).

Voltemos, então às situações de contato linguístico, mencionadas por Couto (2009). Na quarta, tem-se um modelo que engloba as situações de contato temporário ou sazonal, como é o caso de um povo que se desloca ao território do outro, para fins comerciais ou de trocas. O autor também coloca neste tipo o contato entre línguas de povos de fronteira: se há acidentes geográficos, como rios, florestas e/ou cadeias de montanhas, cada grupo pode falar a própria língua ou adotar a de maior prestígio; se não há acidentes geográficos, normalmente as línguas convergem, como o *portunhol*, no sul do Brasil e norte do Uruguai (COUTO, 2009, p. 54).

Se, por um lado, os contatos linguísticos surgem de diferentes formas, eles trazem consequências diversas, como a diglossia; o bilinguismo; a mudança na estrutura das línguas envolvidas; as transferências e fenômenos de alternância linguística como o *code-switching* e *code-mixing*; ou a perda linguística, se a língua minoritária é gradativamente abandonada pelos seus falantes em prol da língua majoritária do país.

Fishman (1979) nos fala sobre o conceito de *diglossia* e, estendendo-o às sociedades bilíngues, delimita quatro configurações possíveis que podem surgir numa situação de contato linguístico, como demonstramos a seguir.

QUADRO 1: Relação entre diglossia e bilinguismo.

		Diglossia	
		+	-
Bilinguismo	+	1. bilinguismo com diglossia	2. bilinguismo sem diglossia
	-	3. diglossia sem bilinguismo	4. nem diglossia nem bilinguismo

Fonte: Fishman, 1979, p. 121.

Especificadamente, temos:

- 1) Bilinguismo com diglossia: quando há a coexistência de duas línguas, distribuídas de maneira estável e com funções sociais distintas;
- 2) Bilinguismo sem diglossia: quando a alternância no uso das línguas é instável e ocorre de acordo com os assuntos, as funções, a situação e os papéis dos interlocutores;

- 3) Diglossia sem bilinguismo: configuração em que se verifica a separação absoluta das funções das línguas, no qual o domínio de cada uma delas pertence a grupos sociais específicos;
- 4) Nem bilinguismo, nem diglossia: ocorre apenas quando há o isolamento absoluto da comunidade linguística, sem a presença de contato linguístico e cultural.

Esses resultados dependerão de uma série de fatores, principalmente extralinguísticos. Assim, tanto fatores relacionados ao grupo migratório (a quantidade de pessoas que imigram, o motivo de emigração, a intensidade e o tempo do contato com a língua majoritária, o poder e a resistência cultural dos povos envolvidos, as atitudes e a lealdade linguística dos imigrantes etc.), quanto à situação da sociedade receptora (atitudes frente ao grupo migratório, políticas linguísticas etc.) determinam se uma língua minoritária será mantida por um longo prazo ou se ela desaparecerá em pouco tempo em favor da língua majoritária. Isso é o que passaremos a ver, no próximo tópico.

3.5 Fatores de manutenção ou substituição de uma língua minoritária

Quando se fala em processo de imigração, temos que as línguas minoritárias acabam entrando, inevitavelmente, em contato com a(s) língua(s) oficial(is) do país receptor e, com o passar do tempo, aquelas tendem a ser substituídas por esta(s). A sistematicidade da substituição das línguas de imigração passou a ser conhecida como a Lei da Terceira Geração (WEINREICH, 1970 [1953]; FASOLD, 1996; COUTO, 2009; etc.).

De acordo com essa Lei, os imigrantes – a primeira geração –, quando chegam ao outro destino, já adultos, aprendem quando muito uma variedade pidginizada da língua do país de acolhimento. Os filhos, a segunda geração, geralmente são bilíngues, continuando a usar a língua ancestral em todas as interações intragrupais. Os netos, a terceira geração, tendem a preferir a língua da nova terra, mantendo, quando muito, um conhecimento passivo da língua original de seus avós. Os bisnetos, a quarta geração, frequentemente não têm praticamente nenhum conhecimento da língua dos antepassados. Assim, acontece o que Baker e Jones (1988) chamam de

perda gradual da fluência dos falantes, um forte elemento propiciador à substituição da língua minoritária.

Por sua vez, as consequências linguísticas e sociais do contato entre diferentes povos não são simples nem uniformes, pelo contrário. Nesta Seção, abordaremos algumas dessas questões, com respeito ao processo de manutenção ou substituição de uma língua minoritária. Os fatores que desencadeiam esses processos são muitos e não há, basicamente, diferenças entre as causas que levam a uma ou a outra consequência e, portanto, elas devem ser citadas uma única vez (APPEL; MUYSKEN, 1996).

Segundo os pesquisadores do Contato Linguístico, entre eles Weinreich (1970 [1953]), Giles et al (1977), Fishman (1979, 2006), Romaine (1995), Appel e Muysken (1996), Fasold (1996), Baker e Jones (1998), Frosi (1998), Couto (2009) e Montrul (2013), os fatores de manutenção ou substituição linguística mais importantes são:

1) *Os domínios de uso da língua.*

Entende-se por *domínios* – ou *âmbitos* – a combinação de fatores que influenciam a escolha de uma língua ou de um estilo pelos falantes. Esses fatores podem ser os participantes da interação verbal, o tópico da conversa ou o lugar onde essa interação se dá (TRUDGILL, 1992).

Alguns domínios inclinam-se mais à manutenção linguística do que outros. De acordo com Appel e Muysken (1996, p. 63), “quando a língua minoritária é usada em menos âmbitos, seu valor diminui. Isto, por sua vez, diminuirá a motivação dos indivíduos mais jovens para aprendê-la e usá-la”¹⁹.

De acordo com muitos pesquisadores, o ambiente familiar é o mais influente no processo de manutenção de uma língua minoritária, pois o seu uso no lar ou com familiares cria fortes sentimentos em relação a ela, o que passa a ser uma forma de protegê-la do abandono.

¹⁹Quando la lengua minoritaria se usa em menos ámbitos, su valor decrece. Esto, a su vez, disminuirá la motivación de los individuos más jóvenes para aprenderla y usarla.

A religião também é citada como um domínio que está mais fortemente orientado para a manutenção, visto que interessa ao grupo manter a língua para preservar sua base organizacional. Em outras palavras, quando a língua minoritária é também a da religião, ela ganha ímpeto para a sua manutenção²⁰.

2) *Localização da comunidade.* De acordo com estudos do contato linguístico, os habitantes da cidade são mais propensos à substituição linguística do que os habitantes do campo, pelo fato de estes serem mais conservadores, estarem mais isolados e, portanto, menos propensos a receber a pressão social do grupo majoritário (GILES et al., 1977; FASOLD, 1996). Já para Romaine (1995), o grau de isolamento de uma comunidade pode ser um fator tanto de manutenção linguística - se os membros do grupo não têm um contato interativo com membros do grupo da língua dominante - quanto de mudança - se o grupo constitui uma comunidade de imigrantes que têm perdido a relação com o país da língua-mãe.

3) *Tamanho da comunidade.* Este critério faz referência ao número de membros do grupo linguístico minoritário. Se o número for grande, haverá a propensão à manutenção ou imposição da própria língua; já uma população pequena tenderá a substituir sua língua materna com mais rapidez. Um fator diretamente relacionado ao tamanho do grupo é a migração interna: esta leva à diversificação linguística e, conseqüentemente, à sua substituição pela língua majoritária.

4) *O caráter permanente ou temporário da imigração.* Se o tempo de permanência das pessoas no território estrangeiro for curto, pode não haver interesse de interação com o grupo majoritário, e a língua de imigração será mantida.

5) *Os matrimônios.* Outro importante fator de manutenção ou de substituição linguística é o matrimônio: sabe-se que os matrimônios interétnicos ou exogâmicos podem levar à substituição de uma língua muito rapidamente.

6) *A (di)similaridade linguística e cultural entre os grupos.* Quando as culturas são similares, existe uma tendência maior à substituição do que quando elas não são tão semelhantes.

²⁰De acordo com Weinreich (1970), a substituição é mais frequente entre católicos do que entre protestantes.

7) *O apoio institucional*. Este fator se refere ao modo pelo qual a língua minoritária está representada nas diferentes instituições do país receptor. Os meios de comunicação e os serviços governamentais e administrativos podem influenciar consideravelmente na manutenção linguística, pois, ao ser adotada, a língua minoritária terá uma maior utilidade para seus falantes. A educação também é muito importante para a manutenção, pois a escola pode oferecer a alfabetização e favorecer a competência linguística nessa língua. Entretanto, na escola, bem como na sociedade, normalmente ocorre o contrário: a língua majoritária é imposta a todos. Por isso, Weinreich (1970 [1953]) afirma que a substituição é mais rápida entre os que têm maior escolaridade.

O apoio institucional leva, por conseguinte, ao próximo fator.

8) *O status da língua e do grupo de falantes*. Fishman (1979) afirma que, em contextos multilíngues, surgem valorações da língua minoritária que se referem, na verdade, aos costumes e às contribuições culturais dos falantes dessas línguas. A partir disso, as línguas são tachadas de bonitas, feias, ricas, pobres etc.

De acordo com Giles et al. (1977), o *status* se subdivide em três categorias:

- i) O *status econômico*, que é um fator relevante em quase todos os estudos sobre manutenção/substituição linguística. O *status* econômico dos falantes afetará negativamente a língua minoritária, se seus usuários pertencerem à classe econômica baixa. Neste caso, ela tenderá a sofrer estigma, pois estará relacionada a pessoas pobres, tradicionais e antiquadas, que não são capazes de suportar a realidade da vida econômica moderna;
- ii) O *status social e histórico do grupo*, o qual está muito ligado ao *status* econômico e se refere à autoestima do grupo. Os estudos de contato linguístico apontam que muitos grupos se remetem a períodos em que os grupos minoritários tiveram que defender sua identidade étnica ou sua independência e acabaram por converter sua língua e sua cultura em símbolos mobilizadores que inspiraram a luta por seus interesses comuns;
e
- iii) O *status da língua minoritária*, que tem duas facetas: aquela emitida dentro da comunidade e outra emitida fora dela. A autoavaliação do *status* tenderá a ser baixa se o grupo minoritário falar uma variedade não considerada

padrão da língua; se se tratar de uma língua de tradição literária e de prestígio, ela será mais respeitada, e as chances de ela se manter serão altas. Assim, normalmente, a língua de maior prestígio substitui a de menor prestígio.

9) *Substituição/Morte da língua*. Quando uma língua vê reduzidas suas funções, e isso ocorre nos casos de substituição pela língua majoritária, é habitual que os falantes acabem sendo menos competentes nela; a isso denominamos “perda linguística”. A substituição linguística unida a uma perda é que irá tornar-se, finalmente, em extinção. (APPEL; MUYSKEN, 1996)

Já Couto (2009) afirma que a morte de uma língua tem a ver com o contato em dois sentidos:

Primeiro, a atrição da L1 com uma L2 mais poderosa ou dominante. Segundo, e em consequência disso, o fato de os falantes de L1, deixarem de usá-la por pressão da L2 dominante. Afora isso, uma língua pode desaparecer devido ao desaparecimento da população que a fala. (COUTO, 2009, p. 83).

Já o processo de morte da língua também é conhecido como obsolescência, segundo (COUTO, 2009) compreende dois processos principais:

- i) se não é falada por nenhuma criança, a língua é considerada **moribunda**;
- ii) se nenhuma criança fala a língua e seus últimos falantes estão idosos, a língua é **agonizante**.

Couto (2009) nos mostra também que casos de morte de língua não são raros na história. Um dos primeiros registros de que se tem notícia é o do dalmático/ dálmata – uma língua românica, falada ao longo das costas da Dalmácia²¹. No Brasil os exemplos de línguas obsoletas, moribundas ou mortas são o Kiriri, do norte da Bahia, o Xetá, e o Tupi do planalto paulista.

(APPEL; MUYSKEN, 1996) por sua vez, dizem que a substituição e a perda linguística são processos pares; os dois se retroalimentam com o resultado último da

²¹A Dalmácia estava situada na região que “compreende a atual Croácia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e, possivelmente, norte da Albânia” (COUTO, 2009, p. 84).

extinção/morte linguística, quando não existe nenhuma outra comunidade que fale a língua em questão.

Todos os fatores elencados podem influenciar significativamente tanto a manutenção quanto a substituição linguística. Diante disso, Fishman (1979) ressalta a complexidade em se definirem fatores confiáveis, definitivos e monovalentes para esses processos.

Fishman (2006) afirma que, em relação ao processo de manutenção ou de substituição linguística, o que é mais importante são os comportamentos sociolinguísticos que os falantes têm em relação à sua língua e as decisões que tomam para mantê-la ou não. Dessa forma, a vitalidade de uma língua é fruto coletivo de padrões de escolha linguística dos sujeitos: se o povo migrante tiver uma atitude de resistência cultural, poderá fazer com que sua língua e cultura demorem a ser assimiladas pela outra parte. Chegamos, então, a um ponto crucial do processo de manutenção/substituição linguística: a identificação dos descendentes de imigrantes com suas origens e, conseqüentemente, suas atitudes com respeito a seu grupo, sua cultura e sua língua. Essas questões são tão importantes que merecem ser discutidas em um tópico separado, como veremos a seguir.

3.6 A língua e as atitudes linguísticas

Estudar atitudes linguísticas pressupõe o reconhecimento de que, em uma sociedade e entre as sociedades, existem variedades diferentes de língua e de estilo que coexistem de forma competitiva e contrastiva (GILES; RYAN; SEBASTIAN, 1982).

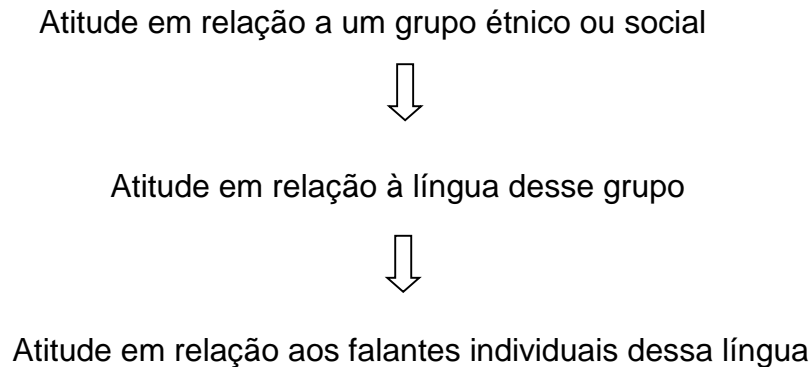
O estudo das atitudes linguísticas é uma das cinco questões fundadoras da Sociolinguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). Elas se referem ao problema da avaliação dos falantes, isto é, aos julgamentos subjetivos dos usuários quanto à sua própria variedade linguística e às de seus interlocutores.

Acredita-se que as atitudes sejam determinadas a partir das diferentes posições sociais do grupo linguístico. De acordo com Appel e Muysken (1996):

O fato de que as línguas não são apenas instrumentos objetivos e socialmente neutros que transmitem um significado, mas que estão relacionadas com as identidades dos grupos sociais ou étnicos tem

consequências para a avaliação social das línguas e para as atitudes que elas suscitam²² [tradução nossa]. (APPEL; MUYSKEN, 1996, p. 29).

Os autores propõem um esquema que representa a formação de atitudes:



Também Calvet (2002) mostra que a relação entre o falante e sua língua nunca é neutra. O autor argumenta que *“existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam”* (CALVET, 2002, p. 65).

Embora o fenômeno das atitudes linguísticas tenha sido inicialmente relacionado ao bilinguismo, há também diversos estudos sobre os juízos de valor que falantes monolíngues apresentam em relação à variação e à mudança dentro de sua língua. Segundo Moreno (1998, p. 179),

“[...] uma atitude favorável ou positiva pode fazer com que uma mudança linguística se efetive mais rapidamente, que em certos contextos predomine o uso de uma língua em detrimento de outra, que o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira seja mais eficaz, que certas variantes linguísticas se restrinjam aos contextos menos formais e outras predominem nos estilos cuidados. Uma atitude desfavorável ou negativa pode levar ao abandono e ao esquecimento de uma língua ou impedir a difusão de uma variante ou uma mudança linguística.”²³

²² El hecho de que las lenguas no son sólo instrumentos objetivos y socialmente neutros que transmiten un significado, sino que están relacionadas con las identidades de los grupos sociales o étnicos, tiene consecuencias para la evaluación social de las lenguas y para las actitudes que éstas provocan.

²³ [...] una actitud favorable o positiva puede hacer que un cambio lingüístico se cumpla más rápidamente, que en ciertos contextos predomine el uso de una lengua en detrimento de otra, que la

Vemos, então, que as atitudes linguísticas desempenham um papel de extrema importância na vida dos usuários de uma língua, bem como na própria variação linguística, sobretudo porque elas são, realmente, atitudes sociais (APPEL; MUYSKEN, 1996; FASOLD, 1996). Desse modo, os usos de uma língua são influenciados pelas atitudes de seus falantes e, portanto, elas representam pensamentos, sentimentos e tendências de comportamento através de uma variedade de contextos (BAKER; JONES, 1998).

Além dos processos sociolinguísticos aqui mencionados, os constructos teóricos de identidade que envolvem a história dos imigrantes italianos nos ajudam a explicar a manutenção/substituição linguística, o desenvolvimento do bilinguismo, as atitudes e a lealdade linguísticas, a formação das redes sociais, e assim por diante. Portanto, faz-se importante uma abordagem sobre este preceito.

3.7 A língua e a identidade dos falantes

De acordo com Beneduzi (2004, p. 20),

A identidade não é uma superestrutura dada, uma entidade atemporal e imutável que flutua por sobre as coletividades, mas, por resultar de um processo de construção social, é cambiante e complexa. Nessa contextualização, a identidade não existe por si, mas é parte da interação entre os diversos grupos que compõem a sociedade, sendo seu processo constitutivo tão complexo quanto o de interação entre os grupos. Dessa forma, são parte de sua constituição as construções, as desconstruções, as reelaborações, as retrações, tudo como estratégias para a manutenção dos grupos sociais: cada mudança social a faz se reformular de maneira diferente.

enseñanza-aprendizaje de una lengua extranjera sea más eficaz, que ciertas variantes lingüísticas se confinen a los contextos menos formales y otras predominen en los estilos cuidados. Una actitud desfavorable o negativa puede llevar al abandono y el olvido de una lengua o impedir la difusión de una variante o un cambio lingüístico.

O conceito de etnicidade, conhecido desde a primeira metade do século XX, mas difundido amplamente somente na década de 70 do mesmo século, relaciona-se com o pertencimento a um grupo: imigrantes, ciganos, indígenas, etc. Com o passar dos anos e com aumento da frequência de uso do termo, a definição foi-se ampliando e modificando. Na verdade, a qualidade étnica, que só se atribuía a um grupo, o minoritário – como, em nosso caso, os imigrantes –, passou posteriormente a definir todos, inclusive os majoritários (BAKER; JONES, 1998).

Para Weinreich (1970 [1953]), é em situação de contato de línguas que as pessoas se tornam mais conscientes da peculiaridade da sua língua e é nesse contexto que a língua minoritária se torna mais facilmente o símbolo da integração do grupo. No caso dos imigrantes italianos independentemente dos motivos que os levaram a deixar seu país, eles tentaram recriar, na nova pátria, um pouco daquilo que outrora viveram em sua terra natal. Podemos considerar aqui a metáfora utilizada por Hall (2006), a qual qualifica a identidade como uma espécie de sutura do indivíduo à sociedade. As transformações imagéticas relativas ao imigrante – na terra de acolhida – influenciam fortemente a construção de novos vínculos, novas formas de sutura, promovendo profundas transformações na maneira como ele se percebe e como ele entende a sociedade na qual está tentando se inserir.

Assim, não se pode deixar de lado o caráter flutuante e multidimensional que participa de cada processo de construção identitária. Especialmente nos ambientes de imigração, podemos perceber a construção dinâmica de uma identidade étnica, a qual leva em conta tanto a cultura da terra de partida quando a cultura da terra de chegada. O imigrante acaba por fabricar uma identidade sincrética, ou seja, combina em si caracteres particulares de conjuntos identitários diferentes, haja vista que o social se apresenta de uma forma interacional: “de fato cada indivíduo integra, de maneira sincrética, a pluralidade das referências identificatórias que estão ligadas a sua história²⁴”.

Dessa forma, pode-se afirmar que a identidade não é uma instituição criada em uma não temporalidade, alguma coisa abstrata suspensa no ar – acima e para além do

²⁴CUCHE, Deny. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 194.

social –, mas, pelo contrário, ela está inserida em um processo social e é resultante dessas dinâmicas mutantes e complexas que interagem no mundo vivido.

De fato, é a percepção de uma identidade cultural pluralizada que permite compreender um percurso fundante de construção de um “nós” que vai além da esfera étnico-nacional e que se estrutura – a partir de experiências comunicantes – em um novo sujeito coletivo: o imigrante. As identidades dos imigrantes italianos e seus descendentes são socialmente construídas mediante a noção de cultura compartilhada.

Em um artigo inédito sobre a identidade brasileira, como nos conta Santos, Zanini, (2009) Schneider²⁵ chama a atenção para o fato de que a construção de uma identidade envolve a “construção de uma origem “histórica”, e que essa construção envolve também não apenas origens míticas ou mitológicas, mas uma “leitura específica” de determinados fatos históricos”. Aponta ainda para um “culto à imigração”, fruto da visão positiva que os brasileiros têm da Europa, e para o fato de que a cultura do descendente de imigrantes aparece, discursivamente, como diferente daquilo que é considerado tipicamente brasileiro.

Na década de 1950, construiu-se a identidade de imigrante italiano, marcada pela imagem do colono progressista, desenvolvido, pioneiro que havia se transformado em industrial. Nessa mesma época, aqueles que permaneciam como colonos (rurais) eram vistos como símbolo de atraso. Nesse contexto, onde se percebe transformação e releitura da experiência imigratória, se estruturam novos lugares de memória traumáticas da imigração, as quais permanecem como narrativa do vivido ou como memória delegada, tendo em vista que perpassam o conjunto do tecido social.

Simultaneamente, nascem novas memórias do processo imigratório, vinculadas a um olhar mais indulgente com relação à terra de partida, a novas dinâmicas identitárias, atreladas às experiências coletivas na terra de chegada, e a novas estratégias de pacificação do “eu”, buscando resolver esses encontros e confrontos entre o passado e o presente individual/coletivo.

²⁵SCHNEIDER, Jens. **Quais Brasis? Considerações sobre a construção da identidade brasileira (e algumas comparações com Alemanha)**. Artigo inédito apresentado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2003.

Por fim, como nos revela Vilaça (2010), temos que

A identidade é revoo dentro da alma. É um autoconhecimento, um grito de alerta que mantém a atenção na preservação da cultura própria do grupo étnico. Cultura que, por sua vez, atua como âncora da identidade, como porto alado que dá repouso à nave da diversidade, como bússola que dá sentido à aventura da humanidade. Que dá sentido ao percurso das gentes que habitam a perspectiva de viver como se vive lá em São Bento de Urânia (VILAÇA, 2010, p. 24).

Há muitos e diferentes fatores atuando sobre os processos de manutenção ou de substituição das línguas minoritárias. Contudo, cabe identificar os fatores de cada comunidade individualmente, a fim de se fazer uma análise fidedigna de sua situação sociolinguística. É o que pretendemos fazer no capítulo VI desta pesquisa. Antes disso, porém, cumpre-nos explicitar os procedimentos metodológicos adotados neste estudo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como dissemos, esta pesquisa se constitui de uma análise do contato linguístico entre o vêneto e o português, especialmente no que respeita aos aspectos relacionados à substituição daquele, no decorrer de alguns anos. Optamos por realizar uma pesquisa exploratória e de campo, para buscar informações sobre a história do vêneto na localidade pesquisada, assim como estudar um local específico em Alfredo Chaves – o distrito de São Bento de Urânia, o qual inclui as comunidades de São Bento, São Francisco de Urânia e Alto redentor– pela possibilidade de apreender as múltiplas relações existentes numa comunidade rural, onde ainda hoje se manifestam os costumes ancestrais.

Com relação ao marco teórico adotado neste trabalho, levamos em conta que:

- i) Ao investigar a língua em suas inúmeras possibilidades de manifestação, devemos incluir os estudos descritivos e analíticos dessa língua, bem como a cultura e o comportamento (sócio)linguístico das comunidades que a falam; e que
- ii) a linguagem implica, simultaneamente, uma instituição atual e passada. A língua e a variação são indissociáveis, e a heterogeneidade deve ser vista como uma qualidade do fenômeno linguístico.

Dessa forma, buscamos na Sociolinguística, especificamente na vertente do Contato Linguístico, nosso referencial teórico, a fim de considerar a influência dos fatores socioculturais sobre o processo que buscamos descrever: a trajetória do vêneto na comunidade sob estudo.

4.1 A localidade escolhida

Esta pesquisa concentra-se na comunidade de São Bento de Urânia, um dos sete distritos de Alfredo Chaves, localizada a 40 km da Sede. A seguir, temos um mapa e a vista aérea da comunidade.

Fotografia 1: São Bento de Urânia.



Fonte: Disponível em: [https:// www.google.com.br/maps](https://www.google.com.br/maps). Acesso em 31 de outubro de 2014.

A escolha de São Bento de Urânia deveu-se a que:

- i) todos os seus moradores são descendentes de imigrantes italianos e preservam fortemente os costumes ancestrais, inclusive muitos traços do vêneto em sua fala;
- ii) trata-se de uma comunidade que se manteve isolada por muito tempo, haja vista que a principal das duas vias de acesso ao lugar foi pavimentada somente em 2006; e que
- iii) temos familiares e colegas de trabalho que nasceram e sempre residiram ali, o que facilitou nossa entrada na localidade e a coleta dos dados.

O distrito é o ponto geográfico mais alto do município - quase 1000m de altitude -, o que contribuiu para que o lugar se mantivesse totalmente desabitado até a chegada dos primeiros imigrantes. Sua população atual é de aproximadamente 900 pessoas, homens e mulheres simples que se entregaram à olericultura e ao cultivo de verduras, legumes e da uva, fruto este que deu origem à principal festa da comunidade. Foi a agricultura a grande responsável pela ascensão de São Bento de Urânia, que tem como lema 'Ora e trabalha', comprovado pela devoção, pela fé e pelo trabalho que foi e continua sendo a característica mais forte dos moradores do local.

Atualmente, os moradores contam com uma escola municipal de Ensino Fundamental; um posto de saúde, com visitas médicas duas vezes ao mês; duas igrejas - uma católica e uma adventista -; uma mercearia; uma pastelaria; uma quadra de esportes e um campo de futebol. No mês de dezembro de 2014, foi instalada a primeira torre de telefonia celular.

4.2 A seleção dos informantes

Para compormos nosso *corpus*, o principal critério de seleção de informantes foi a ascendência italiana: todos eles são descendentes unicamente de imigrantes italianos vindos da região do Vêneto. Em seguida, os sujeitos foram agrupados em células com as seguintes características:

- i) faixa etária: I (de 8 a 14), II (de 15 a 30), III (de 31 a 50) e IV (mais de 50 anos);
- ii) gênero (feminino e masculino); e
- iii) nível de escolaridade: até quatro anos, de 5 a 8 anos e mais de 8 anos de escolarização;

Foram entrevistadas 62 pessoas, sendo que algumas células apresentam mais informantes. Pelo tipo de dados de que necessitávamos, entrevistamos mais indivíduos das faixas etárias III e IV, conforme especificado no Quadro a seguir.

QUADRO 1 – Informantes de São Bento de Urânia

Faixa etária	A - Até 4 anos de escolarização		B - 05 a 08 anos de escolarização		C - + de 08 anos de escolarização	
	F	M	F	M	F	M
I - 08-14	2	2	2	2	-	-
II - 15-30	3	2	3	3	3	2
III - 31-50	2	4	3	4	3	3
IV - + 50 anos	6	5	2	2	2	2
TOTAL	62 informantes					

As entrevistas, cujas perguntas encontram-se anexas, versam sobre os sentimentos dos informantes em relação a suas origens, os hábitos e tradições da família e dos ascendentes, a história da comunidade e as lembranças da vida no Brasil e na Itália. Dessa forma, foi possível traçar a história do vêneto no lugar e também observar as características da linguagem dos informantes.

4.3 A coleta e o tratamento dos dados

Para a coleta dos dados, tentamos minimizar o que Labov (2008 [1972]) chamou de *paradoxo do observador*, que é a tentativa de o pesquisador conseguir a fala não monitorada de seus informantes, mas por meio de uma situação formal, que é a de entrevista. Pelo fato de termos um familiar que nasceu e sempre residiu na localidade, o qual nos auxiliou a fazer a maior parte dos contatos, cremos ter conseguido minimizar a formalidade das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas durante os anos de 2013 e 2014, nas residências, na escola e no pátio da igreja, local onde os moradores têm o costume de se encontrar depois das celebrações de domingo. Utilizamos um gravador digital Panasonic RR-

US571 e pedimos aos entrevistados que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo), para que pudéssemos ter liberdade no uso das informações.

No primeiro contato, procurávamos explicar nossos objetivos, quais sejam: obter informações a respeito da história da comunidade e da vida dos imigrantes na Itália e no Brasil. Procurávamos, também, responder a algumas perguntas feitas pelos informantes, as quais auxiliariam nos esclarecimentos dos objetivos da pesquisa, por exemplo. Procuramos seguir um roteiro de perguntas predeterminadas, mas, no decorrer das entrevistas, as perguntas iam se direcionando conforme o assunto abordado.

Os trechos mais importantes para as análises foram transcritos e compilados, de forma a responder a nossas perguntas. As falas dos informantes foram mantidas tal qual foram pronunciadas, para preservarmos a identidade linguística dos sujeitos, pois contribuem para a tradução da realidade de São Bento de Urânia. Passaremos, então, para a análise de nossos resultados, no próximo Capítulo.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentaremos os resultados obtidos, por meio de nossos dados, nas comunidades de São Bento, São Francisco e Alto Redentor, localizadas no distrito de São Bento de Urânia. Analisaremos os depoimentos coletados nessas comunidades, visando descrever a situação sociolinguística do vêneto e as causas de sua substituição pelo português.

Conforme consta de nosso capítulo metodológico, esta análise é qualitativa, de cunho interpretativo, e se constitui de uma análise do contato linguístico entre o português e o vêneto, especialmente no que respeita aos aspectos relacionados à substituição deste no decorrer de alguns anos. Para isso, separamos em tópicos os fatores que podem favorecer a manutenção/substituição linguística, descritos anteriormente. Antes, porém, é necessário prestarmos alguns esclarecimentos:

- i) Os profissionais da escola de São Bento de Urânia são, em sua maioria, nascidos e residentes na comunidade. Os professores e o diretor fizeram seu curso de graduação em Cachoeiro de Itapemirim, viajando todas as noites no transporte escolar oferecido pela Prefeitura de Vargem Alta²⁶;
- ii) As crianças entrevistadas demonstraram muita inibição e/ou desconhecimento a respeito de suas origens e da linguagem empregada por seus antepassados. Atribuímos esse comportamento ao fato de serem crianças nascidas e crescidas no interior e, não manterem muito contato com pessoas de fora da comunidade. Assim, dos 62 informantes, os que estão na faixa etária I (de 08 a 14 anos) são responsáveis pelo baixo número ou pela ausência de respostas.

Passamos, então, aos fatores de manutenção ou de substituição de uma língua minoritária.

5.1 Os domínios de uso da língua

²⁶ Devido à proximidade geográfica de São Bento de Urânia com alguns distritos do município de Vargem Alta, torna-se mais vantajoso viajar pelo transporte escolar oferecido por esse município, e não pelo de Alfredo Chaves.

Em São Bento de Urânia, segundo os informantes, o vêneto ainda é falado pelos informantes mais idosos, com os parentes e amigos, em suas residências, na roça e na igreja, após a celebração de domingo. O quantitativo das respostas encontra-se na Tabela a seguir.

Tabela 4 – Uso atestado do vêneto em São Bento de Urânia, de acordo com os informantes

O vêneto ainda é falado em São Bento de Urânia?							
Sim		Não		Não souberam responder		Total de informantes	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	N	%
49	79	2	4	10	17	62	100

Vê-se, na Tabela acima, que 79% de pessoas atestam que o vêneto ainda é falado na região. Esses informantes afirmam que o falam, porém percebemos que os mesmos não os utilizam com os mais jovens. Isso explica o porquê de os informantes mais jovens afirmarem que não ouvem o vêneto ser falado na comunidade. Foi também relevante perguntar a estes informantes mais velhos, já que há um expressivo número afirma que o vêneto é falado, se eles conseguiriam falar com uma outra pessoa de fora em vêneto. Todos disseram que sim. Assim, o número de informantes que não ouviram ou não souberam responder é de apenas 21%, e constatamos que esses correspondem ao grupo I, ou seja, a faixa etária mais jovem. Quando perguntamos onde o vêneto é falado, as respostas foram:

Tabela 5: Domínios de uso do vêneto

Em que lugares o vêneto é falado?		
Domínios	Número de citações	%
Quando se encontram, sem local específico	31	50
Lar	28	45
Igreja	5	8
Roça	2	3
Festas	1	1
Não souberam responder	13	20

Pela Tabela acima, vemos que a maioria dos informantes disse ouvir o vêneto quando as pessoas se encontram, sem lugar específico. Isso nos revela que os domínios em si não são os determinantes para o uso de uma língua; as pessoas falam quando há interlocutor e se sentem à vontade para fazê-lo. É importante ressaltar que os informantes dos grupos III e IV têm mais de trinta anos e todos afirmam já terem ouvido em algum momento a língua dos imigrantes ou que eles ainda a falam. Dessa forma, eles afirmam que, quando essa geração morrer, o vêneto irá se perder por completo. Abaixo apresentamos alguns excertos de entrevistas com nossos informantes, a respeito do uso da língua de imigração em São Bento de Urânia.

Excerto 1

– Todos nós, o finado meu pai, mas não falamos a língua correta. [...] Ouço sim, na igreja, em casa, nos encontros. (Inf. 49, IV, M, C)²⁷.

– Sim. Eu falava e meu marido também. [...] Na igreja muitos falam. [...] Na roça sai alguma coisa. (Inf. 51, IV, F, A).

– Os mais velhos [falam] quando se encontram porque os novatos não sabem nada não. (Inf. 56, IV, F, B).

– Troca²⁸ as conversas tudo em italiano²⁹. [...] Nas festas. (Inf. 57, IV, F, A).

– Nos lugares quando se encontra. Meu pai gosta de contar as histórias em italiano. (Inf. 59, III, M, B).

– Os mais antigos. Eu falo. (Inf. 60, IV, F, A).

²⁷ As siglas utilizadas referem-se, respectivamente, à identificação do informante, sua faixa etária, sexo/gênero e nível de escolaridade, conforme Quadro na página 74.

²⁸ A palavra *troca*, nesse excerto, significa falar e responder, num diálogo.

²⁹ Os informantes de nossas entrevistas referem-se ao vêneto como italiano. Quando dizem “falar italiano”, na realidade, estão dizendo “falar vêneto”.

No início da colonização de São Bento de Urânia, os imigrantes não tinham conhecimento do português. Aos poucos, porém, a língua majoritária assumiu gradativamente seu espaço na comunidade. O português, para a geração mais jovem, tornou-se a “língua social”, a língua de que precisam para se comunicar com pessoas de diferentes lugares, a que eles ouvem nas ruas, na escola e quando encontram com os amigos da mesma idade. Appel e Muysken (1996) declaram que, no processo de substituição de uma língua por outra, cada vez mais falantes usam a língua majoritária em âmbitos em que dantes era empregada a minoritária. Pelos excertos acima, vemos que essa situação se aplica à pequena comunidade que estudamos.

Sobre esse fator, Montrul (2013, p. 27) afirma que

A língua da maioria é uma linguagem forte. Tenha uma tradição literária, cultural e escrita, e é a linguagem das funções oficiais da vida social, política e educação. A língua da minoria, no entanto, é a língua fraca, reservada para as relações pessoais e diários, e vida familiar. Normalmente, a língua minoritária é exclusivamente oral e muitas vezes carece de uma variedade escrita padronizada.³⁰ [tradução nossa]

5.1.1 A religião

Apresentamos, neste tópico, o domínio destacado por diferentes autores como relevante na manutenção e/ou substituição de uma língua minoritária: a religião. No caso de São Bento de Urânia, 99% dos informantes se disseram católicos e 1% evangélicos. Nessa localidade, a religião se mostra como um fortalecedor da união entre os moradores, já que a grande maioria se encontra na única igreja católica da região, o que consolida a identificação dessas pessoas com um grupo. A igreja se torna, assim, o fator fundamental para a rede na comunidade ser densa. Essa constatação também é verificada em outros lugares, como podemos observar na citação abaixo:

³⁰ La lengua mayoritaria es la lengua fuerte. Tiene una tradición literaria, cultural y escrita, y es la lengua de las funciones oficiales de la vida social, la política y la educación. La lengua minoritaria, en cambio, es la lengua débil, reservada para las relaciones personales y cotidianas, como en la vida familiar. Por lo general, la lengua minoritaria es exclusivamente oral y en muchos casos carece de una variedad escrita y normalizada.

A religião atuou como elo de união entre eles: a quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individualmente e coletivamente a existência³¹.

Weinreich (1970) afirma que as fronteiras religiosas são uma importante barreira à integração das comunidades, mais eficientes até do que o próprio uso de línguas distintas. Appel e Muysken (1996) apontam para a importância da língua no domínio religião e revelam que, quando se utiliza a língua minoritária nos cultos, a religião se transforma num instrumento de conservação da língua. Contudo, em São Bento de Urânia, a língua da religião é o português, e não o vêneto. Este não é utilizado nos cultos, nem dentro do recinto da igreja, e sim na socialização que acontece depois deles.

Segundo nossos informantes, a grande maioria dos imigrantes italianos era católica e frequentava as celebrações e missas semanalmente. Nessas, a língua utilizada para fazer as orações, era o latim ou o vêneto. É importante ressaltar que, particularmente à noite, as famílias tinham o hábito de se reunir em suas próprias casas ou nas dos vizinhos para a reza do terço, outro exemplo marcante da influência da religião na vida do grupo. As orações eram ensinadas em casa pela mãe ou pela *nonna*, e esse momento funcionava como uma renovação do ato mantenedor da tradição ancestral.

Todavia, os informantes do grupo IV – acima de 50 anos – ressaltaram que essa prática foi se perdendo. À medida que os filhos iam casando, os pais passavam a fazer suas orações sozinhos, enquanto os filhos casados já não mantinham o costume de rezar com a mesma frequência que seus pais. Esse fato fez com que, nos momentos da oração, o vêneto fosse progressivamente sendo substituído pelo português. Os fragmentos de entrevistas, abaixo, exemplificam o que estamos dizendo.

³¹ DE BONI, Luis Alberto. O Catolicismo da Imigração: do triunfo a crise. In: DACANAL, José H. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 235.

Excerto 2

- Até 5 anos atrás só haviam católicos. Hoje uns 25% são adventistas. (Inf. 2, II, M, C).
- Católica. Deus é tudo. (Inf. 3, III, F, A).
- Era umas missas diferente, com receio, em latim. A missa era rápida, a gente não entendia nada lá na missa. Nós rezávamos o terço. (Inf. 32, IV, M, B).
- Católico. Rezava o terço na igreja. Uma vez tinha mais dia santo. Fazia dia santo. Antigamente rezava na casa de um e de outro, depois foi diminuindo e depois nada. (Inf. 41, IV, M, A).
- Católica. Rezava o terço. Uma vez rezava em italiano, depois não. Antigamente pegava o terço do início ao fim em italiano. (Inf. 47, III, M, A).
- Rezava a missa toda em latim. Papai rezava em italiano, mas eu não aprendi não. [...] Rezava o terço toda tarde, ia direto pra igreja, todo domingo. (Inf.56, IV, F, B).
- Católico. A missa naquele tempo, qualquer padre era tudo em Latim. Nós rezamos com os filhos também. Minha mãe ensinou as orações tudo em italiano. (Inf. 61, IV, M, A).
- Rezava toda tarde o terço, agora que perdeu o costume. Rezava com meus pais e rezei com meus filhos também. (Inf. 62, IV, F, A).

Pela análise desses excertos, fica claro que, a partir do momento em que as famílias deixaram de se reunir para rezar o terço, o vêneto foi deixando de ser falado. Os informantes também percebem que atualmente a igreja vem perdendo gradativamente a função de elo mantenedor dos costumes dos imigrantes. Contudo, ainda hoje a comunidade se reúne em festas do santo padroeiro, São Bento, num momento considerado muito importante na vida social da comunidade, pois age como força polarizada para o reencontro dos vizinhos, parentes e amigos que se conservam isolados em meio ao trabalho forçado do dia-a-dia.

Na próxima subseção, trataremos de mais um âmbito muito importante para a manutenção ou substituição da língua minoritária: as instituições governamentais, especialmente a escola.

5.1.2 O apoio institucional

Appel e Muysken, (1996) e Fasold (1996), dentre outros, afirmam que o apoio institucional a uma língua minoritária, que é a sua utilização, por exemplo, na massa – rádio, jornal, televisão e, atualmente, a internet –, desempenham um importante papel para a sua manutenção.

Em diversos países bi ou multilíngues, as línguas minoritárias têm o direito de ser usadas por seus falantes. Assim acontece em sociedades democráticas, o que não era o caso do Brasil, durante a era de Getúlio Vargas. O decreto nº 406, de 04 de maio de 1938 (Anexo 8.3, p. 151), dentre outras restrições aos estrangeiros no país, estabelecia que as línguas minoritárias não poderiam ser ensinadas a crianças menores de 14 anos; que elas não poderiam ser faladas em locais públicos; e que os meios de comunicação de massa não deveriam ser editados nessas línguas.

Aliado a esses impedimentos está o fato de que, em São Bento de Urânia, nunca circulou jornais escritos em vêneto, e os poucos livros que os antigos imigrantes tinham se resumiam a Bíblias, escritas em italiano padrão. Além disso, os imigrantes italianos eram predominantemente analfabetos ou tinham muito pouca escolarização, e o rádio chegou à localidade há mais ou menos 40 anos, segundo depoimentos de nossos informantes. Atualmente, o rádio, a televisão, os jornais de circulação e os livros são totalmente disponibilizados em português, e esta é a única língua de comunicação nas poucas instituições governamentais que lá existem - o posto de saúde e a escola.

Com relação à escola, é fundamental seu papel na preservação da língua minoritária. Appel e Muysken (1996) nos revelam que, quando a escola favorece a competência linguística das crianças na língua minoritária, e se elas aprendem a ler e escrever nessa língua, a instituição escolar serve como um fator de sua manutenção. Entretanto, como vimos, isso não se deu em São Bento de Urânia.

Atualmente, os moradores de São Bento de Urânia demonstram preocupação com o fato de não haver incentivo, por parte da instituição escolar, ao aprendizado do vêneto, como podemos verificar nos excertos abaixo:

Excerto 3

- Tinha que ter [o ensino de italiano padrão ou de vêneto] na escola. (Inf.39, III, M, A).
- Seria importante preservar e pra isso devia ter aula na escola. (Inf.42, III, F, C).
- A escola deveria incentivar. (Inf.44, II, M, C).
- Eu acho que os municípios erram. As escolas em vez de ensinar inglês era para a descendência [...] Eles eram para ensinar o italiano que a descendência é 99%. Pra nós o básico deveria ser italiano. (Inf.45, II, F, C).
- Uma porque não tem incentivo do município na escola. Não tem um professor para esse fim. (Inf.49, IV, M, C).
- Tenho a mesma opinião das pessoas que dizem que devia ter uma aula de italiano para resgatar essa cultura. (Inf.50, III, F, C).

Assim, os meios de comunicação de massa nunca foram de valia para a preservação da língua ancestral.

5.2 Os matrimônios

Giles et al.(1977) defendem que a família é o âmbito mais importante do uso linguístico e, se aí for preservada a língua minoritária, isso pode ajudar no processo de sua manutenção. Segundo Appel e Muysken (1996), os matrimônios interétnicos podem ter um efeito decisivo na porcentagem de falantes que mantêm uma língua minoritária, pois a língua de maior prestígio tem mais possibilidades de sobreviver como língua familiar e, portanto, como primeira língua dos filhos.

Também Fishman (1967) e Romaine (1995) enfatizam o tipo de casamento como condição básica para manutenção da língua-mãe de grupos minoritários. Fishman (1991)³² diz que “somente quando a língua é passada para o indivíduo em casa há chance de sobrevivência [...]”. Opinião semelhante tem Romaine (1995, p. 42), para quem a “inabilidade de minorias para manter o espaço da casa como um domínio

³² “Only when a language is being passed on the home is there some chance of long-term survival. Other-wise, other efforts to prop up the language elsewhere, e. g. in school or church, may end up being largely symbolic and ceremonial” (FISHMAN, 1991 apud ROMAINE, 1995. p.43).

intacto para o uso de suas línguas tem sido decisivo na sua mudança”. Nesse sentido, os matrimônios interétnicos podem levar à substituição de uma língua muito rapidamente.

Em se tratando da comunidade de São Bento de Urânia, a língua poderia manter-se, tendo em vista que, como vimos, a localidade foi desbravada e colonizada apenas por imigrantes italianos. Por sua vez, a dificuldade de contato desses imigrantes com outras etnias não dava chances para casamentos interétnicos.

O distanciamento com pessoas de fora ou mesmo de outra etnia se mostra claro nas entrevistas com os informantes, como despontam os excertos a seguir.

Excerto 4

– Deus me livre se a gente pensasse em bater papo com a pessoa escura. Eles não aceitavam. Eles tinham, eles não aceitavam que ficasse, conversasse. Eles não trabalhavam junto não. Isso daí eles tinham mesmo. (Inf. 24, IV, F, C).

– O italiano sempre foi preconceituoso, até hoje. Aqui nunca teve preto. Italiano com preto não dá certo. Os velhos não queriam nem saber. (Inf. 25, IV, M, A).

– Tinha um negão que me arrepiava. (Inf. 28, IV, M, C).

– Você sabe que não tem italiano preto, né? Então hoje a pessoa que não tem cultura despreza preto. Eu, por exemplo, não faço distinção. Aqui no distrito não tinha preto porque as pessoas começavam ‘zoar’ e a pessoa saía fora. Se der alguma coisa errada o culpado é sempre o preto. (Inf. 49, IV, M, C).

– O italiano é... é aquela questão: sempre viu o negro como mão de obra. Pra trabalhar tudo bem, mas pra conviver... Até hoje não temos muito negro na comunidade, mas no íntimo de cada indivíduo há o preconceito. Os negros sempre foram muito discriminados. (Inf. 52, III, M, C).

Pelos depoimentos acima, é possível perceber que, na comunidade em estudo, é rara a presença de pessoas não brancas. Os entrevistados demonstraram algumas vezes a discriminação racial, porém afirmaram que havia mais preconceito por parte dos primeiros imigrantes do que há atualmente.

Por último, observamos essa questão como um fator importante na determinação dos casamentos, pois o preconceito distanciou a possibilidade de mistura das raças. Também, os italianos vieram do Vêneto, de regiões onde as variedades dialetais não ofereciam maiores empecilhos para a intercompreensão das pessoas. Dessa forma,

os casamentos endogâmicos, pelo menos no início da colonização, favoreceram a manutenção da língua minoritária.

Para exemplificar o que dissemos, apresentamos alguns depoimentos que demonstram como eram constituídos os casamentos à época da chegada dos imigrantes.

Excerto 5

- O casamento tinha que ser entre eles, com família tradicional. Não casavam com gente de fora. Hoje é igual a todo lugar. Antigamente não casavam com negro. (Inf. 2, II, M, C).
- Somos quatro irmãos casados com quatro primos primeiros. (Inf. 22, III, F, A).
- Quando começou aqui era pouca família, umas sete, oito famílias. (Inf.28, IV, M, C).
- Meu pai não deixaria eu casar com negro. Aqui em São Bento não tinha ninguém. (Inf. 47, III, M, A).

Vemos, assim, que os matrimônios em São Bento de Urânia deveriam atuar como favorecedores da manutenção da língua de imigração, mas, isso na realidade não se verificou. A substituição linguística no âmbito do lar, então, nos leva a outras questões: as relações entre os familiares e, principalmente, o papel da mulher – esposa e mãe – dentro de casa. A seguir, abordaremos resumidamente essas questões.

5.2.1 Transmissão intergeracional no convívio do lar

Nas dimensões de etnicidade descritas por Fishman (1967, apud APPEL; MUYSKEN, 1996), a saber: patrimônio, paternidade e fenomenologia, há uma que se refere ao sentimento de continuidade, que é a dimensão paternidade/família. Segundo o autor, a transmissão da língua materna de pais para filhos é uma das manifestações de identidade mais óbvias e, por conseguinte, um importante fator nos estudos de manutenção da língua minoritária.

Segundo Fishman (1967), uma comunidade bilíngue não pode manter duas línguas sobre uma base estável após três gerações, se elas estiverem sendo usadas nas mesmas funções sociais. Montrul (2013) exemplifica esse processo, de perda gradual

de uma geração para outra, citando o caso dos imigrantes latinos que vivem nos Estados Unidos:

À medida que os imigrantes reconhecem que aprender e usar inglês é o que garante a mobilidade social, tendem a parar de usar sua língua materna em casa. (...) Os falantes da segunda geração geralmente falam uma variedade de língua mais reduzida do que a variedade dos falantes da primeira geração. A terceira geração de imigrantes, em muitos casos, perde completamente a língua minoritária. Quando um grupo de pessoas já não falam a língua minoritária, esta declina gradualmente até que finalmente morre.³³ (MONTRUL, 2013, p. 32)

O fator de transmissão intergeracional, de acordo com nossos estudos, não desencadeia um sentimento que geralmente a comunidade minoritária tem em relação à sua identidade linguístico-cultural, ou seja, nossos dados apontam para a substituição da língua materna, uma vez que não se percebe um esforço para que o vêneto tenha continuidade, o que corrobora as ideias de Calvet (2002), que afirma que a quarta geração de imigrantes já não fala nem entende a língua materna de seus ancestrais. Entretanto, essa tendência pode ser alterada, dependendo de diversos fatores, como a importância da língua e da cultura materna, a identificação do povo com a sua cultura, o fluxo contínuo da imigração etc.

Fasold (1996), por exemplo, nessa perspectiva de transmissão intergeracional, afirma que, ainda que haja um bom número de falantes, a ameaça de uma mudança linguística torna-se realidade se esses indivíduos não conseguirem transmitir a língua a seus filhos. Montrul (2013) corrobora essa afirmação, quando diz que: “o uso da língua na família e a sua transmissão para os filhos e para as futuras gerações também determinam o grau de manutenção ou de perda de uma língua num contexto bilíngue”³⁴ (MONTRUL, 2013, p. 33).

O gráfico abaixo comprova que o português é a língua usada nas situações domésticas, pois 79% afirmam falar a língua neste ambiente.

³³ En la medida en que los inmigrantes reconocen que aprender y usar inglés es lo que garantiza movilidad social, tienden a dejar de usar su lengua materna en el hogar. (...) Los hablantes de la segunda generación generalmente hablan una variedad de lengua más reducida que la variedad de los hablantes de la primera generación. La tercera generación de inmigrantes, en muchos casos, pierde la lengua minoritaria por completo. Cuando un grupo de personas ya no habla la lengua minoritaria, esta decae poco a poco hasta que finalmente muere.

³⁴ El uso de la lengua en familia y la transmisión de la lengua a los hijos y a las futuras generaciones también determinan el grado de mantenimiento o pérdida de una lengua en un contexto bilingüe.

Gráfico 3 – Transmissão da língua para os filhos segundo informantes de São Bento de Urânia.



No que diz respeito aos fatores de transmissão intergeracional e especialização do uso, unidos às atitudes linguísticas apresentadas pelos informantes, notou-se que os pais não falam mais o vêneto com seus filhos. Segundo os informantes, as gerações mais novas não tiveram interesse em aprendê-lo, porém nossos dados dizem o contrário, pois os filhos afirmam ter tido interesse, sim, em aprendê-lo. Os pais também afirmam ter perdido o costume de falar em casa com eles.

5.2.2 O papel da mulher na comunidade

Antes mesmo do surgimento da Sociolinguística como campo teórico, os estudiosos observaram diferenças na linguagem de homens e mulheres. Para Chambers (2003), a diferença entre o padrão linguístico entre homens e mulheres pode dar-se por:

- a) fatores biológicos: a habilidade feminina para atividades com a linguagem, a compleição dos cérebros feminino e masculino etc.; e
- b) fatores sociais: entre outras razões, estão os diferentes modos de socialização e o trabalho que homens e mulheres exercem - aqueles, por sua profissão, estão mais propensos a ficar em sua comunidade, em contato com um mesmo e restrito grupo; já elas, com frequência, executam trabalhos em que têm que

interagir com várias pessoas, desenvolvendo sua capacidade de variar a linguagem, conforme os diferentes contextos sociais.

Independentemente das causas, Chambers (2003) e Labov (2008) afirmam que as mulheres são mais sensíveis às formas linguísticas sujeitas a julgamentos, evitam as variantes estigmatizadas, são mais conscientes de suas atitudes com respeito à linguagem e são mais preocupadas sobre como serão vistas no meio social por causa de sua fala. Como resume Chambers (2003, p. 116):

[...] em praticamente todos os estudos sociolingüísticos que incluem uma amostra de homens e mulheres, há evidências para esta conclusão sobre seu comportamento lingüístico: as mulheres usam menos variantes estigmatizadas e não-padrão do que os homens do mesmo grupo social, nas mesmas circunstâncias.³⁵

Isso posto, objetivamos destacar o papel das mulheres na comunidade pesquisada, tendo em vista que são elas as principais transmissoras da linguagem aos filhos e, conseqüentemente, peças fundamentais para a manutenção ou a substituição de uma língua minoritária no lar.

As mulheres de São Bento de Urânia sempre tiveram um papel muito importante na vida da comunidade, trabalhando tanto ou mais que os homens, já que lhes cabiam os serviços domésticos, os cuidados com os filhos e o trabalho na lavoura, como demonstram os depoimentos a seguir.

Excerto 6

– O homem com o comércio. A mulher fica com a casa e a roça. Na época da minha vó a mulher não falava, não opinava. Hoje elas participam das decisões. Não tinha voz. Ficava quieta. (Inf. 2, II, M, C).

– Eu sou professora. Eu estudei. Naquela época era muito difícil. Trabalho era na roça. As mulheres cuidavam da casa, dos filhos e iam pra roça. A maioria também costuravam as roupas. (Inf. 23, IV, F, C).

– As mulher não tinha vez. Só com o lenço na cabeça. Só eles que mandavam, ficavam no fogão, sem vez. Trabalhavam na roça e em casa. Minha mãe trabalhou igual uma escrava. Não estudava. (Inf. 29, IV, F, A).

– Minha mãe sempre foi pra roça, trabalhou muito. Isso pras mulheres daqui vem de tradição. Quem vem de fora fica abismado. As mulheres trabalham igual ou mais que os homens. (Inf. 46, III, M, A).

³⁵ In virtually all sociolinguistic studies that include a sample of males and females, there is evidence for this conclusion about their linguistic behavior: women use fewer stigmatized and non-standard variants than do men of the same social group in the same circumstances.

– As mulheres sempre trabalharam na roça, costurava. Minha mãe ajudava meu pai de pedreiro. Minha mãe fazia a mesma coisa que papai, ele só não deixava ela pegar muito peso. Mas as mulheres de São Bento trabalham igual ou mais que os homens. Minha mulher trabalha na roça e em casa, costura e cuida dos filhos. O papel da mulher e do homem é igual e cuida dos filhos, que é obrigação da mulher em São Bento. As pessoas de fora ficam admiradas. (Inf. 52, III, M, A).

Diferentemente do papel que desempenhavam as mulheres dos primeiros descendentes, submissas a decisões que lhe eram impostas, as moradoras do distrito de São Bento de Urânia desempenham atualmente, o mesmo papel do homem. Participam, portanto, das negociações e do gerenciamento familiar como declaram os informantes do excerto a seguir.

Excerto 7

– Eram “secos”. A mulher não tinha voz. O homem dava a última palavra. Hoje a mulher está igual. Discutem de igual. Antes meu avô materno falava e minha vó obedecia, mas depois com os filhos ele mudou, minha vó enfrentou meu avô. Meu avô era só olhar. Falava uma única vez. Batiam de chinelo, cinto... (Inf. 2, II, M, C).

– Mulher não tinha muita vez. Só que quem mandava era ele. Não podia se revoltar. autoridade era autoridade. (Inf. 28, IV, M, C).

– Meu pai era rígido. Nós tínhamos medo de tremer, ele nunca bateu, mas nós tínhamos muito medo. Meu pai falou, tava falado. (Inf. 46, III, M, A).

– Eu não dava o braço a torcer, mas eles obedecia. Meu pai era bravo, e como era bravo. Minha mãe era escrava dele. (Inf. 60, IV, M, A).

Devido ao papel desempenhado pela mulher na comunidade, acreditávamos que elas, mais apegadas às tradições ancestrais e mais circunscritas ao ambiente familiar, iriam mostrar-se favoráveis à transmissão da língua de imigração, pois a experiência doméstica vivida permanece na memória dos descendentes de imigrantes: a recordação objetiva dos acontecimentos, a lembrança da família, da figura materna, da infância e das experiências vividas no lar; porém, as mulheres de nossa pesquisa revelam preferência pelo português. Algumas informantes afirmaram não querer ensinar o vêneto aos filhos, para que eles não fossem repreendidos ou sofressem algum constrangimento perante a sociedade:

Excerto 8

- Muitas vezes as meninas falava que não é assim que se fala, mas é meu jeito. (Inf.51, IV, F, A).
- Os Gava [família do marido] fala com a língua presa então eu prefiro ensinar o português pra minha filha. Sim já passei por constrangimento. Não... na verdade eles [Falando de outra pessoa] falam feio. (Inf. 55, II, F, B).
- Eu falo e meus netos falam que eu falo errado. Vai na loja todo mundo percebe. (Inf.60, IV, M, A).

Pelo exposto, vemos que as mulheres tiveram um papel fundamental na interrupção da transmissão do vêneto aos filhos e, conseqüentemente, na sua substituição pelo português.

5.3 O número de falantes da língua minoritária e as redes sociais

Vários estudos de Contato Linguístico apontam que, em se tratando de uma língua minoritária, quanto menor o número de falantes, maior risco ela correrá de ser substituída pela língua oficial do país (UNESCO, 2003, p. 09), ou seja, uma população pequena tenderá a substituir sua língua materna com mais rapidez (GILES et al., 1977). Entretanto, em se tratando de uma comunidade rural, distante de outras localidades em que se fala a língua majoritária, esses poucos integrantes manterão contatos estreitos entre si, intensificando as redes sociais aí estabelecidas.

Antes de prosseguirmos com nossas análises, porém, cabe esclarecermos a noção de redes sociais. Esse conceito foi desenvolvido nos anos 60 e 70 do século XX por antropólogos sociais, sendo introduzido nos estudos sociolinguísticos, como categoria de pesquisa, a partir de Milroy (1987 [1980]), implicado aos estudos sobre a variação/mudança com a finalidade de explicar a relação entre os padrões da manutenção do vernáculo e os padrões de mudança linguística, no decorrer do tempo (MILROY, 1987).

De acordo com sua densidade, as redes sociais podem ser *densas* ou *frouxas*: quanto maior o número de pessoas que se conhecem e interagem em um grupo, maior o contato entre eles e mais densa será a rede. Por outro lado, numa comunidade em que poucas pessoas se conhecem e/ou travam contato, as relações não serão

intensas e a rede será considerada frouxa. As figuras a seguir ilustram as dimensões da estrutura da rede, de acordo com sua densidade³⁶:

Figura 1: Rede densa

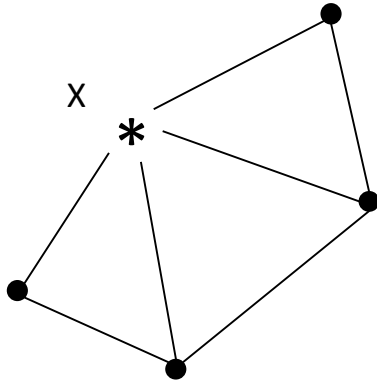
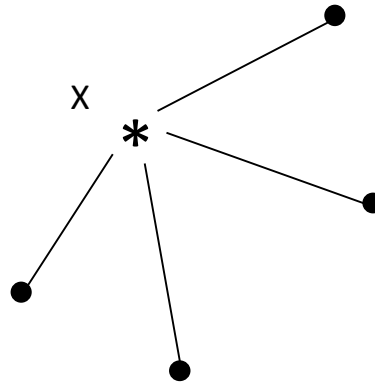


Figura 2: Rede frouxa



Fonte: Milroy (1987, p. 20).

Ainda de acordo com Milroy (1987), as redes de relacionamento dos membros de um grupo funcionam como reforço de seus valores linguísticos e culturais. Sendo assim, valemo-nos da noção antropológica de *redes sociais* no intuito de verificar como se articularam e se articulam os relacionamentos entre os sujeitos da comunidade pesquisada: averiguar a densidade, a complexidade e o nível de contato entre os indivíduos dentro do grupo e destes com os outros.

No início de sua colonização, no século XIX, os primeiros imigrantes de São Bento de Urânia não encontraram nada além de mata fechada e animais selvagens. Sendo os imigrantes originários das mesmas regiões da Itália, falantes de variedades dialetais compreensíveis entre si, a língua de imigração pôde ser mantida por vários anos, principalmente enquanto a comunidade se manteve isolada, dado que não havia pessoas de outras etnias no lugar. Portanto, os moradores da localidade formavam uma rede social densa, conforme Milroy (1987).

No excerto abaixo, reafirmamos o fato de o distrito de São Bento de Urânia ser composto exclusivamente por imigrantes italianos, assim como é possível comprovar

³⁶ Nas figuras abaixo, a letra X representa um indivíduo o asterisco, o ponto focal; os círculos pretos representam os integrantes da comunidade; as linhas retas, as inter-relações travadas pelos membros da comunidade.

que os mesmos foram os desbravadores do lugar e não tiveram, no início, contato com nenhuma outra etnia.

Excerto 9

- Vieram pra cá no meio da mata, derrubaram a machado em efeito dominó. Queimavam, aproveitavam madeira para as casas. (Inf.2. II, M, C).
- Aqui era só mato. E pra sobreviver eles moraram no toco. Papai foi criado aqui. Aqui era mata virgem, mata pura. (Inf. 51, III, M, C).
- O sogro falava que quando chegaram tinha muita capoeira, aí eles roçaram, plantaram. Vinham pelo rio, depois subiram a cavalo. Cada um se apossou de um pedaço de terra. Eles plantavam pra se alimentar e criavam porco, boi, galinha pro consumo. (Inf. 23, IV, F, C).
- Aqui não tinha ninguém. Porque índio e negro não gostam de frio. (Inf. 43, III, F, A).
- Aqui não ouvi falar de índio. (Inf. 55, II, F, B).
- Aqui encontraram macega³⁷. Animais ferozes. (Inf. 60, IV, M, A).

Atualmente, todo o distrito de São Bento de Urânia tem cerca de 900 habitantes, sendo a quase totalidade formada por famílias de agricultores. Na maioria das vezes, o trabalho de plantio ou de colheita é feito pela própria família proprietária da terra. Apesar de todos se conhecerem e serem amigos, os agricultores da comunidade dificilmente contratam pessoas de fora da família, para ajudar na lavoura.

Por sua vez, os adolescentes passaram a estudar o ensino médio fora da comunidade a partir de 2000. Já os adultos, poucos saem da comunidade: alguns poucos agricultores comercializam seus produtos e os dos vizinhos na CEASA duas vezes por semana; transações comerciais e bancárias e consultas médicas especializadas são feitas no município de Domingos Martins, que faz fronteira com São Bento de Urânia. Fora essas atividades, a maioria da população passa seus dias na comunidade. Em outras palavras, os moradores, até hoje, trabalham, negociam, se relacionam e se divertem na comunidade, com os vizinhos, familiares e amigos, mantendo uma rede densa de relações.

³⁷ Capim seco e muito alto, que dificulta o trânsito. Erva brava e daninha. (Fonte: Disponível em: <http://www.dicio.com.br/macega/>. Acesso em 07 de janeiro de 2015.

5.4 A localização da comunidade

Giles et al. (1977), Romaine (1995), Fasold (1996), Montrul (2013) e vários pesquisadores do Contato Linguístico afirmam que a localização da comunidade é um importante fator de manutenção ou de substituição de uma língua minoritária. Fasold (1996) revela que, provavelmente, a localização geográfica em si mesma não seja um fator de manutenção ou substituição linguística, mas o modelo de comunicação e a ausência ou presença de uma contínua pressão social para usar a língua de prestígio. Assim, os moradores da zona rural, pelo maior isolamento e pela menor pressão social que recebem, conservam por mais tempo sua cultura e também sua língua.

No caso da comunidade de São Bento de Urânia, antes da chegada dos imigrantes, era coberta de mata fechada. Ela está localizada a 40 km da sede de Alfredo Chaves e teve a principal via de acesso – que a liga à BR 262 – asfaltada apenas em 2006. A outra estrada, que liga o distrito à sede de Alfredo Chaves, é de terra batida e atravessa uma densa mata, sem qualquer tipo de segurança. As pessoas se locomovem de carro próprio ou de motocicleta, pois não há transporte coletivo na localidade. Por fim, como dissemos na seção anterior, poucas são as pessoas que saem normalmente da comunidade para ir a municípios vizinhos. Os depoimentos abaixo comprovam o que estamos dizendo.

Excerto 10

- Quando chegaram aqui era tudo no mato. Tiveram que fazer aqui tudo na base de roçar, era tudo mato. (Inf. 22, III, F, A).
- Aqui não tinha estrada. Se a pessoa passasse mal, levava no lençol. (Inf. 24, IV, F, C).
- Vieram pra pegar terra de graça. Não tinha estrada, era no lombo do burro. (Inf. 41, IV, M, A).
- Aqui era só mato. E pra sobreviver eles moraram no toco [das árvores]. (Inf. 51, IV, F, A).
- Aqui era deserto[...] tudo sujo, samambaia. (Inf. 53, IV, M, A).
- Nem estrada não tinha. (Inf. 54, III, M, B).

Apenas poucas pessoas fazem o transporte de verduras e legumes à Ceasa, e, essas pessoas também são informantes no nosso banco de dados. Contudo, eles afirmam não ter interesse em mudar sua maneira de falar devido ao trabalho.

Excerto 11

– A gente fala, tudo da família tem o sotaque meio puxado. Não fico com vergonha porque tem muito italiano. (Inf. 61, IV, M, A).

– Acho que não, os mais velhos já foram tudo. Eu nem percebo, é meu jeito. Muita vez as meninas falava que não é assim que se fala, mas é meu jeito. (Inf. 51, IV, F, A).

– Eu acho que falo direitinho, mas as pessoas percebem. Nunca passei vergonha, as pessoas acham bonito. (Inf. 48, IV, F, A).

Pelo exposto, vemos que os moradores de São Bento de Urânia pouco contato têm com pessoas de fora da comunidade e, por isso, ainda preservam muitos traços da língua ancestral e muitas tradições dos imigrantes.

5.5 O caráter permanente ou temporário da imigração

Conforme atestam os autores do Contato Linguístico, o caráter permanente ou temporário da imigração influencia a manutenção ou a substituição linguística, tendo em vista que os imigrantes que pretendem retornar ao seu país provavelmente irão envidar esforços para continuar falando sua língua. Ao contrário, aqueles que pretendem se estabelecer no novo país, tentarão aprender a língua majoritária para se comunicar com as demais pessoas, independentemente de manter ou não sua língua materna.

Com relação a nosso estudo, como vimos no capítulo referente ao contexto histórico da imigração italiana em São Bento de Urânia, as graves consequências da crise por que passava a Itália no século XIX, de um lado, e o recrutamento de mão de obra o Brasil fazia na Europa, de outro, exerceram uma forte atração para os camponeses italianos do norte, ao ponto de eles venderem o pouco que tinham e se arriscarem com a família em busca de uma nova vida além do oceano Atlântico. Embora

houvesse uma pressão por parte do governo e dos proprietários de terra italianos para que a emigração em massa terminasse, ela continuou.

Dessa forma, vemos que a imigração italiana para o Espírito Santo, em sua expressiva maioria, tinha um caráter permanente, pelos seguintes fatores:

- a) a crise italiana gerava uma real falta de oportunidades de uma vida digna naquele país, e sua lembrança era recente para os imigrantes;
- b) os imigrantes eram pobres, e a viagem havia consumido todas ou praticamente todas as suas economias. Assim, não tinham dinheiro para voltar e, principalmente, recomeçar a vida no país de origem;
- c) por último, voltar significaria, para eles, assumir que haviam fracassado, que se enganaram. Assim, o sentimento de vergonha, de humilhação, certamente pesou na decisão de permanecerem no novo destino;
- d) apesar da decepção causada pela realidade distante das promessas feitas pelos agentes de recrutamento, na Itália, os primeiros imigrantes, ao se instalarem em São Bento de Urânia, receberam seu pedaço de terra e passaram a ser donos dele. Essa situação era melhor do que a vida que levavam na Europa.

Nos relatos dos informantes, percebemos que, mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, eles permaneceram em suas terras, confirmando o caráter permanente da migração ocorrida no distrito de São Bento de Urânia. Hoje, a comunidade é composta pelos seus descendentes.

Destacamos, no próximo excerto, os fatores que determinaram a vinda desses imigrantes para o Brasil e para o Espírito Santo, segundo depoimentos dos descendentes.

Excerto 12

- Lá tinha muita fome e guerra. Lá eles matavam. [...] Porque aqui no Brasil tinha muito de comê. (Inf. 25, IV, M, A).
- Vieram da província de Veneza. Diz que se as pessoas fosse ruim eles botavam no navio e mandavam embora. Lá era difícil o trabalho e contaram que no Brasil tinha muita terra e vieram pra cá. (Inf. 28, IV, M, C).
- Tinha uma crise muito grande na Itália e o governo não sabia mais o que fazer, muitos ladrões. Eles iriam para o Sul [do Brasil], mas quando chegou em Anchieta mandaram descer e subiram o Benevente. A nonna falava que foi muito difícil, muita cobra, cortava no facão e marcavam a terra. (Inf. 50, III, F, C).

O caráter permanente da imigração é comprovado pelos depoimentos a seguir.

Excerto 13

- Aqui dava terra. Depois tiveram uma grande decepção. Eles não tinham onde ficar nem morar. [...] Voltar jamais. (Inf. 1, III, M, C).
- Vieram porque eles seriam a escória de lá. (Inf. 2, II, M, C).
- Eles vieram porque lá era difícil, tentaram vir pra cá pra ter uma vida melhor. Não se arrependeram porque lá eles passavam fome. (Inf. 22, III, F, A).
- Eles fugiram da guerra. Fugiram da dificuldade. Aqui não tinha nada, era mata. E todos eram italianos. (Inf. 36, III, M, C).
- Vieram pra pegar terra. Não puderam voltar, não tinha condições. (Inf. 41, IV, M, A).
- Segundo a nonna, [vieram] devido à crise na Europa. E no Brasil tinha fartura e o governo aqui dava terra [...] Voltar jamais foi cogitado. (Inf. 52, III, M, C).

5.6 A (des)semelhança linguística e cultural entre os grupos

Appel e Muysken (1996), com base em pesquisas de Clyne (1982), apontam a (dis)similaridade cultural como um fator importante para a análise da manutenção ou da substituição linguística. De acordo com esses autores, quando as culturas em contato são semelhantes, existe uma tendência maior à substituição cultural e, conseqüentemente, linguística. Por exemplo, na pesquisa citada de Clyne, as comunidades alemã e holandesa que emigraram para a Austrália substituíram suas línguas maternas pelo inglês mais facilmente que os gregos e os italianos (CLYNE, 1982, apud APPEL e MUYSKEN, 1996).

Com relação ao contato cultural e linguístico entre os imigrantes italianos e o povo brasileiro, em São Bento de Urânia, dadas as características da colonização dessa localidade, os imigrantes mantiveram sua cultura e sua língua por muitos anos, adaptando-as à natureza – fauna, flora, clima, solo – do lugar, bastante distinta de sua região de origem. Os imigrantes saíram de seus lotes originais, no próprio município de Alfredo Chaves, em busca de um clima mais ameno e terras mais férteis. Não encontraram nada semelhante ao que deixaram na Itália e, por isso, tiveram de adaptar-se ao que lhes coube.

Quanto à semelhança linguística, como dissemos, por serem eles os únicos moradores da região, não tiveram que se deparar com a questão da manutenção ou substituição de sua língua materna. O contato com o português se deu mais tarde, com a compra e venda de produtos e na escola. Nessas situações, a língua minoritária foi sendo confrontada com a majoritária e perdendo terreno gradativamente.

Assim, para respondermos à pergunta se a (des)semelhança linguística e cultural favoreceu a manutenção das línguas de imigração, reportemo-nos à situação de outros imigrantes no Espírito Santo:

- a) algumas comunidades de pomeranos mantiveram sua língua, independentemente de se tratar de zona urbana ou rural, ao passo que outras, não;
- b) falantes das variedades de alemão das zonas urbanas as substituíram pelo português, mas, nas zonas rurais, elas ainda podem ser ouvidas;
- c) nas zonas urbanas, o vêneto pouco ou não mais existe, mas nas zonas rurais, sim. Em São Bento de Urânia, até os informantes de 31 a 50 anos afirmam saber falá-lo.

Diante desses fatos, pensamos que, mais importante que a (des)semelhança linguística são outros fatores apontados neste capítulo. Nas nossas Considerações Finais, retomaremos esta questão.

Por outro lado, a cultura ancestral ainda se faz presente no distrito, como afirmaram 52 informantes (84% do total). Os elementos mais citados por eles foram:

Tabela 6 - Presença da cultura italiana na comunidade de São Bento de Urânia

Elementos citados	N	%
Comida	42/62	67,74
Jogos	13/62	20,96
Festas e reuniões	07/62	11,29
Celebrações de domingo	03/62	4,83
Linguagem	01/62	1,61

Os depoimentos a seguir ilustram esses resultados.

Excerto 14

– Sim [a cultura está presente]. Nos xingamentos, na comida, macarrão feito em casa, polenta, linguiça, etc., nos jogos de mora de bola de massa. [...] Na linguagem o sotaque principalmente do “r”. (Inf. 2, II, M, C).

– Comida. Na Festa da Uva e do Vinho. No jogo de mora e bocha. (Inf. 20,II, F, C).

– Festa da Uva e Vinho. A coisa mais tradicional aqui é a da uva. Polenta é tradicional. (Inf. 21, II, M, C).

– No plantio da uva, no cultivo do feijão, do milho para fazer a polenta. Hoje em qualquer casa fazem a polenta ainda, meu pai de manhã como polenta ainda. Quando eu era criança no domingo se comia na casa de outra pessoa e levava um agrado pra casa. Quando matava um porco você dava a brizola³⁸ para o vizinho. Hoje mudou muito, mas o que permanece é o domingo. (Inf. 52, III, M, C).

É inegável que a presença desses fatores culturais está relacionada à ascendência dos informantes de nossa pesquisa, pois, assim como sua forma de viver, também estão na linguagem os elementos denunciadores da origem italiana.

5.7 O status da língua minoritária e do grupo de falantes

Segundo Giles et al. (1977), o *status* da língua é o que a torna suscetível de comportar-se como uma entidade coletiva diferenciada e ativa em situações intergrupais. Esses autores propõem a seguinte subdivisão de *status*:

³⁸ Refere-se a uma parte do animal. Um pedaço.

5.7.1 O status do grupo

Quando os falantes de uma língua minoritária têm um status socioeconômico relativamente baixo, é comum eles a substituírem pela língua majoritária. Isso, muitas vezes, resulta do desejo desses indivíduos de ascender socialmente e de obter êxito econômico. Assim, essas pessoas adotam a língua majoritária como veículo habitual de comunicação porque esperam que essa nova língua lhes proporcione melhores oportunidades de trabalho e de vida. Romaine (2006, p. 393) diz que “frequentemente o conhecimento e uso de uma língua é necessidade econômica”.

Para os objetivos de nossa pesquisa, enfatizou-se o papel do *status* dos moradores de São Bento de Urânia como fator de manutenção ou substituição do vêneto nessa comunidade. Pela observação e entrevistas feitas, esses moradores têm praticamente o mesmo nível social, que não é elevado, mas também não podemos classificá-lo como baixo. A base da economia do lugar é a agricultura, a produção se dá em grande escala e a maioria das famílias consome os produtos de sua própria lavoura, o que eleva seu poder aquisitivo.

Devemos lembrar igualmente que todos os moradores de São Bento de Urânia são descendentes de imigrantes, o que os torna uma comunidade etnicamente coesa. Dessa forma, não há grupos e línguas para serem comparados como altos e baixos. Portanto, não há esse tipo de forças de poder, na comunidade, e a língua minoritária não tem por que competir com a língua de outros grupos, já que estes não existem.

5.7.2 O status da língua minoritária

Appel e Muysken (1996) nos revelam que o status linguístico refere-se ao prestígio que algumas línguas têm, tais como o inglês e o espanhol. Compreendemos que o status da língua tende a ser baixo, se se tratar de uma variedade sem prestígio; no caso de uma língua de tradição literária, ela será mais respeitada, e as chances de ela se manter serão maiores.

Sabemos que, (socio)linguisticamente, nenhuma língua é melhor que outra. Porém, esse fato nem sempre é claro na sociedade, de modo que, se a língua da alfabetização e da educação formal for a majoritária, o falante pode se sentir inseguro e desmotivado

a usar sua língua materna, a minoritária. Nesse caso, a substituição linguística poderá acontecer mais facilmente.

Durante as entrevistas, perguntamos aos informantes como eles viam o vêneto. Dos 62 informantes, 50 (80,7%) disseram que gostariam de aprendê-lo, 02 (3,2%) disseram que não gostariam e 10 (16,1%) não souberam responder. Esses dados demonstram que, embora o vêneto seja uma língua minoritária e sem prestígio internacional, ele é valorizado pela comunidade. Nos depoimentos abaixo, encontramos alguns exemplos.

Excerto 15

- Eu gostaria de falar e aprender. É bonito. (Inf.15, I, F, A).
- Eu falo pouco, mas gostaria de aprender mais. (Inf. 28, IV, M, C).
- Eu achei importante aprender. (Inf.44, II, M, C).
- Eu sempre falei [...] eu acho bonito. (Inf.45, II, F, C).
- Ah, sim. É importante conhecer, é importante aprender (Inf. 47, III, M, A).

Assim, pudemos constatar que o vêneto, embora não seja tão bem avaliado fora da comunidade, é avaliado positivamente pelos moradores de São Bento de Urânia, uma vez que afirmam querer aprendê-lo por gostarem e/ou o acharem bonito.

5.8 Atitudes linguísticas

A língua, segundo Appel e Muysken (1996), pode ser valorizada por razões sociais, subjetivas ou afetivas, especialmente no caso de falantes das gerações jovens em contextos de imigração ou de pessoas que se sintam orgulhosas de sua cultura. Para Appel e Muysken (1996), assim como para Fasold (1996), por exemplo, a língua não é apenas um instrumento de comunicação de mensagens; ela transmite significados e conotações sociais. Assim, uma comunidade se distingue de outra por meio de sua língua. Tanto as normas e valores culturais do grupo, quanto seus sentimentos, são transmitidos por ela.

Fishman (1979) divide o comportamento dos falantes diante da língua em três tipos de conduta importantes. O primeiro diz respeito às condutas afetivas, que se concentram sobre a lealdade e a simpatia/antipatia ao grupo e sua língua. O segundo trata das atitudes explícitas, que se referem à regularização dos usos, da planificação, da proibição de falar a língua etc. E o terceiro diz respeito à conduta cognitiva, que visa à consciência linguística, ao conhecimento linguístico e às percepções grupais relacionadas à língua, entre outros.

Estabelecer, pois, as relações entre lealdade, etnicidade, identidade e língua se faz sumamente importante para nossa análise, uma vez que esses conceitos ajudam a explicar como os grupos étnicos minoritários podem preservar ou substituir suas línguas e culturas de origem.

5.8.1 Lealdade linguística

Weinreich (1970) propôs a expressão *lealdade linguística*³⁹ tendo em vista a necessidade que o estudo sociolinguístico apresentou para caracterizar o sentimento de fidelidade de um povo à sua língua. De forma que as pessoas vão se reunir com seu grupo de língua materna, conscientemente e explicitamente, para resistir às mudanças estruturais e sociais. (WEINREICH, 1970).

O autor nos revela que é em uma situação de contato linguístico que as pessoas mais facilmente se tornam cientes das peculiaridades de sua língua, e é aí que a língua padronizada mais facilmente se torna o símbolo de integridade do grupo. Mesmo que não se restrinjam a situações imediatas de contato, os sentimentos de lealdade surgem como reação a uma ameaça real ou imaginária para a língua.

A lealdade linguística pode ser definida, então, como um princípio – seu conteúdo específico varia de caso para caso – em nome do qual as pessoas vão se reunir com seu grupo de língua materna, de forma consciente e explícita, para resistir às mudanças estruturais e sociais (WEINREICH, 1970 [1953]). Pode ser vista como uma atitude positiva em relação à língua, pois, segundo Appel e Muysken (1996), a

³⁹ Weinreich, na sua obra pioneira sobre línguas em contato, introduz a denominação lealdade linguística para designar a atitude positiva em relação a uma língua. Grifo nosso.

lealdade linguística reflete as estreitas relações entre língua e identidade social dos grupos etnolinguísticos. É tomar consciência das peculiaridades de sua língua e envolver-se com ela a ponto de torná-la símbolo de integração, a despeito de como a sociedade externa se posicione.

5.8.2 Etnicidade

O conceito de etnicidade, conhecido desde a primeira metade do século XX, mas difundido amplamente somente na década de 70 do mesmo século, relaciona-se com o pertencimento a um grupo: imigrantes, ciganos, indígenas, etc. A qualidade étnica, no início só se atribuía a um grupo, o minoritário – como, em nosso caso, os imigrantes –, depois passou a definir todos os grupos, inclusive os majoritários (BAKER; JONES, 1998).

Fishman (1989), nos declara que

Etnicidade não é usualmente definida em termos de unidades de tamanho ou escala. Pode ser uma propriedade de unidades agregadoras como pequenas faixas, clãs ou assentamentos, ou pode caracterizar unidades agregadoras ocupando regiões específicas em determinados países, países inteiros ou mesmo vários países vizinhos, em que a filiação étnica e a filiação política não precisam ser idênticas. Etnicidade é autossuficiente, com base culturalmente autônoma independente de agregação, é experimentada como sendo socialmente completa, intergeracionalmente contínua e historicamente profunda⁴⁰. (FISHMAN, 1989, p. 05)

Ainda segundo esse autor, etnicidade não é sinônimo de cultura e, para falarmos de etnicidade, devemos ter em conta três dimensões diferentes:

- i) a paternidade/família: dimensão em que a etnicidade está ligada ao sentimento de continuidade;
- ii) o patrimônio: o legado da coletividade, perspectivas e comportamentos que nos definem (música, roupa etc.); e

⁴⁰ Ethnicity is not usefully definable in terms of units of size or scale. It may be a property of aggregative units as small as bands, clans or settlements, or it may characterize aggregative units occupying specific regions in particular countries, entire countries or even several neighboring countries, ethnic affiliation and political affiliation need not be identical. Ethnicity strains toward a self-contained, self-sufficient, culturally autonomous basis of aggregation, strains toward and is experienced as being societally complete, inter-generationally continuous and historically deep.

iii) a fenomenologia: que se refere ao significado que atribuímos à paternidade e ao legado, e tem a ver com as atitudes subjetivas dos indivíduos diante do seu pertencimento a um grupo étnico potencial. (FISHMAN, 1989)

Fishman (1979) afirma ainda que a língua é o símbolo *par excellence* da etnicidade, visto que por ela se faz a transmissão dos elementos culturais relevantes, dos usos e costumes do grupo étnico, da prática dos ritos, etc. também Baker e Jones (1998, p. 113) percebem que "a língua e a cultura de um grupo étnico são interligadas, como são coração e mente num corpo na flor da idade (*flourishing*)" (1998, p. 115), pois "a língua, simbólica e comportamentalmente, pode estabelecer uma divisão entre grupos étnicos vizinhos [...]. Por meio da língua, a identidade étnica pode ser expressa, ordenada e simbolizada".

Appel e Muysken (1996) acreditam que não há relação necessária e categórica entre língua e etnicidade, pois, segundo eles, há outros fatores distintivos que assinalam a linha limítrofe dos grupos étnicos.

Portanto, percebe-se que entre os estudiosos da linguagem, não há consenso sobre a relação entre língua e etnicidade. Além disso, os autores mostram que um grupo pode desenvolver uma identidade étnica com relação a uma língua que inicialmente pertencia a outro grupo, abandonar progressivamente sua língua minoritária e chegar a considerar a variedade étnica como um dos sinais de sua identidade étnica.

Diante disso, Appel e Muysken (1996) concluem que a língua minoritária ou língua materna étnica não resulta ser o espaço indispensável da etnicidade. Isso significa dizer que a língua pode ou não estar incluída na bagagem cultural de um grupo étnico. A língua materna ou minoritária não é um aspecto indispensável da etnicidade; é apenas uma de suas manifestações de identidade mais óbvias e é muito suscetível a substituições e deterioração. Precisamente, onde os grupos minoritários tentam integrar-se na cultura majoritária, a função habitual da língua materna decresce, passando a manter uma função ritual (APPEL; MUYSKEN, 1996). Sendo assim, não existe uma relação necessária e categórica entre língua e etnicidade; a língua pode estar incluída ou não na bagagem cultural do grupo, ainda que, de acordo com a visão subjetiva, os membros do grupo tendem a associar uma coisa e outra.

Além da caracterização dos grupos étnicos e da relação língua e etnicidade, é fundamental atentarmos às identidades que emergem das diversas situações de contato. Aliás, deve-se frisar que é no contato inter/intragrupal que a identidade étnica enflora.

5.8.3 Identidade

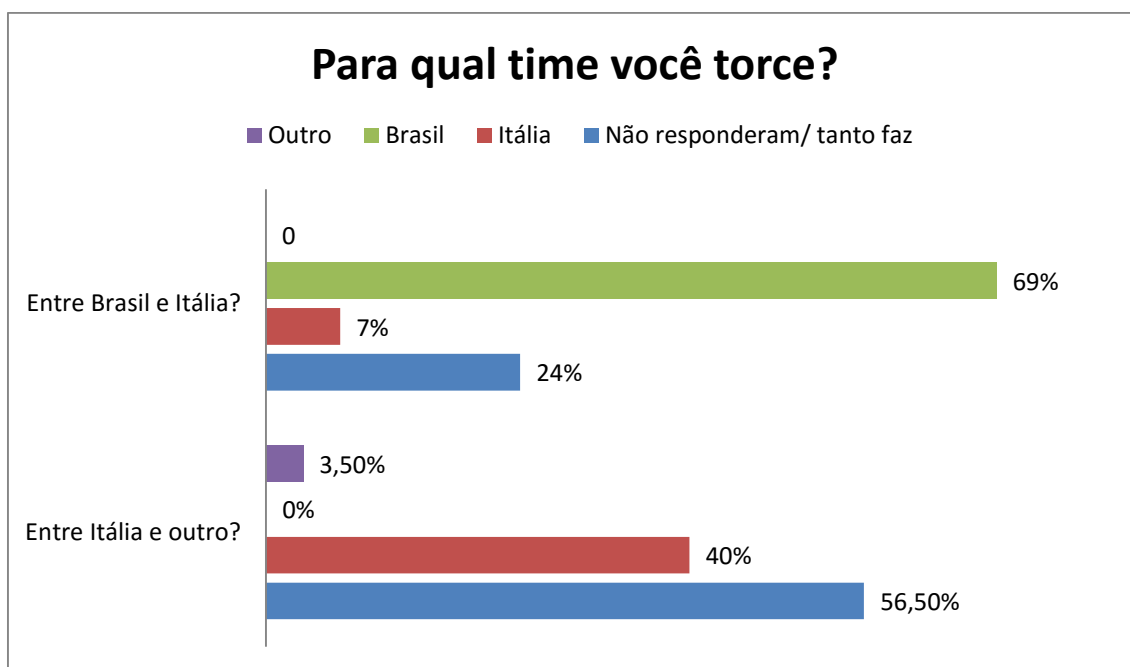
De acordo com Fought (2010), a língua é um elemento-chave na construção e na reprodução de nossas identidades. Nosso repertório linguístico, mesmo monolíngue, mostra como estamos envolvidos com a sociedade por meio das categorias sociais e culturais. As diferentes variedades linguísticas de que dispomos mostra que há uma série de modos de falar que são apropriados para cada situação linguística.

Para Baker e Jones,

A identidade étnica é algo que tem continuidade ao longo do tempo e vive através das gerações. Origem étnica é um termo usado para descrever um grupo de pessoas que têm algum tipo de coerência e solidariedade com base em origens comuns, uma autoconsciência comum e cujos membros podem ser unidos por entendimentos compartilhados, significados de vida e experiências. A identidade étnica pode ser historicamente profunda, sentida coletivamente com um senso de enraizamento e união. Pode haver formas comuns de compreensão da história étnica do grupo, valores comuns e experiências de vida, significados comuns, formas comuns de organizar e ver o mundo (BAKER e JONES, 1998, p. 112).

Os descendentes de imigrantes italianos de São Bento de Urânia demonstram identificação com seus ancestrais, pois afirmam que se orgulham de suas origens. Para analisar sobre a questão, perguntamos aos nossos informantes sobre a predileção futebolística, com intuito de observar de qual país gostam mais. A primeira pergunta diz respeito à escolha entre Brasil e Itália. A segunda se refere à escolha entre a Itália e outro país.

Gráfico 4 – Para qual seleção futebolística torceria.



Podemos perceber, no gráfico acima, a predileção pelo Brasil, na questão sobre o futebol. Na segunda parte da pergunta, a Itália aparece na segunda opção, com 40% da preferência dos torcedores, atrás dos que não responderam ou dos que não têm preferência. Esse fator é um forte indício quanto aos sentimentos de lealdade dos habitantes de São Bento de Urânia ao Brasil, mas não deixa dúvidas sobre a importante presença italiana na comunidade. Os excertos abaixo comprovam o que vimos mostrando.

Excerto 16

- Brasil. Itália com certeza. A Itália é meu segundo país. (Inf. 28, IV, M, C).
- Brasil, mas vontade pra Itália. Quando os dois jogavam nem assistia. (Inf. 32, IV, M, B).
- Itália. Eu sou mais fervoroso porque é do meu sangue, mas eu não torço contra o Brasil. (Inf. 53, IV, M, A).
- O Brasil depois a Itália. (Inf. 34, II, F, B).
- Brasil. Meu pai torce pro Brasil. Se for Itália e outro nós torcemos pra Itália. (Inf. 19, I, M, A).

Também com o intuito de apreender os sentimentos dos atuais moradores com respeito aos antepassados, perguntamos a eles como viam os seus ancestrais. As características mais votadas são vistas na Tabela a seguir.

Tabela 7 – Visão dos informantes sobre os antigos imigrantes

Como você vê seus antepassados italianos?		
	Número de citações	%
Bravos/ Falam alto	26	22,58
Calmos	6	9,67
Afetuosos/carinhosos	4	6,45
Rígidos	4	6,45
Nervosos, Brigões	4	6,45
Honestos	3	4,83
Trabalhadores	2	3,22
Bons e companheiros	2	3,22
Justos	1	1,61
Cuidadosos	1	1,61
Corretos	1	1,61
Discretos	1	1,61
Felizes	1	1,61
Não souberam responder	19	30,64
Total	75 citações	

Podemos confirmar os dados da tabela pelos excertos a seguir:

Excerto 17

– Trabalhadores. Alguns falam alto, mas quando estão fazendo negócios não. Pávio curto. (Inf. 2, II, M, C).

- Meu avó era muito rígido. Se ele assistisse televisão, ninguém podia falar nada. Eles falam alto. (Inf.20, II, F, C)

– Muito justo, trabalhador e honesto. Feliz e só é bravo se mexer com ele. Também era muito nervoso. (Inf. 25, IV, M, A).

– A gente trabalhava muito. Os pais não eram bravos. Eram alegres. Era tudo igual. Eu era caçador. Honestos. Tinha uns perigosos. Não era brigões. O sangue italiano é bravo. Eu sou nervoso. (Inf. 26, IV, M, A).

– Era um povo muito unido. Muito bom e companheiro. Não levavam desaforo pra casa. Falava alto. Discretos, se alguém descobrisse alguma coisa ficavam quietos. Tenho uma imagem positiva. Deveria agradecer a eles. (Inf. 28, IV, M, C).

– Meu pai se ficasse à toa a correia descia. Meu pai era tropeiro, fazia barganha. Italiano você sabe, o italiano gosta de falar alto. (Inf.41, IV, M, A).

– meu pai era rígido. Ele falava e pronto. (Inf.46, III, M, A).

– meu marido é correto, nunca foi bravo. Ele olha os meninos já sabem. Eu falo alto, o pai não.

(Inf.50, III, F, C).

– [o italiano] é calmo, carinhoso. Papai era nervoso. (Inf.58, II, F, A).

Estes depoimentos nos mostram que nossos informantes têm sentimentos positivos para com seus ancestrais e se mostram orgulhosos de suas origens:

Excerto 18

– Eu tenho orgulho. Acho que a gente tem que ter orgulho da descendência. Inf. 22, III, F, A).

– Tenho orgulho. Nunca na minha família falou o contrário. Inf. 24, IV, F, C).

– Meus avós, minha mãe sempre deixou essa questão muito clara né?...da importância das origens. Então eu tenho muito orgulho de ser italiano eu em momento algum falo... querer sempre isso, independente do que eles passaram lá, foi o que nós herdamos e construímos, então nossa comunidade na verdade foi toda construída em cima dessa questão da origem italiana. Então as festas, a cultura, a questão italiana, os santos tudo isso é voltado para a questão italiana. (Inf. 52, III, M, C).

– Eu tenho orgulho de ser italiano, do meu jeito. (Inf.60, IV, M, A).

– Ah eu gosto. Ah sim. Tenho o maior prazer de ser italiano. (Inf. 61, IV, M, A).

A fim de verificarmos a relação entre a lealdade linguística, a identidade e as atitudes dos informantes com respeito ao vêneto, acima descritos, com o seu uso pela comunidade, procuramos averiguar a vitalidade dessa língua: como os moradores se posicionam em relação a ela e como veem sua difusão, hoje, na sua localidade. Antes, porém, cabe lembrar que, por vitalidade etnolinguística entende-se aquilo que faz o grupo linguístico suscetível a comportar-se como uma entidade coletiva diferenciada e ativa em situações intergrupais. Assim, quanto maior a vitalidade, maiores as chances de manutenção (APPEL; MUYSKEN, 1996). Tal vitalidade, demonstrada abaixo foi descrita pelos moradores da comunidade.

Tabela 8: A vitalidade do vêneto descrito pelos moradores de São Bento de Urânia

O vêneto ainda é falado em São Bento de Urânia?	08 - 14 anos	15 - 30 anos	31 - 50 anos	+ 50 anos	Total (%)
Sim	24,3%	20,4%	24,5%	40,8%	49/62
Não	100%	-	-	-	2/62
Não responderam	36,3%	18,1%	36,3%	9,1%	11/62

Por esses dados, vemos que 79% dos informantes desta pesquisa afirmam ainda ouvir o vêneto na comunidade. Contudo, esses falantes são os mais idosos (acima de 50 anos) cujo conhecimento da língua não foi passado ou então, passado de maneira insuficiente às gerações mais novas.

Do mesmo modo, por meio da tabela e do gráfico abaixo, demonstramos as habilidades declaradas dos informantes.

Tabela 9 – Habilidade linguística dos informantes de São Bento de Urânia.

	Faixa I (8-14 anos)	Faixa II (15-30 anos)	Faixa III (31-50 anos)	Faixa IV (> 50 anos)	Total
Fala	23,1%	25%	58,8%	90%	34/62
Entende	23,1%	25%	58,8%	90%	34/62
Lê	-	-	-	-	-
Escreve	-	-	-	-	-

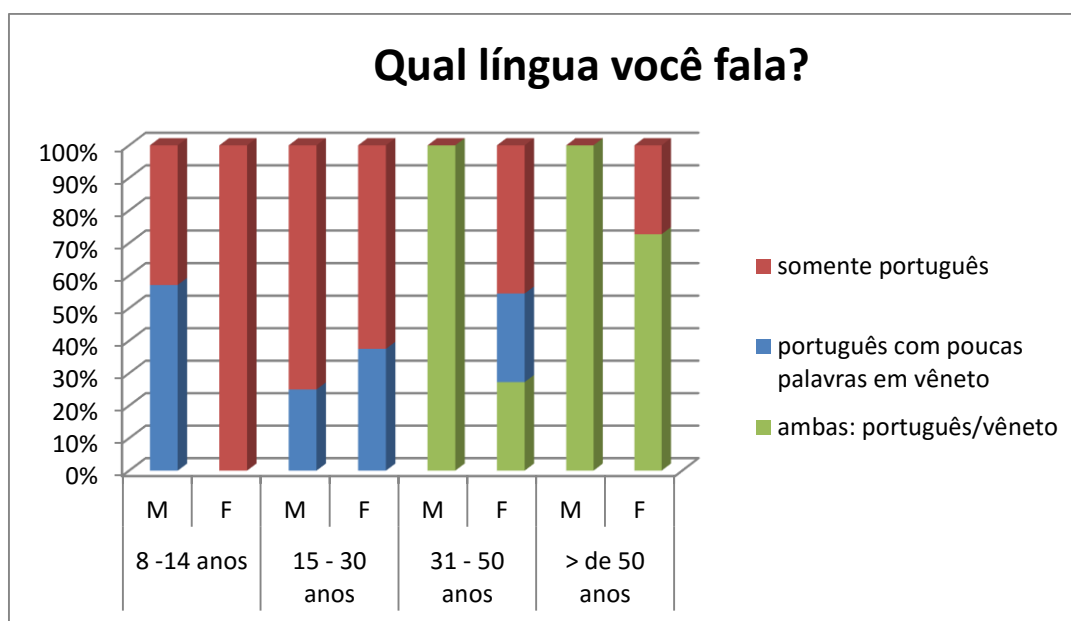
Nesta tabela observamos que os 34 informantes (54,8%) que afirmam entender o vêneto também afirmam falá-lo. É importante ressaltar que, desses 34 informantes, 20 são idosos (+ de 50 anos) e, outros 10 estão na faixa III, de 31 a 50 anos de idade. Quanto às habilidades de leitura e escrita em vêneto, nenhum dos entrevistados garante tê-las, o que se justifica de que eram analfabetos ou semianalfabetos e não trouxeram livros e revistas em vêneto, assim como não tiveram oportunidade de aprender na Itália. Na comunidade também, não há registros de jornais ou livros em

vêneto. Constatamos assim, que esse aprendizado foi passado oralmente nas diferentes gerações.

Outro fato demonstrado na tabela é que há jovens e crianças que afirmam falar e entender o vêneto, fator este que não acontece em outras comunidades de descendentes italianos, já pesquisadas (PERES, 2014).

Com objetivo de constatar a vitalidade do vêneto, perguntamos aos nossos informantes sobre quais línguas eles falam. Os resultados, mostramos a seguir.

Gráfico 5 – Línguas faladas pelos descendentes de imigrantes italianos de São Bento de Urânia.



Como é possível ver no gráfico, o vêneto foi deixando de ser falado através das gerações. Os informantes do grupo I (8 – 14 anos) não o falam apesar de termos encontrado três informantes masculinos que sabem algumas palavras em vêneto, por ouvirem seus pais, avós ou vizinhos falarem. É importante mostrar que as meninas afirmam não conhecer nenhuma palavra no vêneto – assim como não fazem questão de falá-lo - isso é um fato preocupante para a manutenção da língua minoritária já que a mulher é sua maior difusora no âmbito do lar.

No grupo II (15 – 30 anos) a situação é bem parecida, com o diferencial de encontrarmos cerca de 22% do gênero feminino que conhecem só algumas palavras em vêneto. Porém, nos grupos III (31 – 50 anos) e IV (> 50 anos) encontramos a totalidade dos homens que conhecem ambos os idiomas e falam o vêneto em diferentes circunstâncias, como com os amigos, nos encontros dominicais, na roça ou mesmo em casa, com filhos e esposa ou irmãos. Com relação às mulheres dessas faixas etárias, é possível perceber que 45% do grupo III e 25% do grupo IV afirmam só falar o português. Portanto, é possível notar que o português vai difundindo-se numa escala crescente até a total substituição da língua de imigração, mesmo numa comunidade que ficou isolada por muito tempo.

Demonstramos os resultados também nos seguintes excertos:

Excerto 19

– O povo de São Bento fala muito italiano. Meu bisavô falava. Meu pai, só algumas palavras mama mia, formaio, polenta já é uma coisa italiana. Papai me ensinou. Eu gostaria de aprender. (Inf. 19, I, M, B).

– As pessoas mais velhas falam muito. A minha mãe e meu sogro são irmãos eles conversam tudo em italiano. Eu entendo meus filhos não. Meu pai e minha mãe falavam tudo em italiano. Eu falo alguma coisa com meus filhos e eles não entendem. (Inf. 22, II, F, A).

– Meus pais [falavam]. Eu perguntava, mas não falavam. Eu não consigo falar. (Inf. 29, IV, F, A).

– Meus avós e eu falo. Eu achei importante aprender. Quero até fazer um curso. (Inf.44, II, M, C).

– Minha mãe fala e meus avós falavam. Quando eu tinha 8 a 10 anos na casa do vovô a maioria falava italiano. Eu acho que os municípios erram, as escolas em vez de ensinar inglês era para a descendência.. eu sempre falei desde que estudei, eu acho bonito, os alemães aprendem a língua da descendência e o nosso município é muito fraco. Eles eram para ensinar o italiano que a descendência é 99%. Pra nós o básico deveria ser italiano. (Inf.45, II, F, C).

– Meus pais falavam tudo e eu ainda falo alguma coisa com meus filhos. Meu pai chega na beira de outro, fala até hoje. (Inf. 43, III, F, A).

A partir desses dados, vemos que alguns informantes confundem o vêneto com o italiano *standard*, que é ensinado em escolas municipais do estado e em cursos livres, oferecidos pelas associações de cultura italiana.

Também perguntamos aos informantes quais teriam sido as causas de o vêneto não ter sido transmitido aos jovens. As respostas aparecem a seguir.

Tabela 10 – Fator que influenciou a descontinuidade da transmissão do vêneto

	N	%
A escola	17	27,40
Perda ou mistura dos costumes	11	17,70
O falar dos pais	8	12,90
Morte dos mais velhos	4	6,40
Chegada de pessoas de fora	2	3,20
Deboche	1	1,61
Não souberam responder	25	40,32

Pela tabela acima, percebemos que a atuação da escola foi a mais citada, com 27% de “votos”, como vemos pelos depoimentos a seguir.

Excerto 20

– Era proibido falar italiano, na escola batiam [os professores]. Depois foi mudando. Aqui só havia italiano. A lei começou proibir não podia falar. Já pegava da escola. Ali proibiu. Nem eu com minha mulher falava porque não podia. (Inf. 25, IV, M, A).

– Na escola as professoras pegavam a gente pelo pé, as professoras batiam, eu fiquei de castigo porque a gente conversava mal. Hoje ninguém mais comenta, ninguém dá mais valor, foi desprezada [a língua de imigração]. (Inf. 32, IV, M, B).

– Eu acho que foi por uma questão de ir pra escola. E da gente [professor] tá corrigindo isso [o vêneto] dos aluno. Errado nós fizemos. Por tá corrigindo[...]. E você sabe que o que os professores falam é lei. Então, tem que aprender a falar! [os alunos]. (Inf. 50, III, F, C).

– Eles vão pra escola é brasileiro em casa é brasileiro. É porque a geração vai nascendo vai tendo escola e a escola vai ensinando como tem que falar. (Inf.51, IV, F, A).

– O que se falava que era errado, [...] por exemplo, eu mesmo como professor um dos dilemas da escola era corrigir isso.(Inf. 52, III, M, C).

O fato de a escola ser a líder de indicações, segundo os informantes desta pesquisa, está relacionado à Campanha de Nacionalização do Ensino, iniciada na década de 30 pelo governo Brasileiro, como dissemos anteriormente. À época, as línguas de imigração sofreram forte repressão por parte do governo. Esse foi o momento em que os imigrantes e seus descendentes foram obrigados a falar somente o português (PESAVENTO, 1980, p. 156-182; SEYFERTH, 1986; ZANINI, 2006). Além disso, alguns anos depois, o Brasil entrava na Segunda Guerra Mundial, e a Itália se tornou

um inimigo. Esses fatos combinados resultaram em uma forte estigmatização do vêneto.

É possível notar também, nos dados quantificados, que 17,70% dos informantes afirmam que o desuso da língua de imigração deu-se pelo motivo de que, com o decorrer do tempo, as pessoas perderam o costume de falá-la. Tal informação pode ser certificada nos excertos abaixo:

Excerto 21

- Meu avô falava italiano algumas coisas. A gente não entendia muito. Eu não falo. Não tem mais aquele costume de falar as palavras igual eles falavam. (Inf. 34, II, F, B).

- Meus avós conversavam só italiano. Eu sei entender. Ela só conversava italiano. Hoje o que você falar eu entendo. Mas já tá perdendo. Eu não falo com minha filha. (Inf. 35, III, M, A).

- Meus pais falavam em italiano. Até hoje eles se encontram e falam. Eu não sei falar nada. (Inf. 38, III, F, B).

- Uns tempos falavam mesmo, falava mas todo mundo entendia e agora ninguém sabe nada. Eu mesmo. Meus pais falava italiano e com nós também. Depois casei e não falei mais nada. A vovó falava com vovô. (Inf. 56, IV, F, B).

Nos depoimentos dos informantes 34, 35 e 38, nota-se pouco ou nenhum incentivo dos pais para com essas pessoas, que geralmente falava entre os adultos.

Outra razão apontada para o abandono da língua de imigração foi o preconceito. Os linguistas, ao combaterem a ideia da existência de uma língua uniforme, por comprovarem que todas as variedades são igualmente válidas, oferecem subsídios teóricos para o combate ao preconceito. Entretanto, esses ideais ainda não chegaram à maior parte da população. Portanto, o preconceito ainda humilha e marginaliza as pessoas e, em se tratando de línguas minoritárias, o preconceito em relação a elas – e a conseqüente vergonha de falá-las - é um fator que contribui para o seu abandono.

Nos excertos abaixo, podemos verificar a forte influência da instituição educacional e do preconceito na escolha linguística dos informantes do distrito de São Bento de Urânia.

Excerto 22

– Você conversa as pessoas perguntam da onde nós somos. A gente se sente até constrangido. Parece que a gente não sabe nem falar direito. (Inf. 22, III, F, A).

– Porque a gente vai na sociedade [o informante quis dizer na cidade] e lá na cidade não tem ninguém que fala italiano e a gente tem que ir conforme o barco. Não conversa porque o jovem, a juventude tem vergonha do sotaque. (Inf. 36, III, M, C).

– Acho que o sotaque [o deboche dele] influenciou as pessoas a não falarem. Teve uma história que na família só falavam em italiano, casou e com o filho falava em italiano, chegou na escola ele teve que aprender o português para estudar, ficou até reprovado. (Inf. 46, III, M, A).

– Muitas vezes já perguntaram[onde morava]. Tipo um deboche. A gente puxa muito. (Inf. 58,II, F, A).

– Meu pai teve doze filhos. Todos falavam italiano. Ficava feio falar italiano, com meu sogro e sogra falava italiano e com ela [a esposa] falava português porque ficava feio. Eu aprendi o português com os colonos do meu pai. (Inf. 61, IV, M, A).

Além da proibição imposta aos descendentes de imigrantes italianos de falar o vênето, a ridicularização da pronúncia do português dessas pessoas desenvolveu o sentimento de vergonha. Conforme Frosi (2010, p. 185), “A substituição da língua materna por outra não conhecida, não sabida, estranha à vida da comunidade, causou constrangimento [...], vergonha, medo, sentimento de inferioridade, acabrunhamento, bloqueio, em suma, produziu estigmatização. [...] a interdição da palavra étnica feriu a identidade linguística e cultural do ítalo-Brasileiro; instaurou o silêncio, a não comunicação no seu próprio contexto de vida” (FROSI, 2010, p. 185).

A afirmação de Frosi (2010) pode também ser vista e comprovada em São Bento de Urânia, como demonstrado nos excertos a seguir:

Excerto 23

– O pessoal que vinha de fora falava que a gente falava errado. [...] As pessoas me chamavam atenção, corrigiam quando eu falava. (Inf. 24, IV, F, C).

– Sim, o nosso sotaque tem a ver com a descendência italiana. Antigamente as pessoas iam na cidade, principalmente as pessoas da roça, eu achava que tinha muita indiferença. Eu sou descendente de italiano, eu vou ter que sotaque? Você vê um argentino, um boliviano, eles têm o sotaque deles. Então... (Inf. 22, III, F, C).

– O pessoal aqui em São Bento, minha mãe arrasta o “i”. Eu cresci ouvindo isso e acostumado desse jeito é uma tradição italiana. Não fala caRRo, fala caRo. Quantas vezes fui pra Vitória ou Marechal eles perguntam de onde eu sou. Um cara chegou e um cara falou que as pessoas daqui falam tudo errado. É um constrangimento. (Inf. 43, III, F, A).

– O povo fica olhando. Eu me sinto mal. A gente tem a voz atrapalhada. Hoje não compensa aprender, os mais novos falando é muito feio. Dá nojo. (Inf. 32, IV, M, B).

As sociedades selecionam alguma variedade linguística como sendo “melhor”, “mais correta” e “mais bonita”, assim como estipulam que as outras variedades são “feias” ou “erradas”, e, por consequência, são ridicularizadas, rejeitadas, estigmatizadas. E, como sabemos, os conceitos de “feio” e “bonito”, no sistema linguístico, não têm razão de ser. Sua existência é o resultado dos preconceitos sociais.

Em São Bento de Urânia, um conjunto de preconceitos se instaurou sobre a fala dos moradores da comunidade pesquisada e faz com que se dê mais valor ao português do que ao vêneto, principalmente pelos mais jovens, como observamos pelos depoimentos abaixo:

Excerto 24

– Sim, já passei por constrangimento. [...] na verdade eles [outra pessoa] falam feio. (Inf. 55, II, F, B).

– Eu passo vergonha. Essa semana mesmo. Eu fiquei nervoso e falei umas coisas e as mulheres começaram a rir. Pediram desculpas. É meu jeito de falar. As pessoas têm que ter bom senso, não te chamar de burro. Enquanto eles perguntam de onde vocês são tudo bem, mas senão é preconceito. (Inf. 46, III, M, A).

– Mas até hoje em dia quando você sai da escola de São Bento pra Pedra Azul eles riem e deboçam da gente desde o 1º ano, eles falam que a gente é do interior, não sabe falar, caipira[...]Eu não ligava mas tem gente que tem mais vergonha, se sente muito mal, né? (Inf. 45, II, F, C).

Chambers (2003) afirma que as pressões sociais influenciam as escolhas linguísticas, principalmente entre os adolescentes e jovens adultos. Nesta fase, os amigos passam a ter uma importância muito grande. Neste mesmo período eles também vão ajustando sua linguagem, influenciados pela pressão do Mercado Linguístico, que "pressiona o uso da forma padrão, em detrimento da não-padrão" (CHAMBERS, 2003, p. 197).

Para Fishman (1979), o prestígio linguístico não é um traço único ou uma etiqueta que identifica uma língua em qualquer circunstância. Pelo contrário, "o prestígio das línguas pode variar notavelmente de um contexto a outro para os mesmos interlocutores, assim como de uma rede linguística a outra na mesma comunidade linguística".

Especificamente com relação São Bento de Urânia, os jovens precisam decidir se permanecerão na comunidade, isto é, na roça, ou se sairão dali para continuar seus estudos. Essa decisão reflete na escolha linguística que os mesmos terão de assumir.

Foi possível observar nas entrevistas que, quando os informantes têm a intenção de permanecer na comunidade, eles não se preocupam em mudar sua linguagem, bem como não se sentem constrangidos com ela. Assim, as identidades étnica e linguística podem não se anular com a estigmatização e o preconceito. Appel e Muysken (1996) declaram que o fato de os falantes mostrarem, em muitos aspectos, uma avaliação negativa com respeito a sua própria língua não implica que não a tenham em consideração.

Em vista de tudo até agora mencionado e, com a finalidade de resumir o que aqui foi descrito, apresentaremos um quadro proposto pelos autores Baker e Jones (1998), os quais, em seus estudos, apresentaram os fatores considerados interferentes no processo de manutenção/substituição linguística. Coube aqui identificar os fatores da comunidade estudada, a fim de se fazer uma análise fidedigna de sua situação sociolinguística assim como dar a dimensão da improbabilidade da manutenção do vêneto em São Bento de Urânia, uma vez que há muitos mais fatores de substituição do que de manutenção linguística.

No quadro, apresentaremos nossa análise, destacada em negrito, diante dos aspectos abordados.

QUADRO 2: Fatores de manutenção e substituição linguística, em relação ao vêneto, na comunidade de São Bento de Urânia.

<u>Fatores políticos, sociais e demográficos de manutenção do vêneto</u>	<u>Fatores políticos, sociais e demográficos de substituição do vêneto</u>
<ol style="list-style-type: none"> 1. O grande número de falantes que vivem juntos 2. A imigração é recente e contínua. 3. Os falantes continuam perto da pátria e têm facilidade de viajar à terra natal. 4. Possibilidade e vontade de retornar à terra ancestral. 5. Há uma comunidade linguística intacta na terra natal. 6. Estabilidade na ocupação. 7. Empregos disponíveis no território onde a língua é falada em casa diariamente. 8. Baixa mobilidade social e econômica nas principais ocupações. 9. Baixo nível de educação para restringir a mobilidade social e econômica, mas os líderes da comunidade mesmo com alta escolaridade são leais à sua comunidade linguística. 10. Identidade ligada ao grupo étnico, sem ligação identitária com a comunidade de língua majoritária via nativismo, racismo, isolamento ou discriminação étnica. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pequeno número de falantes dispersos. 2. A imigração será longa e estável. 3. Pátria natal remota ou inacessível. 4. Baixa taxa de retorno à terra natal e/ou pouca intenção de voltar e/ou impossibilidade de voltar. 5. A comunidade linguística da terra de origem está em declínio. 6. Mudança profissional, em especial das zonas rurais para as áreas urbanas. 7. Emprego que requer o uso da língua majoritária. 8. Alta mobilidade social e econômica nas principais ocupações. 9. Alto nível de educação, gerando mobilidade social e econômica. 10. A identidade étnica é negada para alcançar a mobilidade social e profissional, o que é forçado pelo nativismo, racismo, isolamento e discriminação étnica.
<u>Fatores culturais de manutenção do vêneto</u>	<u>Fatores culturais de substituição do vêneto</u>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituições que usam a língua minoritária (por exemplo, escolas, mídias, organizações comunitárias). 2. Cerimônias culturais e religiosas na língua minoritária. 3. Identidade étnica fortemente ligada à língua materna. 4. Aspirações nacionalistas como um grupo linguístico. 5. Língua materna como língua nacional. 6. Apego emocional à língua materna, gerando autoidentidade e etnia. 7. Ênfase em laços familiares e de coesão da comunidade. 8. Ênfase na educação em escolas de língua materna para aumentar a consciência étnica. 9. Baixa ênfase na educação, se na escola se usar a linguagem da maioria. 10. Cultura diferente da cultura da língua majoritária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituições usam pouco ou nada a língua materna. 2. Atividades religiosas e culturais na língua majoritária. 3. Identidade étnica definida por fatores outros que não a língua minoritária. 4. Pouca ou nenhuma aspiração nacionalista. 5. A língua materna não é a língua nacional. 6. Autoidentidade derivada de fatores outros que não a língua. 7. Baixa ênfase em laços familiares e comunitários. Grande ênfase na realização individual. 8. Ênfase na educação de língua majoritária. 9. Aceitação da educação na língua majoritária. 10. Cultura e religião similares à cultura da terra de acolhimento.

<u>Fatores linguísticos de manutenção do vêneto</u>	<u>Fatores linguísticos de substituição do vêneto</u>
<ol style="list-style-type: none"> 1. A língua materna existe na forma escrita e é padronizada. 2. O uso de um alfabeto que permite o acesso aos materiais escritos de forma relativamente barata e fácil, no sentido da aprendizagem. 3. A língua materna tem status internacional. 4. A língua da alfabetização é usada na comunidade e na pátria. 5. Há flexibilidade no desenvolvimento da língua minoritária (por exemplo, o uso limitado de novos termos da linguagem majoritária). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A língua minoritária não tem a forma escrita e não é padronizada. 2. A utilização de um sistema que é caro para ser reproduzido e relativamente difícil de aprender a escrever. 3. Língua materna de pouca ou nenhuma importância internacional. 4. Analfabetismo na língua minoritária. 5. Não existe tolerância a novos termos da língua majoritária, ou tolerância demais a empréstimos, que conduzem à mistura e, eventualmente, à perda linguística.

Vemos, então, que os fatores de substituição total do vêneto pelo português são infinitamente maiores e mais poderosos que os fatores de manutenção. Só há como fatores favoráveis à manutenção: a instalação na zona rural; grande número de descendentes de imigrantes e a relativa dessemelhança cultural. Esses fatores não são suficientes para os muitos fatores de substituição: interrupção das imigrações; vontade de ascender socioeconomicamente; crescente processo de urbanização; aumento da escolarização; aumento significativo dos casamentos exogâmicos; as campanhas de nacionalização; e o preconceito. Embasados nesses dados, podemos entender por que muitas línguas de imigração se perderam.

No próximo tópico, exibiremos as Considerações Finais desta pesquisa, com o objetivo de reunir as informações aqui apresentadas, respondendo aos nossos questionamentos iniciais, a fim de averiguarmos se nossas hipóteses foram ou não confirmadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto em nosso capítulo teórico, a manutenção ou a substituição de uma língua de imigração são dois resultados possíveis para um único processo: o contato linguístico. Para que uma língua minoritária seja mantida ou substituída, há que se ter uma confluência de fatores, envolvendo seus falantes individualmente, a comunidade que a fala e a sociedade como um todo. Há ainda que se observar a intensidade da atuação desses fatores, pois disso depende a rapidez ou a lentidão do processo de substituição linguística.

Nessa perspectiva, seguindo o que postulam teóricos como Weinreich (1970 [1953]), Fishman (1968; 1972) e Appel e Muysken (1996), dentre outros, buscamos descrever a história do vêneto no distrito de São Bento de Urânia, procurando compreender as causas que levaram ao seu abandono pela comunidade. Para tanto, nesta investigação, formamos um banco de dados de fala constituído por 62 entrevistas com descendentes de italianos de ambos os sexos, divididos em quatro faixas etárias e três níveis de escolaridade. Esclarecemos que essa classificação dos informantes tem por objetivo tornar o banco de dados propício também para pesquisas variacionistas.

Para procedermos a nossas análises, foi importante e necessário: i) visitar os trabalhos que tiveram o mesmo objeto de estudo que o nosso; ii) conhecer a história da imigração italiana no Brasil, no Espírito Santo e no município de Alfredo Chaves, fator que envolve os contextos histórico, político, geográfico, econômico e sociais da Itália e também do Brasil; e iii) aprofundarmo-nos na teoria que embasa nossas análises - o Contato Linguístico.

Com esse roteiro em mente, no capítulo 1, elencamos os trabalhos acadêmicos feitos sobre línguas em contato, especialmente com respeito ao vêneto, no Espírito Santo. Em seguida, no capítulo 2, resumimos a história da imigração italiana para São Bento de Urânia, a fim de entendermos o funcionamento da comunidade quanto a seus aspectos socioculturais e linguísticos. No capítulo 3, compilamos os principais pressupostos da teoria sociolinguística, especialmente do Contato Linguístico, os quais nos deram embasamento para analisar nossos dados. Assim, abordamos os conceitos de atitudes linguísticas, identidade, etnicidade etc. No capítulo 4,

descrevemos os procedimentos que adotamos para levar a cabo nossa pesquisa. E, no capítulo 5, analisamos nossos dados.

Desse modo, elencamos alguns dos fatores diretamente relacionados ao estudo da manutenção ou da substituição linguística, apontados pelos autores que estudam a questão: 1) os domínios de uso da língua minoritária; 2) a sua transmissão intergeracional; 3) as atitudes linguísticas dos falantes, que dizem respeito à etnicidade e à lealdade linguística; 4) o apoio institucional (religião e escola); 5) os casamentos interétnicos; 6) o tamanho e a localização da comunidade; 7) o caráter permanente ou temporário da imigração; 8) a (des)semelhança linguística e cultural dos grupos majoritário e minoritário; e 9) o status da língua e de seus usuários.

Vimos que, dentre os fatores citados, alguns favoreceriam a permanência do uso do vêneto em São Bento de Urânia, pois se trata de uma comunidade rural, mais isolada geograficamente e, portanto, menos influenciada pelo mundo moderno. Contudo, nessa comunidade, as pressões sociais, embora em escala menor, também agiram para que a língua de imigração deixasse de ser falada.

Assim, dedicamo-nos à análise do uso do vêneto em âmbitos como a família, a igreja e a escola. Procuramos entender qual língua é usada nos diferentes domínios e quais as funções de cada uma delas. Como já mencionado, a manutenção de uma língua prevalece quando a língua minoritária é empregada em instituições oficiais, na religião, em organizações culturais e - muito importante - no lar. Entretanto, em São Bento de Urânia, o português é a língua dos meios de comunicação, da religião, da educação e, atualmente, da família, já que os pais não passaram o vêneto aos filhos. Este é falado quando amigos de longa data se encontram, sem local específico.

No que se refere à religião, constatamos que o sentimento religioso na comunidade em estudo permanece muito forte, pois a igreja católica sempre foi o principal lugar de convívio social e religioso dos moradores. Vimos que, quando a língua minoritária é a da religião, isso serve de reforço à manutenção linguística. Porém, em São Bento de Urânia, as missas e os cultos são feitos na língua majoritária e tem sido assim, segundo os informantes, há muito tempo. Portanto, apesar de sabermos que, na comunidade em estudo, o vêneto foi o canal de transmissão dos princípios cristãos,

num primeiro momento, em seguida esse conhecimento passou a ser transmitido em português, e esse fator nos leva a compreender como a religião acelerou a substituição linguística.

Com relação à instituição educacional, Appel e Muysken (1996) salientam que, quando a escola favorece a competência linguística das crianças na língua minoritária, e se elas aprendem a ler e a escrever nessa língua, a instituição escolar propicia a sua manutenção. Entretanto, na análise desse domínio, foi oportuno observar que ocorreu justamente o contrário, em São Bento de Urânia. Segundo nossos informantes, a escola foi determinante para a substituição do vêneto; foi ela quem levou a proibição de se falar a língua estrangeira, na era ditatorial de Vargas, para a comunidade. Por sua vez, nos dias de hoje, não há, no currículo, nenhuma disciplina específica para o ensino do vêneto nem do italiano standard, nem mesmo trabalhos para a preservação da cultura italiana. Em resumo, a escola funcionou e funciona como instrumento da substituição linguística na comunidade.

Em outros momentos de nossa pesquisa, averiguamos o *status* da língua e de seus falantes, para avaliar sua importância para a manutenção ou a substituição da língua minoritária, pois, segundo Fishman (1970) e Appel e Muysken (1996), o baixo status socioeconômico dos falantes e o conseqüente desejo de ascender socialmente fazem com que um falante bilíngüe adote a língua majoritária como veículo habitual de comunicação, quando percebe que essa língua pode proporcionar-lhe melhores oportunidades econômicas e sociais. Contudo, não foi a busca por status o motivo maior que levou ao desuso do vêneto na comunidade em estudo. De acordo com nossas entrevistas e nossas observações, os moradores sempre foram trabalhadores rurais satisfeitos com sua vida singular, usufruindo dos benefícios que a terra lhes proporcionou. Atualmente, a modernidade lhes traz benefícios, como as máquinas agrícolas, o transporte próprio etc., que proporcionam comodidade e lucro maiores. Dessa forma, a ampla maioria não almejou nem almeja abandonar sua terra em direção à cidade ou a outra zona rural, o que contribui para a manutenção de sua linguagem, impregnada fortemente com traços da língua ancestral.

Com relação à vitalidade da língua de imigração, vimos que as faixas etárias I (de 08 a 14 anos) e II (de 15 a 30 anos) revelam os piores índices de conhecimento e uso do

vêneto: a grande maioria desses informantes prefere o português, visto que, nessa fase da vida, a preocupação com o julgamento dos pares atua com maior intensidade (CHAMBERS, 2003). Já os grupos III (de 31 a 50 anos) e IV (acima de 50 anos) preferem o vêneto, apesar de não o falarem com uma frequência diária, apenas quando se encontram em diferentes situações.

Os depoimentos mostram ainda que os informantes têm consciência da notável redução do número de falantes de vêneto e, conseqüentemente, de seu rápido desaparecimento na comunidade. Devido a esse fato, a maioria disse que gostaria que o vêneto fosse revitalizado e que gostaria de aprendê-lo, mesmo com a alegação de alguns de que a comunidade perdeu o costume de falá-lo e de que as pessoas não acham que ele seja necessário para a atual vida das pessoas.

Depois desse percurso, no final do capítulo 5, discutimos as causas da substituição do vêneto em São Bento de Urânia. Chegamos à conclusão de que muitos fatores desfavoreceram a manutenção dessa língua de imigração:

- a) pequeno número de falantes;
- b) a imigração permanente;
- c) a pátria natal remota ou inacessível e pouco contato com os parentes que ficaram na Europa;
- d) a baixa taxa de retorno à terra natal, pela pouca intenção ou impossibilidade de voltar;
- e) o pouco ou nenhum uso da língua minoritária pelas instituições;
- g) a língua minoritária não é oficializada nem protegida;
- h) as atividades religiosas e culturais acontecem na língua majoritária;
- i) a ênfase da educação é na língua majoritária;
- j) a cultura ancestral não é muito diferente da cultura da terra de acolhimento;
- k) a intolerância ao bilinguismo;
- l) a língua ancestral tem pouca ou nenhuma importância internacional;
- m) a língua minoritária não é padronizada; e
- n) a tolerância à entrada de novos termos da língua majoritária conduziu à mistura e, eventualmente, à perda linguística.

Enfim, a substituição linguística na comunidade pode estar relacionada a vários aspectos, dentre os quais destacamos:

- i) o baixo prestígio da língua dos imigrantes;
- ii) a falta de apoio, reconhecimento e suporte institucional;
- iii) a discriminação linguística por parte dos próprios falantes e de pessoas de fora da comunidade, especialmente da escola;
- iv) a identificação da comunidade com o Brasil e com a língua portuguesa;
- v) a falta de consciência dos falantes sobre a importância da preservação de sua língua.

O que se pode observar, diante desses aspectos, é que a questão central da manutenção linguística consiste na unidade identificadora e caracterizadora da comunidade linguística. Essa unidade deve ser capaz de manter o grupo coeso e de gerar atitudes favoráveis para consigo mesmo e sua língua. Ao contrário do que possa parecer, a escolarização e o contato com o elemento humano do país de acolhimento não são os fatores centrais da manutenção ou da substituição linguística, pois eles somente prejudicarão a preservação da língua minoritária se não houver mais nenhum aspecto que promova a identificação do grupo étnico, que o conecte a seu grupo e sua língua.

Tendo, pois, a constatação da substituição do vêneto em São Bento de Urânia, vimos que a mesma se junta à história das comunidades de imigrantes do Espírito Santo, conforme o previsto pela Lei da Terceira Geração, diferenciando-se apenas do pomerano, que, apesar das semelhanças históricas e sociais com as comunidades italianas, seguiu outro caminho, o da manutenção e, conseqüentemente, do bilinguismo, em diversas localidades. Assim este estudo corrobora os resultados de Peres (2014), demonstrando que, mesmo com a valorização da cultura e da língua dos ancestrais, vinculadas a valores positivos por parte dos descendentes, não foi possível evitar o declínio de seu uso.

Contudo, não podemos deixar de mencionar a possibilidade de que, “diante de algumas experiências de membros dos grupos minoritários, desenvolvem-se estratégias para a revitalização das línguas moribundas ou mesmo já mortas, como é o caso do hebraico, praticamente extinto na diáspora, e hoje é a língua corrente do

país”. (COUTO, 2009, p. 97). Para tanto, se for realmente o desejo da comunidade, pode-se pensar num planejamento da revitalização do vêneto, como incentivar a aprendizagem dessa língua pelos mais jovens, bem como o seu uso significativo entre os que ainda o falam, a fim de dar novas funções à língua sob ameaça. Portanto, para a sua sobrevivência, deve-se buscar sua valorização interna, e não apenas a externa, ou seja, não se deve buscar fora da comunidade aquilo que antes de tudo tem de estar dentro dela.

Também não poderíamos deixar de ressaltar a importância deste estudo como contribuição para a área de línguas em contato, especificamente para o estado do Espírito Santo. Desse modo, esta pesquisa se fez pertinente, uma vez que, em nosso percurso, além de termos detectado a evidente substituição do vêneto pelo português, identificamos, por meio do nosso banco de dados, aspectos fonético-fonológicos da língua de imigração – denominada pelos informantes como importante traço da cultura de seus ancestrais. Nossa pesquisa objetiva também ajudar a comunidade a reconhecer a importância de se preservar suas raízes e sua língua ancestral e a respeitar e valorizar sua linguagem. Esperamos também que, com este trabalho, a família e a escola possam ser orientadas sobre sua centralidade no repasse do vêneto às futuras gerações.

Com base nos resultados obtidos, principalmente no que concerne ao problema da substituição do vêneto, percebemos que é urgente, portanto, que se busquem caminhos e alternativas para que a língua dos imigrantes não venha a morrer por completo, na comunidade. Este é um desafio não só das comunidades colonizadas por imigrantes italianos, mas principalmente da sociedade envolvente, responsável pela adoção de medidas políticas e sociais que visem à manutenção das culturas minoritárias.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, P. Um ideal monolíngue. ALKIMIN, T. (Trad.). In: VERMES, G; BOUTET, J. (Orgs.). **Multilinguismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989; p. 31 – 55.

ALKIMIM, T. M. Sociolinguística – parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21 – 47.

APPEL, R.; MUYSKEN, P. **Bilinguismo y contacto de lenguas**. Barcelona: Ariel, 1996.

_____. **Language contact and bilingualism**. London et al.: Arnold, 1992.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. In: <http://www.ape.es.gov.br>. Acesso em 04/05/2014.

ARRIVABENE, R. L. B. **Línguas em contato: o português e o italiano na zona urbana de Jaguaré**. ES. Vitória: Ufes. Relatório Final de Iniciação Científica, 2012.

AZEREDO, J. C. **Iniciação à sintaxe do português**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAGNO, M. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In.: LAGARES, X. C. & BAGNO, M. (orgs.) **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. p. 355-387.

BAKER, C.; JONES, P. S. **Encyclopedia of bilingualism and bilingual education**. Clevedon, Avon, UK: Multilingual Matters, 1998.

BARTH, S. **Aprender o português: a árdua tarefa das crianças descendentes de alemães**. Vitória: Saberes – Trabalho de conclusão de curso, 2007.

BENINCÁ, L. **Dificuldades no domínio dos fonemas do português por crianças descendentes de pomeranos**. Vitória: UFES. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos, 2008.

BENEDUZI, L. F. **Mal Di Paese: As Reelaborações De Um Vêneto Imaginário Na Ex-Colônia de Conde D'EU (1884-1925)**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, 2004. (Tese de Doutorado).

_____. **Alguns lugares de memória de processos diaspóricos: narrativas de mulheres brasileiras e argentinas na Itália contemporânea**. Tempo e argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 3 – 20, jul./dez. 2009.

BRANT, L. **Diversidade cultural e desenvolvimento social**. In: BRANT, Leonardo (org.). Políticas culturais (Vol. I). Barueri, SP: Manole, 2003.

BREMENKAMP, E. S. **Análise sociolinguística do desaparecimento da Língua holandesa no Espírito Santo**. 2010. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

_____. **Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo.** 2014. [Dissertação]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2014.

BUOSI, B.; NICOLETTI, G. **Un Paese all’Estero. L’emigrazione da Volpago tra 1870 e 1970.** Montebelluna: Poligrafica Montebellunese, 1999.

BUSATTO, L. **Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo.** 1995. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/estudos-sobre-imigracao-italiana-no-espírito-santo>. Acesso em 10 de maio de 2014.

CALVET, L. J. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CALAZANS, P. C. **Para uma sócio-história da língua guarani no espírito santo: Uma análise sob a perspectiva sociolinguística.** 2014. [Dissertação]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2014.

CARNEIRO, J. de R. D.; VALE, M. J. Q.; MIRANDA, A. L. A. Contato linguístico e ensino: a contribuição de línguas indígenas na aprendizagem do português brasileiro. In: **Sociodialeto**, v. 4, nº 11, Campo Grande: UEMS, 2013. p. 116 – 147.

CASTIGLIONI, A. H., REGINATO, M. **Imigração italiana no Espírito Santo.** O banco de dados. Vitória: Santo Antônio, 1997.

CAVALCANTI, M. B. **Análise sociolinguística da concordância verbal na zona urbana de Castelo.** ES. Vitória: Ufes. Relatório Final de Iniciação Científica, 2011.

CENNI, F. **Italianos no Brasil: “Andiamo in ‘Merica”.** 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CHAMBERS, J. **Sociolinguistic theory.** 2. ed. Oxford, Cambridge: Blackwell, 2003.

CLYNE, M. **Multilingual Australia.** Melbourne: River Seine Publications. 1982.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 08 de jan. 2015.

COULMAS, F. **The handbook of sociolinguistics.** Blackwell Publishing. 2008.

COUTO, H. H do. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas.** São Paulo: Contexto, 2009.

COULMAS, F. **Sociolinguistics; the study of speakers’ choices.** Cambridge: Cambridge Press, 2005.

CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DEMONER, S. M. **Os imigrantes no Espírito Santo: italianos do Núcleo São João.** Santa Teresa: Projeto Nossas Raízes, 2001.

DERENZI, L. S. **Os italianos no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DUBOIS, J. et. al. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 2006.

FARACO, C. A. **Estudos pré-saussurianos**. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2005.

FASOLD, R. **La sociolingüística de la sociedad: Introducción a la sociolingüística**. Tradução de Margarita España Villasante e Joaquín Mejía Alberdi. Madrid: Visor libros, 1996.

_____. **Language attitudes**. In: *The sociolinguistics of society*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. cap. 6. p. 145-179.

FIORIN, M. F. **Línguas em contato: o português e o italiano na zona urbana de Alfredo Chaves**. 2014. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

FISHMAN, J. A. **Sociologia del language**. Tradução de Ramón Sarmiento y Juan Carlos Moreno. Madrid: Catedra, 1979.

_____. Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism. **Journal of Social Issues**, 23(2), 1967. p. 29-38.

_____. **Reversing language shift: theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.

_____. **Language Loyalty, Language Planning and Language Revitalization: Recent Writings and Reflections from Josua A. Fishman/Edited by Nancy H. Hornberger and Martin Pütz**. Clevedon, England: Multilingual Matters LTD, 2006.

FOUGHT, C. **Language and Ethnicity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010 [Key topics in sociolinguistic].

FRANZINA, E **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Tradução de Edilene Toledo e Luigi Blondi. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

FROSI, V. M. **A linguagem oral da região de colonização italiana no sul do Brasil**. In: *Nós, os ítalos-gaúchos*. Coord. Mário Maestri. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. P. 159-167.

_____. **Bilinguismo de português e dialetos italianos: nossa língua, nossa cultura, nossa identidade**. In: FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M. *Estigma – cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul: Educus, 2010. p. 179-197.

_____. **L'italiano standard e i dialetti italiani in Brasile.** In: MARCATO, Gianna (org.). I confini del dialetto. Belluno: UNIPRESS, 2000b.

_____. **Interrelazioni fra il dialeto veneto e la lingua portoguese-brasiliana.** In: MEO, Zilio Giovanni (org.). Presenza, cultura, língua e tradições dei veneti nel mondo. Parte I: America Latina, prime inchieste e documenti. Venezia: Junta Regionale Regione Veneto, 1987b. 215-236.

GEVIGI, P. de A. **Línguas em contato: o português e o dialeto vêneto na zona rural de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.** Trabalho de Conclusão de Curso, 2013.

GILES, H. et al. Towards a theory of language in ethnic groups relations. In: ____ (ed.). **Language, ethnicity and intergroup relations.** Londres: Academic Press, 1977.

GILES, H.; RYAN, E. B.; SEBASTIAN, R. J. **An integrative perspective for the study of attitudes toward language variation.** In: GILES, H.; RYAN, E. B. (Ed.). Attitudes towards language variation: social and applied context. London: Edward Arnold, 1982. cap. 1. p.1-19.

GRILLO, A.; NICOLINI, E; GRILO, C. **O português e o italiano no sul do Espírito Santo: um estudo variacionista.** Cachoeiro de Itapemirim, ES: Centro Universitário São Camilo. Trabalho de Conclusão de Curso, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silca, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 7-22.

HAESE, A. **Realizações dos ditongos do português por crianças descendentes de pomeranos.** Vitória: UFES, PIBIC, 2006.

_____. **As variantes fonético-fonológicas relacionadas à estrutura silábica do português falado por crianças descendentes de pomeranos.** Vitória: UFES, PIBIC, 2007.

HÖHMANN, B. **Sprachplanung und spracherhalt innerhalb einer Pomerischen sprachgemeinschaft: eine soziolinguistische studie in Espírito Santo/ Brasilien.** Berlin: Peter Lang, 2010.

HUDSON, R. A. **Sociolinguistics.** London: Cambridge University Press, 1980.

IBGE. **Cidades.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 20 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos/regoes-de-origem>. Acesso em 13 abr. 2014.

IOTTI, L. H. **A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822-1914.** In: Encontro Estadual de História, 10, 2010, Santa Maria, RS. Anais eletrônicos. Disponível em:

http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf. Acesso em: 17 mai. 2014.

KENEDY, E. **Gerativismo**. In MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2008.

KUSTER, I. M. **O contato entre o dialeto vêneto e o português na zona rural de Joatuba, Laranja da Terra - ES**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2014.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008. (Lingua[gem]; 26).

LAMBERT, W. E. **A social psychology of bilingualism**. Journal of Social Issues, XXIII, n. 2, 1967.

LE PAGE, R. B. **Projection, Focursing and Diffusio**. York Papers in Linguistics. 1980.

LIBERATO, R. D. **Análise sociolinguística do uso do fonema /r/ final em substantivos e verbos na língua falada por moradores da zona urbana de Marechal Floriano, ES**. Vitória: Ufes. Relatório Final de Iniciação Científica, 2010.

LORENZONI, J. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LORIATO, S. R. **Análise sociolinguística do uso do fonema /r/ na zona rural de Itarana, ES**. 2011. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

MANÉ, D. **As concepções de língua e dialeto e o preconceito sociolinguístico**. Via Litterae. V.4, n.1. Anápolis, 2012.

MARGOTTI, F. W. **Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil**. [Tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2004.

MARINHO, J. L. **Aspectos sociolinguísticos da imigração italiana na cidade de Santa Teresa, ES**. Vitória: Ufes. Relatório Final de Iniciação Científica, 2012.

MARRA, D.; MILANI, E. S. **A constituição Interdisciplinar da Sociolinguística**. VII CONNEPI. 2012.

MATRAS, Yaron. **Contact languages**. Cambrigde, New York, 2009.

MATIAS, M. dos R. **Estudo sociolinguístico da fala dos moradores baianos da Cidade de Jussara-go**. [monografia]. Goiás. Universidade Estadual de Goiás – UEG, 2012. (?)

MARTELOTTA, M. E. (org.); **Manual da Linguística**: São Paulo, Contexto, 2008.

_____. **Mudança Linguística uma abordagem baseada no uso**. São Paulo, Cortez, 2011.

MARTINUZZO, J. A. **Germânicos nas terras do Espírito Santo**. Tradução de Helmar Reinhard Rölke. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009. Edição bilíngue Português e Alemão.

MARIN, E. C. **O Lúdico na Vida**: Colonas de Vale Vêneto. Campinas, SP: [s.n.], Dissertação (mestrado), 1996.

MEILLET, A. **Linguistique Historique et Linguistique Générale**. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948[1918].

MELLO, H.; ALTENHOFEN C. V.; RASO T. **Os Contatos Línguísticos no Brasil**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2011.

MELLO, H. A. de B. **O falar bilíngue**. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999.

MIORANZA, C. O futuro dos dialetos italianos. In: DE BONI, Luís A. (org.) **A presença italiana no Brasil**, vol. II, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. P. 595-601.

MILROY, L. **Language and social networks**. 2 ed. New york: Basil Blackwell, [1980] 1987.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTRUL, S. **El bilingüismo en el mundo hispanohablante**. West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, 2013.

MORENO, F. F. **Principios de sociolinguística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (orgs): **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 5ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

NAGAR, C. **O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana**: Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1895.

NARO, A. J. (org); **Tendências Atuais da Linguística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro, F Alves, 1976.

OLIVEIRA, G. M. (Org.). **Declaração universal dos direitos linguísticos**: novas perspectivas em políticas linguísticas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

OLIVEIRA, G. M. de & ALTENHOFEN, C. V. **O in vitro na política da diversidade linguística do Brasil**: inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade. In: MELLO, Heliana, ALTENHOFEN Cléo, RASO Tomaso (orgs.). **O Contato Línguístico e o Brasil**. 2009.

PAVEAU, M. A.; SARFATI, G. É. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. Trad. Maria do Rosário Gregolin *et alli*. São Carlos: Claraluz, 2006.

PERES, E. P. **Aspectos da imigração italiana no Espírito Santo**: a língua e cultura do Vêneto em Araguaia. *Dimensões - Revista de História*, v. 26, p. 44-59, 2011a.

_____. **Análise da vitalidade do vêneto em uma comunidade de imigrantes italianos no Espírito Santo**. *Revista (Con)textos linguísticos (Ufes)*, v. 5, p. 83-100, 2011b.

PERTELE, B. D. **Aspectos Sociolinguísticos da imigração italiana em Alfredo Chaves**. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa) – Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

PERTILE, M. T. **O *Talian* entre o italiano-padrão e o português brasileiro**: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai Gaúcho. [Tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2009.

PESSALI, H. **Alfredo Chaves/ uma visão histórica e política**. Alfredo Chaves, Es, 2010.

PESSOA, M. do S. Sociolinguística aplicada ao ensino/ aprendizagem de Língua Portuguesa. In: **I Simelp - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**. USP – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. p. 01 - 18.
Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp15/01.pdf>. Acesso em: 27 de setembro de 2014.

_____. **Sociolinguística aplicada ao ensino/aprendizagem de língua portuguesa**. 2010. UNIR-Campus de Vilhena - DELL-Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. Vilhena-Rondônia.

PESAVENTO, S. J. **O imigrante na política rio-grandense**. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Orgs.). RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 156-194.

PIZETTA, R. P.; DALTIO, A. **Variação linguística no município de Vargem Alta**. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Centro Universitário São Camilo. Trabalho de Conclusão de Curso, 2006.

PUPPIN, D. **Do Vêneto para o Brasil**. Espírito Santo. 1981.

REIS, N. Z. dos. **Análise sociolinguística da concordância verbal realizada por descendentes de italianos da zona rural de Castelo, ES**. Vitória: Ufes. Relatório Final de Iniciação Científica, 2011.

ROBINS, R. H. **Linguística Geral**. Tradução de Elizabeth Corbetta e outros. Porto Alegre - Rio de Janeiro: Globo, 2001. p. 161-2.

_____. **Pequena história da linguística**. 6. imp. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

RODRIGUES, C. V. **Bilinguismo no Espírito Santo**: reflexos no português de adultos e crianças. In: *Signum* – Estudos da Linguagem. Londrina, PR, v. 12, n.1, pp.339-36, jul. 2009.

ROMAINE, S. **Bilingualism**. Second Edition. Oxford, England: Blackwell, 1995. [1989].

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. Goldvarb X – **A multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. In: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm. Acesso em 03/09/2014.

SANTOS, M. de O.; ZANINI, M. C. C. **Especificidades Da Identidade De Descendentes De italianos no Sul Do Brasil**: Breve Análise Das Regiões De Caxias Do sul e Santa Maria***. *Antropolítica* - Niterói, n. 27, p. 21-41, 2. sem. 2009.

SAPIR, E. **Lingüística como Ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. Trad. de J. M. Camara Jr.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHNEIDER, A. Q. **O contato entre o dialeto vêneto e o português na zona rural de Joatuba, Laranja da Terra - ES**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2010.

SEYFERTH, G. **Etnicidade e cultura**: a constituição da identidade teuto-brasileira. In: ZARUR, G. de C. L. (Org.). *Etnia e nação na América Latina*. Washington: Secretaria Geral da OEA, 1996. v. 2. p. 17-36.

STEIN, A. C. **Línguas em contato**: o italiano e o português na zona rural de Marechal Floriano, Espírito Santo. Vitória: Ufes. Relatório Final de Iniciação Científica, 2010.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 7. Ed. São Paulo: Ática, 2000.

TRASK, R. L. **Dicionário de Linguagem e Lingüística**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2008.

TRENTO, Â. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Nobel, 1989.

TRESSMANN, I. **Da sala de estar à sala de baile**: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo. 2005. 335f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**; an introduction to language and society. 4th. ed. London: Penguin Group, 2000.

UNESCO ad hoc Expert Group. **Language Vitality and Endangerment**. (Document submitted to the International Expert Meeting on UNESCO Programme Safeguarding of Endangered Languages. Paris, 10-12 March 2003.

VILAÇA, A. **Receita para um romanceiro**. São Bento de Urânia. SEBRAE, Vitória, 2010.

WEINREICH, U. **Languages in Contact**. Findings and Problems. With a preface by André Martinet. 7th ed. Paris: Mouton & Co. 1970.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad.: Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco; posfácio: Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola, 2006.

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. [trad.] Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editorial, 2002.

WIKIPÉDIA. **Emigração italiana**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Emigração_italiana. Acesso em 09 de mai. 2014.

ZANINI, M. C. C. **Italianidade no Brasil Meridional** – a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Santa Maria: UFSM, 2006.

ZILIO, G. M. **Ricerche di dialettologia venete-latinoamericana**. Roma: Bulzoni Editore, 1995.

8 ANEXOS

8.1 ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS COM OS DESCENDENTES DE ITALIANOS

NO INÍCIO DA ENTREVISTA DEVE-SE DIZER QUAL É A DATA DE CADA ENTREVISTA

- Esta entrevista é sigilosa, está bem? Seu nome não vai aparecer e ninguém, além de três pessoas do grupo de pesquisa, saberá que você conversou comigo. Você aceita gravar esta entrevista?

- 1- Qual seu nome, sua idade e até que ano estudou?
- 2- É casado(a)? Tem namorada(o)?
- 3- Tem filhos? Quantos? Mais gente mora na casa?
- 4- O que faz durante o dia? (trabalha ou estuda?) E à noite?
- 5- Você gosta de esporte? Pratica algum? O que costuma fazer nas horas livres?
- 6- Este lugar sempre teve este nome? Você sabe quem sugeriu?
- 7- Você gosta do lugar onde mora? Por quê? Pretende sair daqui em alguma época? Para onde?
- 8- A vida aqui é boa? Quais as dificuldades que vocês enfrentam aqui? O que está faltando?
- 9- Você já passou por alguma situação em que você teve muito medo? Pode contar o que aconteceu?
- 10- Quem era italiano na sua família? De que região da Itália sua família veio?
- 11- Você sabe histórias de sua família na Itália? E da chegada ao Brasil? Quais?
- 12- Quando a sua família italiana chegou ao Brasil? Por que eles vieram para o nosso país e para o espírito santo? Como foi a viagem deles para cá?
- 13- Quando chegaram ao Brasil, onde eles foram morar? Quais foram as maiores dificuldades que eles enfrentaram quando chegaram a esta região? Eles trabalhavam em quê?
- 14- Como era esta região quando eles chegaram aqui? Já era um povoado, tinha muitas famílias, ou não?
- 15- Eles gostavam de viver aqui?
- 16- Como era a sua família? Tinha muitas pessoas em casa? Eles conversavam em italiano? Você se lembra de alguma história que eles contavam? E músicas?
- 17- Como os homens das famílias italianas costumavam se comportar em casa na convivência com suas mulheres? Eram bravos, severos, mandões, ou eram afetuosos?
- 18- Qual era o papel da mulher nessa comunidade?
- 19- E como eram os pais (e mães) na relação com os filhos? E a relação entre irmãos e entre os parentes e amigos? Como era a educação dos filhos? Como era a infância naquela época? E a sua infância, como foi? Que lembranças, boas ou ruins, você tem a esse respeito? A educação dos filhos mudou muito daquele tempo até hoje?
- 20- Como era a relação da sua família com as pessoas nascidas no Brasil, em especial com os negros? Havia algum tipo de preconceito?
- 21- Como você vê os seus antepassados italianos que vieram para o Brasil (falavam alto, eram brigões, afetuosos, falantes, extrovertidos etc.)? E os atuais descendentes?
- 22- A cultura italiana está presente na região onde você mora? Como: nas brincadeiras e jogos, na linguagem?
- 23- E a religião como era (celebrações, missas, festas, semana santa, santo padroeiro...)?
- 24- E a alimentação dos antepassados, como era? Você sabe fazer alguma comida italiana? Diga como se faz uma.
- 25- Você já ouviu alguém falar o italiano, aqui na região? Onde a língua é falada (igreja, encontros etc.)?
- 26- Por que você acha que o italiano deixou de ser falado pelos descendentes?
- 27- Tinha alguém da sua família que falava com sotaque mais carregado? Como as outras pessoas encaravam isso: havia preconceito? E você, como se sentia?

- 28- Alguém da sua família fala o dialeto italiano? Você gostaria de aprender?
- 29- Você ou sua família ainda tem contato com os parentes fora do Brasil?
- 30- Se pudesse, você iria viver na Itália? Por quê?
- 31- Que sentimentos você tem em relação a ser de origem italiana? Você tem orgulho de ser descendente de italiano? Já pensou em ter dupla cidadania? Por quê?
- 32- Num jogo entre a Itália e o Brasil, para quem você torceria? E se o jogo fosse entre a Itália e outro país?
- 33- Há alguma coisa (fato, caso ou história) que você gostaria de acrescentar?

8.2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG nº _____, estou sendo convidado(a) a participar de um estudo sobre o distrito de São Bento de Urânia, município de Alfredo Chaves, Espírito Santo.

A minha participação no referido estudo será no sentido de conceder uma entrevista. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer dado que possa, de alguma forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado(a) que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. A pesquisa será realizada pela aluna-pesquisadora Kátiuscia Sartori Silva Cominotti, RG nº 1.526.692- SSP/ES, sob a orientação da professora Dr^a. Edenize Ponzó Peres, ambas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Estou ciente de que as informações prestadas por mim serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa e manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Alfredo Chaves, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura)

Obs.: _____

Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato com Kátiuscia Sartori Silva Cominotti. Telefones: (27) 3269-1954 e (27)99615-8684. E-mail ksscominotti@gmail.com.

8.3 DECRETO-LEI Nº 406, DE 4 DE MAIO DE 1938

O Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938 –

Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA ENTRADA DE ESTRANGEIROS

Art. 1º Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo:

I - aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;

II - indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;

III - que apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicomanos;

IV - doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública;

V - que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional;

VI - menores de 18 anos e maiores de 60, que viajarem sós, salvo as exceções previstas no regulamento;

VII - que não provem o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para manter-se e às pessoas que os acompanhem na sua dependência;

VIII - de conduta manifestamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições;

IX - já anteriormente expulsos do país, salvo se o ato de expulsão tiver sido revogado;

X - condenados em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei brasileira;

XI - que se entreguem à prostituição ou a explorem, ou tenham costumes manifestamente imorais.

Parágrafo único. A enumeração acima não exclue o reconhecimento de outras circunstâncias impeditivas, não se aplicando aos estrangeiros que vierem em caráter temporário o disposto nos incisos I, V e VI.

Art. 2º O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 3º O passaporte e demais documentos, visados pelas autoridades consulares brasileiras, estabelecem a favor de seus portadores a presunção de que se acham em condições de entrar no território nacional.

Art. 4º Ao desembarcar ou passar a fronteira, o estrangeiro exhibirá às autoridades encarregadas da fiscalização, para o necessário visto, o passaporte e a ficha consular de qualificação, com recurso à autoridade superior no caso de impedimento. Nesse caso, a entrada poderá ser autorizada provisoriamente na forma do regulamento.

Art. 5º As autoridades brasileiras do país ou região de procedência dos estrangeiros, antes de apor o visto nos passaportes, deverão verificar, por todos os meios ao seu alcance, as condições de legalidade e autenticidade dos documentos exigidos por esta lei e respectivos regulamentos.

Parágrafo único. Os atestados relativos às condições físicas e de saúde dos estrangeiros, serão passados por médicos de confiança dos consulados.

Art. 6º Não será aposto o visto:

- a) se a autoridade consular verificar que o estrangeiro é inadmissível no território nacional;
- b) se a autoridade consular tiver conhecimento de fatos ou razoável motivo para considerar o estrangeiro indesejável.

Art. 7º O visto é válido pelo prazo de noventa (90) dias contados da data de sua aposição, podendo ser prorrogado por igual prazo, desde que a quota respectiva não esteja esgotada.

Art. 8º Todo estrangeiro receberá do Consulado ao qual couber a concessão do visto um documento que reúna os dados referentes ao portador, contendo: nome, sobrenome, filiação, nacionalidade, lugar e data do nascimento e profissão.

Art. 9º A entrada de estrangeiros será permitida:

- a) por via marítima, unicamente pelos portos de Belem, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, São Francisco do Sul ou Florianópolis e Rio Grande;
- b) por via terrestre, fluvial ou aérea, nos pontos onde houver Inspetorias Federais de Imigração ou posto do Departamento de Imigração.

CAPÍTULO II

CLASSIFICAÇÃO DE ESTRANGEIROS

Art. 10. Os estrangeiros que desejarem entrar no território nacional serão classificados em duas categorias, conforme pretendam vir em caráter permanente ou temporário.

Art. 11. São considerados como vindos em caráter permanente os que tencionem permanecer no território nacional por prazo superior a seis (6) meses.

Art. 12. Os estrangeiros vindos para o Brasil em caráter temporário compreendem as seguintes categorias:

- a) turistas e visitantes em geral e estrangeiros em trânsito;
- b) representantes de firmas comerciais estrangeiras e os que vierem em viagem de negócios;
- c) artistas, conferencistas, desportistas e congêneres.

Parágrafo único. Os estrangeiros classificados neste artigo, poderão tornar permanente sua estada no território nacional, satisfeitas as exigências que forem estabelecidas no regulamento da presente lei.

Art. 13. O desembarque dos estrangeiros em trânsito que tenham de demorar no país mais de uma semana, só será permitido se apresentarem à autoridade consular brasileira, para o visto, o passaporte já legalizado pela autoridade consular do país a que se destinam. Quando a demora for inferior a esse prazo, o visto será dispensado.

CAPÍTULO III

QUÓTAS DE ENTRADA

Art. 14. O número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente, não excederá o limite anual de 2 por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil nesse caráter no período de 1 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933.

§ 1º Quando se tratar de nacionais de Estado constituído depois de 1 de janeiro de 1914, o cálculo da quota terá por base o número dos entrados em caráter permanente daquela data até 31 de dezembro de 1933, admitido o acréscimo de vinte por cento (20%) por período decenal ou fração, anterior à existência do Estado.

§ 2º Ao domínio, possessão ou colônia não caberá quota própria.

§ 3º Os brasileiros naturalizados em outros países estão sujeitos à quota.

§ 4º Quando um dos cônjuges tiver nacionalidade diferente da do outro, prevalecerá a nacionalidade daquele, cuja quota não estiver esgotada.

§ 5º Quando a quota de uma nacionalidade não alcançar três mil (3,000) pessoas, o Conselho de Imigração e Colonização poderá elevá-la até esse limite.

Art. 15. Ficam excluídos da quota:

- a) os estrangeiros vindos para o Brasil em caráter temporário; a estrangeira casada com Brasileiro ou viúva de brasileiro, ainda que
- b) apátrida, e o estrangeiro casado com brasileira, quando esta vier com passaporte brasileiro, e respectivos filhos menores;
- c) os menores de um ano;
- d) os estrangeiros domiciliados no território nacional, que dele se ausentarem por prazo não superior a dois (2), anos, contados da data do visto de retorno na forma do art. 43.

Art. 16. Oitenta por cento (80 %) de cada quota serão destinados a estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais.

Art. 17. O agricultor ou técnico de indústria rural não poderá abandonar a profissão durante o período de quatro (4) anos consecutivos, contados da data do seu desembarque, salvo autorização do Conselho.

Art. 18. Quando entender conveniente as necessidades econômicas do País, o Conselho de Imigração e Colonização poderá permitir que o saldo das quotas seja aproveitado na introdução de agricultores de nacionalidade, cuja quota já se tenha esgotado.

Parágrafo único. A disposição contida neste artigo aplica-se aos tratados bilaterais celebrados com os países de imigração.

CAPÍTULO IV

TRATADOS BILATERAIS

Art. 19. A União celebrará tratados bilaterais de imigração e colonização com o fim de atrair para o País e nele fixar trabalhadores agrícolas.

§ 1º Os governos dos Estados poderão propor ao Governo Federal a celebração desses tratados, ficando responsáveis perante a União pelas obrigações decorrentes dos mesmos.

§ 2º Ao Conselho de Imigração e Colonização caberá proceder aos estudos prévios para a celebração desses tratados, emitindo parecer fundamentado.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 20. A visita a bordo, para o efeito da fiscalização e desembarque de passageiros, será feita conjuntamente pelas autoridades da Saúde Pública, da Imigração e da Polícia. A esta última caberá opor seus próprios impedimentos e os requisitados pelas duas primeiras, incumbindo-lhe também torná-los efetivos.

Art. 21. Cabe à Polícia levantar os impedimentos ao desembarque de passageiros, sendo que os requisitados pela Saúde e Imigração não serão levantados sem prévio consentimento das respectivas autoridades.

Art. 22. Dentro do limite da quota, não havendo prejuízo à saúde pública ou à segurança nacional, e para o fim de legalização de documentos, poderá a Polícia autorizar, excepcionalmente, o desembarque de estrangeiros, mediante caução em dinheiro, correspondente ao preço da passagem de volta.

Parágrafo único. Findo o prazo concedido pela Polícia e não satisfeitas as exigências, será o estrangeiro repatriado, correndo a respectiva despesa por conta da caução.

Art. 23. Durante a visita das autoridades competentes, fica o navio interdito a outros visitantes, excetuados os representantes diplomáticos ou consulares e autoridades.

Art. 24. As autoridades em serviço terão livre entrada a bordo e no cais.

Art. 25. Será impedida a entrada do estrangeiro que não houver satisfeito os requisitos desta lei e do seu regulamento.

Parágrafo único. O comandante da embarcação é obrigado a reconduzir ao porto de procedência o passageiro impedido, prestando, perante o Departamento de imigração, uma caução, pecuniária ou fidejussória, de cinco a quinze contos de réis (5 a 15:000\$000), que será levantada mediante prova de desembarque autenticada pelo cônsul brasileiro do porto de procedência.

Art. 26. A fiscalização do estrangeiro após sua entrada compete à Polícia, salvo os casos de competência do Conselho de Imigração e Colonização, que serão por ele mesmo solucionados.

CAPÍTULO VI IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO

Art. 27. Os estrangeiros destinados ao território nacional não poderão desembarcar ou transpor as fronteiras senão depois de identificados pelo Departamento de Imigração, segundo as normas que o regulamento desta lei estabelecer, excetuados os restantes do art. 12.

Art. 28. Dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data de seu desembarque, o estrangeiro deverá apresentar-se, para registro, à autoridade policial do lugar de destino.

§ 1º Durante o prazo de quatro (4) anos, contados da data do desembarque ou entrada no território nacional, qualquer mudança de trabalho, emprego ou domicílio importará novo registro perante a autoridade policial, que dará ciência devida ao Conselho de Imigração e Colonização.

§ 2º Se não houver mudança de trabalho ou emprego, o registro será apenas revalidado anualmente, até que se esgote o prazo.

Art. 29. Nenhum estrangeiro poderá permanecer por mais de seis (6) meses no território nacional, sem obter a carteira de identidade fornecida pelos serviços policiais de identificação.

Parágrafo único. A carteira não poderá ser fornecida sem exibição dos passaportes dos estrangeiros, visados pelas autoridades imigratórias comprovando sua permanência legal no País, nos termos da legislação vigente na época de sua entrada.

Da carteira constará a declaração de que o estrangeiro tem permanência legal no País.

Na falta de passaportes, deverão os interessados exhibir certidões do Departamento de Imigração.

Art. 30. Ficam dispensados das exigências relativas ao registro os estrangeiros a que se refere o art. 12, letra a.

Art. 31. Os estrangeiros do sexo masculino, maiores de dezoito (18) anos, atualmente residentes no Brasil, terão o prazo de um ano para o cumprimento do disposto no art. 28.

Art. 32. Os serviços de identificação civil ou militar do País enviarão ao Departamento de Imigração e à Polícia Civil do Distrito Federal cópia de todas as individuais dactiloscópicas de estrangeiros.

Art. 33. Os empregadores farão constar do livro de registro dos empregados, se forem estrangeiros, além de outras informações que o regulamento desta lei estabelecer:

- a) data de desembarque ou entrada no País, constando do passaporte;
- b) nacionalidade, caráter da admissão no território nacional.

Art. 34. Nenhum estrangeiro admitido em caráter temporário poderá empregar-se no país, ressalvado o caso da letra c do art. 12.

O admitido como agricultor ou técnico de indústrias rurais não poderá empregar-se em zona urbana antes de decorrido o prazo de quatro (4) anos a que se refere o art. 17.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, todo estrangeiro apresentará ao empregador seu passaporte, visado pelo Departamento de Imigração.

Art. 35. As repartições públicas federais, estaduais e municipais, institutos e caixas de aposentadoria e pensões e congêneres, antes da decisão final dos requerimentos de licenças comerciais, registro do comércio, alvarás, carteiras profissionais, concessões, favores e análogos, exigirão que os estrangeiros provem entrada e permanência regular.

CAPÍTULO VII

HOSPEDAGEM E ENCAMINHAMENTO

Art. 36. Os serviços de hospedagem e encaminhamento de estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais serão efetuados, no porto do Rio de Janeiro pelo Governo Federal, e, nos demais portos de desembarque de estrangeiros, pelos Governos estaduais, sociedades, empresas ou particulares que houverem promovido sua introdução.

Art. 37. Nenhum serviço será prestado ao estrangeiro, na ocasião da sua entrada, por qualquer sociedade, empresa ou particular, sem prévia autorização do Departamento de Imigração.

Art. 38. Somente depois da inspeção pelo Departamento de Imigração poderão os Estados, sociedades, empresas e particulares, prestar aos estrangeiros serviços de hospedagem, encaminhamento e quaisquer outros.

Quando se tratar de estrangeiros vindos espontaneamente ou introduzidos pelo Governo Federal, o seu transporte, bem como o das respectivas bagagens, poderá correr por conta da União, dos Estados ou dos particulares. A estes últimos e aos Estados caberá esse encargo quando a introdução for por eles promovida.

CAPÍTULO VIII

CONCENTRAÇÃO E ASSIMILAÇÃO

Art. 39. Nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou Colônia, será constituído por estrangeiro de uma só nacionalidade.

Art. 40. O Conselho de Imigração e Colonização poderá proibir a concessão, transferência ou arrendamento de lotes a estrangeiros da nacionalidade cuja preponderância ou concentração no núcleo, centro ou colônia, em fundação ou emancipados, seja contrária à composição étnica ou social do povo brasileiro.

§ 1º Em cada núcleo ou centro oficial ou particular, será mantido um mínimo de trinta por cento (30%) de brasileiros e o máximo de vinte e cinco por cento (25 %) de cada nacionalidade estrangeira. Na falta de brasileiros, este mínimo, mediante autorização do Conselho de Imigração e Colonização, poderá ser supridos por estrangeiros, de preferência portugueses.

§ 2º O Conselho agirá nesse caso na forma do presente artigo.

Art. 41. Nos núcleos, centros ou colônias, quaisquer escalas, oficiais ou particulares, serão sempre regidos por brasileiros natos.

Parágrafo único. Nos núcleos, centros ou colônias é obrigatório o estabelecimento de escolas primárias em número suficiente, computadas as mesmas no plano de colonização.

Art. 42. Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro.

CAPÍTULO IX

VISTO DE RETORNO

Art. 43. O estrangeiro que tenha entrado no Brasil legalmente em caráter permanente, e que dele se ausentar por prazo não superior a um ano, poderá regressar mediante simples autorização da Polícia, constante de documento especial na forma do regulamento.

§ 1º A validade desse visto de retorno poderá ser prorrogada por mais de um ano pela autoridade consular.

§ 2º A prova de entrada legal para os efeitos deste artigo será feita pelo passaporte e, na falta deste, mediante certidão do Departamento de Imigração, sem prejuízo das sindicâncias julgadas necessárias.

Art. 44. Voltando o estrangeiro ao país, o documento será arrecadado pela Polícia Marítima.

Parágrafo único. Em casos especiais, previstos no regulamento, o documento não será arrecadado senão depois de findo o prazo nele fixado.

CAPÍTULO X

LICENÇA DE IMIGRAÇÃO COLETIVA

Art. 45. Os Estados, sociedades, empresas e particulares que pretenderem introduzir estrangeiros, solicitarão licença prévia ao Conselho de Imigração e Colonização, declarando:

- a) número e nacionalidade dos estrangeiros que pretendam introduzir durante o ano;
- b) pontos de embarque no exterior e localidades a que se destinem.

§ 1º As sociedades, empresas ou particulares provarão ainda que se acham registrados na forma da lei e dispõem de recursos financeiros.

As sociedades provarão também que se acham autorizadas a funcionar no Brasil.

Em qualquer caso serão apresentados os contratos de locação de serviço, dispensadas destas exigências as companhias de colonização, que provarão, no entanto, o cumprimento do disposto no decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937.

§ 2º Na petição de registro serão especificados os trabalhos oferecidos aos estrangeiros e as garantias para sua fixação na agricultura ou indústrias rurais.

Art. 46. Concedida a licença, será a mesma registrada e comunicada, para os devidos fins, ao Ministério das Relações Exteriores.

Art. 47. O Departamento de Imigração poderá manter, junto às autoridades consulares, funcionários técnicos para cooperar in loco no serviço de selecionamento.

Parágrafo único. Para o mesmo fim os Estados, sociedades, empresas ou particulares, autorizados na forma do art. 45 poderão manter no exterior agentes ou prepostos de nacionalidade brasileira e acreditados no Departamento de Imigração.

CAPÍTULO XI

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Art. 48. Só as empresas de navegação registradas no Departamento de Imigração poderão transportar estrangeiros para os portos nacionais e pontos de fronteiras e desembarque a que se refere o art. 9 desta lei.

§ 1º O registro será renovado anualmente, constando do pedido respectivo:

- a) número e nome das embarcações,
- b) pontos habituais da escala;
- c) lotação, discriminada por classes;

Art. 49. As mesmas empresas ficam obrigadas a:

- a) estabelecer classificação uniforme dos passageiros;
- b) avisar, com a necessária antecedência, ao Departamento de imigração e às autoridades policiais, e de saúde, a data de chegada das embarcações;
- c) entregar às autoridades da imigração e da Polícia:
 - 1) a lista nominal, visada pela autoridade consular brasileira, dos estrangeiros destinados a cada um dos portos nacionais;
 - 2) a lista dos passageiros embarcados nos portos nacionais com destino ao exterior;
 - 3) a lista nominal da equipagem, visada pelo Consul brasileiro, dela não podendo constar pessoas estranhas.

Art. 50. Nenhuma empresa venderá passagens a estrangeiros destinados ao Brasil sem que estes apresentem, visados pela autoridade consular brasileira, os passaportes e fichas consulares de qualificação exigidos por esta lei e seu regulamento.

Art. 51. Às embarcações que aportarem ao Brasil, é vedada a superlotação da terceira classe ou semelhante.

Art. 52. Os comandantes de embarcações que transgredirem as disposições desta lei e seu regulamento ficam sujeitos às penalidades e multa constantes da capítulo 13.

Parágrafo único. As embarcações, com seus acessórios, constituirão garantia das multas.

Art. 53. Os capitães dos portos, mediante requisição do Departamento de Imigração, impedirão a saída dos navios que, transportando estrangeiros, tiverem questões pendentes por infração das disposições legais e regulamentares.

Parágrafo único. De modo análogo se procederá quanto às aeronaves.

Art. 54. Aos comandantes ou responsáveis pelas embarcações incumbe:

- a) entregar à autoridade competente a lista de passageiros devidamente assinada;
- b) prestar à autoridade as informações exigidas e executar as providências requisitadas;
- c) fazer respeitar a bordo as autoridades em serviço;
- d) transportar para os portos de procedência os passageiros impedidos.

CAPÍTULO XII

FISCALIZAÇÃO DE AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO E COLOCAÇÃO

Art. 55. Fica instituído no Departamento de Imigração, para os fins de fiscalização de suas relações com os operários urbanos e rurais, o registro das agências e sub-agências de companhias de navegação e agências particulares de colocação.

Art. 56. O registro dos estabelecimentos já existentes deverá ser requerido dentro do prazo de seis (6) meses a contar da data da publicação da presente lei, e o daqueles que forem instalados posteriormente, antes de iniciadas suas operações.

Art. 57. O registro constará do seguinte:

- a) para as agências e sub-agências das companhias de navegação:
 - 1) denominação e sede da companhia;
 - 2) nome, nacionalidade e domicílio dos agentes sub-agentes e vendedores ambulantes de passagens, mencionando, quanto aos últimos, as circunscrições onde operam;
 - 3) as demais informações a que se refere o art. 45, § 1º;

- b) para as agências particulares de colocação:
 - 1) firma comercial ou nome do proprietário;
 - 2) nome, nacionalidade e domicílio dos sócios, bem como o capital;
 - 3) sede da empresa, sucursais, filiais e respectivos endereços;
 - 4) nome, nacionalidade e domicílio dos prepostos, representantes e empregados ambulantes, discriminadas as circunscrições onde operam.

Parágrafo único. Quaisquer alterações serão comunicadas imediatamente ao Departamento de Imigração.

Art. 58. As operações de câmbio só poderão ser efetuadas por bancos e casas bancárias.

Parágrafo único. As atuais casas de câmbio cessarão seu funcionamento até 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 59. A venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou terrestres só poderá ser efetuada pelas respectivas companhias, armadores, agentes, consignatários, e pelas agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma desta lei.

Parágrafo único. Estas agências não poderão funcionar com menos de duzentos e inocenta contos de réis (250:000\$000) de capital realizado e com depósito de cem contos de réis (100:000\$000) no Tesouro Nacional, em moeda corrente ou apólices da dívida pública federal.

Art. 60. As companhias de navegação e agências particulares de colocação, que tiverem quaisquer pretensões junto aos poderes públicos federais, estaduais ou municipais, deverão provar o implemento de todas as obrigações desta lei e do seu regulamento.

CAPÍTULO XIII

PENALIDADES

Art. 61. É possível de expulsão o estrangeiro que:

- a) não satisfaça as condições do art. 83;
- b) introduza ou procure introduzir estrangeiro sob falsa qualidade;
- c) não se registre na forma do art. 28.

Art. 62. As sociedades de qualquer espécie e firmas comerciais que incidirem no disposto na letra b será cancelado o respectivo registro ou autorização para funcionar, sem prejuízo das penalidades a que ficam sujeitos seus administradores.

Art. 63. Os nacionais incursos na alínea b do art. 61 serão punidos com pena de prisão celular de 2 a 4 anos.

Art. 64. A Polícia promoverá a imediata retirada do país do estrangeiro que exceder o prazo de sua etapa legal conforme as letras a, b, e c do art. 12, salvo os casos previstos no parágrafo único do referido artigo.

Parágrafo único. O prazo concedido ao estrangeiro para a sua retirada não poderá exceder de quinze (15) dias improrrogáveis a partir da data de notificação. Pena de expulsão.

Art. 65. Ao estrangeiro entrado nos termos da letra a do artigo 12, é vedado o exercício de qualquer atividade remunerada no país. Pena prisão celular de seis (6) meses a um (1) ano e expulsão.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à multa de um conto de réis a dez contos de réis (Rs. 1:000\$000 a 10:000\$000), todos quantos empregarem em seus serviços os estrangeiros a que se refere este artigo.

Art. 66. O estrangeiro agricultor ou técnico de indústria rural que exerça profissão estranha à sua categoria, dentro do prazo de quatro (4) anos, a contar da data de seu embarque, perderá o direito de permanência, procedendo-se à sua retirada na forma do art. 64.

Art. 67. O empregador estabelecido em zona urbana, que admitir empregado estrangeiro sem a exibição de passaporte visado pelo Departamento de Imigração, fica sujeito à multa de quinhentos mil réis a dois contos de réis (Rs. 500\$000 a 2:000\$000), e ao dobro na reincidência.

Art. 68. O funcionário público que deixar de cumprir ou fazer cumprir as disposições desta lei e seu regulamento, é passível de pena de suspensão até trinta (30) dias, dobrada na reincidência, em caso de culpa e demissão havendo dolo, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

Art. 69. As companhias de transporte, firmas comerciais ou particulares, que transgredirem esta lei e seu regulamento, ficam sujeitas à multa de quinhentos mil réis a cinco contos de réis (500\$000 a 5:000\$000), dobrada na reincidência.

Art. 70. As multas serão impostas pelo Diretor do Departamento de Imigração e seus representantes legais, com recurso, sem efeito suspensivo, e interposto dentro de quinze (15) dias, para o Conselho de Imigração e Colonização.

CAPÍTULO XIV

SELO DE IMIGRAÇÃO

Art. 71. Fica criado o selo de imigração, que será cobrado na forma da tabela anexa.

Art. 72. Os encargos criados para a União pela execução desta lei serão custeados pela receita oriunda das seguintes fontes:

- a) selo de imigração;
- b) multas constantes desta lei;
- c) venda de terras devolutas da União;
- d) prestações pagas pelos colonos nos núcleos, centros e colônias mantidos pela União.

CAPÍTULO XV

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Art. 73. Fica criado o Conselho de Imigração e Colonização, constituído de sete (7) membros nomeados pelo Presidente da República, que dentre eles designará o presidente e os seus substitutos nas faltas e impedimentos.

Parágrafo único. O presidente em exercício terá voto de desempate.

Art. 74. Os Governos dos Estados poderão designar observadores junto ao Conselho.

Art. 75. A falta a três (3) sessões consecutivas ou a dez (10) interpoladas durante o ano importará renúncia.

Art. 76. Incumbe ao Conselho:

- a) determinar as quotas de admissão de estrangeiros no território nacional, tendo em vista o disposto no capítulo III.
- b) organizar seu regimento interno;
- c) julgar os recursos interpostos dos atos praticados pelas autoridades incumbidas da execução desta lei;
- d) deliberar sobre os pedidos dos Estados, relativos à introdução de estrangeiros;
- e) decidir a respeito dos pedidos das empresas, associações, companhias e particulares que pretendam introduzir estrangeiros.

Art. 77. O Conselho de Imigração e Colonização reunir-se-á ordinariamente, uma vez por semana, e extraordinariamente, sempre que se tornar necessário ou quando convocado pelo presidente.

Art. 78. Para as deliberações do Conselho é necessária a presença, pelo menos, de quatro (4) membros, sendo as resoluções tomadas por maioria de votos.

Art. 79. Os observadores poderão discutir os assuntos, não tendo, porém, direito ao voto.

Art. 80. Servirá, em comissão, nas funções de secretário do Conselho, um funcionário do Departamento de Imigração, designado pelo seu diretor.

Art. 81. Cada membro do Conselho de Imigração e Colonização perceberá, a título de representação, a importância de cem mil réis (100\$000) por sessão a que comparecer.

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 82. São excluídos das disposições da presente lei:

a) os agentes diplomáticos e consulares de governos estrangeiros, os membros de suas famílias e domésticas a seu serviço; e os que vierem ao Brasil a serviço de seus governos;

b) os membros oficiais de congressos ou conferências internacionais.

Art. 83. Todo estrangeiro deverá apresentar à autoridade policial competente, quando exigida, prova da legalidade de sua permanência.

Art. 84. Os estrangeiros que se encontrarem irregularmente no território nacional por ocasião da publicação do regulamento da presente lei, poderão legalizar sua permanência dentro do prazo improrrogável de 120 dias, satisfeitas as exigências desta lei e do seu regulamento.

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira ficam sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

Art. 88. As polícias estaduais e a do Distrito Federal organizarão dentro de seus quadros, um serviço destinado a cumprir o disposto ao art. 29 desta lei.

Art. 89. As atribuições conferidas à polícia quanto à fiscalização de entrada de estrangeiros serão exercidas, no Distrito Federal, pela Polícia Civil do Distrito Federal, e, nos Estados, pelas polícias locais, enquanto não for federalizada a Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, na forma da Constituição.

Art. 90. O Governo expedirá dentro de sessenta (60) dias os regulamentos necessários à execução desta lei. Enquanto não foram baixados esses regulamentos caberá ao diretor de imigração dissolver os casos omissos, excetuados os que se refiram ao desembarque e à fixação de estrangeiros, que ficarão a cargo, respectivamente, da Polícia e do Serviço de Colonização.

Art. 91. A União organizará o plano de exploração econômica da Amazônia e sua colonização, de preferência com elementos nacionais.

Art. 92. O Governo abrirá os necessários créditos para a execução desta lei e de seu regulamento.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Oswaldo Aranha.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Valdemar Falcão.

TABELA PARA COBRANÇA DO SELO DE IMIGRAÇÃO, A QUE SE REFERE O ART. 71.

- 1) Visto consular em passaporte de estrangeiros que se destinam ao Brasil, por pessoa - 200\$000, ouro. Observação - Estão isentos do emolumento os agricultores, os técnicos de indústrias rurais, e, havendo reciprocidade, os turistas.
- 2) Certidões expedidas pelo Departamento de Imigração - 20\$000 papel.
- 3) Registros anuais de companhias de navegação, empresas e sociedades de colonização - 1:000\$000 papel.
- 4) Idem, de agências de passagens, agências particulares de colocação e semelhantes - 500\$000 papel.
- 5) Visto de retorno - 20\$000 papel.
- 6) Visto especial de retorno - 100\$000 papel.
- 7) Revalidação consular de visto de retorno - 20\$000 ouro.
- 8) Alteração da classificação nos termos do art. 12, parágrafo único - 1:000\$000 papel.
- 9) Licença para a publicação de livros e boletins em língua estrangeira, por edição - 100\$000 papel.
10. Licença para a publicação de jornais e revistas em língua estrangeira, por ano - 500\$000 papel.

Observações:

- 1) O selo a que se referem os incisos 1 e 7 será cobrado nas Consulados. O dos incisos 2, 3, 4 e 8 no Departamento de Imigração; e o dos incisos 5 e 6 na Polícia, e o dos incisos 9 e 10 no Ministério da Justiça;
- 2) As sub-agências de sociedade ou firmas referidas nos incisos 3 e 4 pagarão a metade do selo;
- 3) A prorrogação do visto, a que se refere o inciso 1, nos termos do art. 7, importa pagamento de novo selo.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 06/05/1938

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/5/1938, Página 8494 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1938, Página 92 Vol. 2 (Publicação Original)